

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CADERNO PEDAGÓGICO

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Marco Antônio Tebaldi

SECRETÁRIO ADJUNTO

Eduardo Deschamps

DIRETORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Gilda Mara Marcondes Penha

GERENTE DE ENSINO MÉDIO

Maíke Cristine Kretzschmar Ricci

GERENTE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Edna Corrêa Batistotti

GRUPO DE TRABALHO - SED

Ada Mariz Tobal

Aristides Silva Lopes

Beate Doroti Strelow

Edílson dos Santos Godinho

Edna Correa Batistoti

Edison Luiz Lessak

Janete da Silva Alano

Maike Cristne Kretschmar Ricci

Maria Benedita da Silva Prim

Maria de Fátima Santos Alves

Maristela Aparecida Fagherazzi – Coordenadora

Neide Bechtold Schneider

Patrícia Simas Pinheiro

Rosangela Marcos Felix

Roze Cléia da Silva Guzman

Sandra Araújo Figueredo

Sandra Maria Monteiro

Sinara Luiza Troina Maraslis

Valda Maria de M. Jaques Dias

CONSULTORIA

Leda Scheibe

Roselane de Fátima Campos

REVISÃO

Dulce de Queiroz Piacentini

Caríssimos professores

Inexiste país, estado ou município que tenha alcançado níveis de desenvolvimento humano satisfatórios, para o aproveitamento de todas as potencialidades que se pretendem no alcance da justiça social, como sujeitos críticos, livres e participantes ativos na formação da democracia que sonhamos para todos nós, sem fazê-lo por meio de uma educação voltada, exatamente, para estas finalidades.

Educar, em sua etimologia latina, traz o significado de fazer brotar da terra para a vida, para a geração de frutos. Na qualidade deste trazer para o crescimento está definido o fruto que se irá produzir. E, neste momento, coloca-se o papel do ser humano que, com sua formação e sua vontade, aliadas às possibilidades que encontra para uma ação educativa competente, torna-se o artífice na formação de seres capazes de fazer de Santa Catarina um estado sempre modelar, por estar sedimentado em procedimentos voltados exatamente para os seres humanos que o formam.

É o que todos esperamos de cada educador que faz do magistério o caminho a ser trilhado para o crescimento de nossas crianças, jovens e adolescentes, como construtores de um mundo em que todos possamos caber com justiça e dignidade.

E os gestores da educação pública estadual, em que me coloco como Secretário da Educação, temos a responsabilidade de possibilitar uma estrutura, física e teórica, com a sinalização de caminhos que, com a competente ação de todo o coletivo docente, corrija distorções e, no conhecimento de cada meio em que nos envolvemos, transforme cada aluna e aluno em atores vivos para uma Santa Catarina que desejamos cada vez mais bela, humana e humanizante.

Com o envolvimento do conjunto de profissionais que atuam em nossas estruturas administrativas, especialmente por meio da Diretoria de Educação Básica e Profissional e Gerências Regionais de Educação, com o assessoramento de educadores e educadoras, produzimos estes cadernos pedagógicos para os componentes curriculares de *Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Química, Sociologia, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP* e um especial sobre *Interdisciplinaridade*.

Com o olhar voltado para uma educação de qualidade que torne cada catarinense um ser pleno de senso humano e espírito democrático, envolvemo-nos para fazer chegar aos professores e professoras um material significativo na construção de uma escola cada vez mais voltada para o povo catarinense, possibilitando-nos a consciência de que é pela educação que trilhamos os caminhos da justiça, da dignidade, do progresso e da felicidade.

Marco Antonio Tebaldi
Secretário de Estado da Educação

APRESENTAÇÃO

Entre os anos de 2004 a 2007, a Secretaria de Estado da Educação reuniu professores, gestores e demais profissionais da educação, diretamente envolvidos com o currículo dos cursos de Ensino Médio e de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em eventos de formação continuada, com a finalidade de discutir e propor encaminhamentos teórico-metodológicos para a prática pedagógica em sala de aula.

Desses encontros de formação continuada resultou a produção de cadernos pedagógicos para os componentes curriculares de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Química, Sociologia, além de um caderno com atividades de aprendizagem interdisciplinares, envolvendo todos os componentes curriculares do Ensino Médio, e um caderno voltado para o currículo do Curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A relevância teórica, a legitimidade para a prática pedagógica em sala de aula, a vinculação aos encaminhamentos teórico-metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina, expressos nos documentos datados de 1991, 1998, Diretriz 3/2001, Estudos Temáticos 200, com a competente autoria dos professores e gestores da rede pública estadual de ensino, validam e dão legitimidade a estes cadernos como fonte de reflexão e planejamento dos tempos e espaços curriculares voltados à educação integral dos adolescentes e jovens catarinenses do Ensino Médio.

Caro professor, trazemos esse documento para sua consideração quando do planejar e do fazer curricular, vinculados aos interesses, às diversidades, às diferenças sociais dos estudantes e, ainda, à história cultural e pedagógica de sua escola. Não pretendemos que eles se constituam como fontes únicas e inquestionáveis para a educação que o Estado catarinense tem implementado com foco no ser humano, em todas as suas dimensões. Faz-se essencial o trabalho de cada ente educativo no olhar pleno para a realidade que reveste cada meio, em suas especificidades humanas e culturais, que transforma Santa Catarina em modelo pluriétnico, garantindo-nos estar situados como exemplo para todos os que desejam uma educação centrada na formação humana e cidadã. Assim sonhamos a educação que nos transforme em sujeitos críticos e cientes de nosso papel na transformação do mundo. Temos certeza de que este material, produzido por meio de um trabalho coletivo, terá bom proveito e aplicabilidade no seu dia a dia escolar.

Gilda Mara Marcondes Penha
Diretora de Educação Básica e Profissional

Maike Cristine Kretzschmar Ricci
Gerente de Ensino Médio

SUMÁRIO

Introdução	7
1 Base conceitual e legal	12
Antecedentes históricos e ordenamentos legais	
A reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional nos anos de 1990 – breve histórico	
O Decreto 5154/04 – a integração do Ensino Médio à Educação Profissional: avanços e limites	
Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual – um projeto em construção	
2 Ordenamentos legais que orientam o ensino médio integrado à educação profissional	24
3 Princípios teórico-metodológicos que orientam o ensino médio integrado à educação profissional em Santa Catarina	25
O trabalho como princípio educativo	
A articulação orgânica entre trabalho, ciência e cultura	
O contexto escolar como mediação para a compreensão da realidade vivida	
Perfil de formação para o egresso do EMIEP	
4 A matriz curricular do ensino médio integrado à educação profissional – princípios teóricos e metodológicos	35
Orientações sobre a organização dos currículos do EMIEP	
O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – princípio metodológico	
Mediação pedagógica: como construí-la no espaço escolar?	
Organização do trabalho pedagógico nas escolas	
5 Relatos de experiências	50
EEB Padre Vendelin Seidel.....	50
EEB Estanislau Schumann	59
EEB Eugênio Marchetti	75
EEB Maria Rita Flor	85
EEB Santa Catarina	97
EEB Presidente Artur da Costa e Silva	103
EEB Manoel Cruz	109
EEB Gov. Ivo Silveira	119
6 Considerações finais e recomendações	126

INTRODUÇÃO

Esse é um documento que registra o processo de implantação e implementação dos Cursos de EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, na rede estadual de ensino, entre os anos de 2004-2006.

Os princípios teórico-metodológicos aqui expressos se mantêm como referência para professores e gestores do órgão central da Secretaria de Estado da Educação (SED), das Gerências Regionais de Educação e das Escolas que se colocam o desafio de ofertar cursos de ensino médio que integrem ciência, cultura, tecnologia e trabalho na educação de adolescentes e jovens.

A alternativa de integração do Ensino Médio à Educação Profissional é resultado de um movimento de educadores brasileiros que levou, no ano de 2004, à revogação do Decreto nº 2.208/97 e à aprovação do Decreto nº 5.154/2004. Esta medida legal possibilitou ao Ministério da Educação (MEC) definir política pública com o objetivo de corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas anteriormente, que promoveram e dissociaram a educação profissional da educação básica.

Para esse fim, o MEC/Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico - SEMTEC propôs às secretarias estaduais de Educação dos Estados do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina elaborar projeto para a implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - EMIEP com apoio financeiro, político e pedagógico do Ministério da Educação.

Em 17 de agosto de 2004, o MEC firmou convênio com as secretarias de Educação dos três Estados, prevendo o repasse de recursos financeiros para apoiar a implantação do EMIEP em regime de cooperação técnico-científico-pedagógica com o governo federal.

Nesse contexto a Secretaria de Estado da Educação organizou uma comissão institucional formada por profissionais do órgão central da SED ligados às áreas do Ensino Médio e da Educação Profissional, contando com a consultoria de Roselane Fátima Campos e Leda Scheibe, professoras doutoras da UFSC e UNOESC, e a consultoria da Dr^a Lucília Machado, vinculada ao Ministério da Educação.

No Estado de Santa Catarina o processo se deu através de um movimento democrático e descentralizado, tornando-se um desafio que somente pôde ser enfrentado em conjunto, isto é, por meio da participação dos diversos atores sociais de cada região,

envolvendo gestores escolares, professores, alunos e pais, bem como a participação efetiva da comunidade, através dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (com representação da prefeitura, empresas, instituições governamentais e não governamentais).

Foi necessária a consolidação de um projeto social para a implantação desta modalidade de ensino. Uma formação integral e integrada, voltada para a constituição de cidadãos agentes de transformação, de desenvolvimento e de melhor qualidade de vida, sobretudo recuperando a identidade local e a dignidade de cada indivíduo, requer uma participação na qual as diversas instâncias responsáveis pela educação manifestem a vontade política de romper com uma sistemática de formação voltada unicamente para o mercado de trabalho. Este projeto está pautado, portanto, na justiça social e no desenvolvimento econômico local.

É importante, também, salientar que a educação integrada não se faz sem a adesão de gestores e de professores encarregados da formação geral e da formação específica. Desse modo, este processo pautou-se na discussão e elaboração coletiva das estratégias acadêmico-científicas de integração, tanto como processo de ensino-aprendizagem como de elaboração curricular. E, principalmente, a implantação do curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional levou em consideração a visão dos alunos, as possibilidades de inserção social e laboral e as modalidades formativas oferecidas pela escola.

O universo a ser atendido com o projeto teve como referência, naquele momento histórico, a gestão descentralizada em 29 regionais, possibilitando a elaboração de 29 propostas de abertura de cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, um por região.

Esse processo se deu sistematicamente no período de 2004 a 2006. Para sua efetivação, a SED desencadeou processo de formação continuada dos gestores e professores das 29 escolas de EMIEP, realizado, sobretudo, por meio de seminários presenciais com o acompanhamento efetivo da consultoria estadual e nacional. O Plano de Trabalho possibilitou, também, a formação continuada à distância/fóruns de discussão e o assessoramento técnico-pedagógico a cada uma das escolas envolvidas, com o objetivo de monitorar as ações de gestão do trabalho pedagógico, da organização curricular, da infraestrutura da escola e das ações de apoio aos alunos.

Entre os anos de 2007 a 2010 foram criados 70 novos Cursos de EMIEP, em 10 dos 12 Eixos Tecnológicos existentes no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, todos em funcionamento em escolas de Educação Básica e Centros de Educação Profissional, para a oferta anual de aproximadamente sete mil vagas.

Apresentamos **um breve histórico das mudanças ocorridas no Ensino Médio e na Educação Profissional** nos anos 1990, sobretudo a partir da promulgação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996) e do Decreto nº 2208/1997, uma vez que estas medidas legais romperam com a equivalência¹ entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, conquistada na primeira LDB (nº 4.024/1961). Assim, a Educação Profissional deixou de fazer parte da Educação Básica e passou a ser uma modalidade de ensino com constituição específica e independente, destinada aos alunos egressos ou que estivessem cursando, concomitantemente ao curso de Educação Profissional, o Ensino Médio. Na prática, a Educação Profissional foi empurrada para o nível pós-médio e, por que não dizer, para fora do ensino formal regular. Aconteceu efetivamente a separação entre a Educação Profissional e a educação geral, o que implicou organizações institucionais diferenciadas para tratar das duas especificidades, tanto no MEC como nas Secretarias de Estado da Educação.

Ao analisar as políticas públicas em educação, proclamadas na década de 1990, Frigotto (2001) critica o seu ajustamento à uma lógica mundial pautada numa concepção produtivista e mercantilista, cujo papel é desenvolver habilidades de conhecimento, de valores, de atitudes e de gestão da qualidade, definidas no mercado de trabalho, com o objetivo de formar em cada indivíduo um banco ou reserva de competências e habilidades técnicas, cognitivas e de gestão que lhe assegure empregabilidade.

Nessa mesma direção, entendemos que a nova LDB e suas disposições complementares, no que se refere à organização curricular do Ensino Médio e da Educação Profissional, enfatizam o sujeito como protagonista único de seu sucesso ou insucesso no exercício da cidadania. Aos conceitos de empregabilidade, qualidade e gestão

¹ Até o ano de 1949, quem tivesse concluído o ensino profissional e quisesse cursar o ensino superior deveria fazer os sete anos do curso secundário. Em 1950, foi dado o primeiro passo para a equivalência. Os alunos que concluíram o primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola tinham assegurada a matrícula no clássico ou científico, desde que prestassem exames das disciplinas não estudadas. Em 1953, foi dado o segundo passo, com direito ao ingresso no ensino superior ao aluno que houvesse concluído um dos cursos técnicos, mediante exames de adaptação. Finalmente, em 1961, por meio da LDB 4.024, é assegurada a equivalência (PILETTI, 1987).

são incorporados os conceitos de competência e habilidade, vinculados a uma pedagogia tecnicista, na qual o conhecimento deixa de ser a ferramenta de uma leitura crítico-reflexiva do mundo para transformar-se em meio de consolidação de competências e habilidades automodificáveis, de acordo com as exigências imediatistas da sociedade ou do mercado do trabalho.

Desde sua promulgação, estes dispositivos legais foram contundentemente criticados por educadores que defendem a constituição de uma escola única de Ensino Médio que amplie as possibilidades de acesso ao conhecimento produzido historicamente por meio de alternativas educativas que promovam o desenvolvimento de “atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho” (GRAMSCI, 1988, p. 126). Ciavatta (2004, p. 1) reafirma essa concepção:

Queremos tornar íntegro, inteiro o sujeito dividido pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Queremos superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na apropriação histórico-social.

A oposição culminou com a revogação do Decreto nº 2208/1997 e com a publicação do **Decreto nº 5154/2004**, que recompõe a equivalência entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e possibilita a articulação entre a Educação Profissional de nível médio e o Ensino Médio de três formas:

I - **integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional-técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - **concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, na qual a complementaridade entre a Educação Profissional-Técnica de nível médio e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso;

III - **subsequente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

É da forma **integrada** que tratamos na segunda parte deste documento, buscando aprofundar os princípios teórico-metodológicos que orientam o EMIEP na rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. Essa discussão fundamenta-se e é demarcada pelo

trabalho como princípio educativo, de acordo com as contribuições dos estudos de Gramsci e Saviani, e pela articulação orgânica entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, conforme nos apontam Frigotto, Ciavatta, Ramos e Kuenzer.

Partimos da premissa da necessária e urgente relação entre conhecimentos específicos e gerais, e da compreensão de que os últimos são condição para o entendimento dos primeiros. Apontamos um conjunto de questões que podem auxiliar na constituição da matriz integrada, tais como a problematização dos fenômenos, fatos e situações significativas, o trabalho interdisciplinar e a explicitação de teorias e conceitos necessários à compreensão do objeto estudado.

Nesta mesma linha de raciocínio, respaldamos a metodologia de trabalho por projetos e a teoria da atividade como constitutiva de ricas e concretas possibilidades para o desenvolvimento de uma prática pedagógica mediadora, dialógica e interdisciplinar.

Por fim, contemplamos relatos de experiência de algumas escolas de EMIEP que estão vivendo o processo de implementação do projeto.

1 BASE CONCEITUAL E LEGAL

1.1 Antecedentes históricos e ordenamentos legais

A partir da década de 1990, a educação brasileira vem sendo objeto de um conjunto de reformas cujos impactos se fazem sentir em todos os níveis e modalidades educacionais. A reforma, traduzida em decretos, leis, pareceres, resoluções, associados a outros dispositivos orientadores, compõe o que os estudiosos vêm denominando de um novo marco regulatório no campo educacional, marco que passou a regular a política educacional, e de modo especial a Educação Básica.

Referenciado em parâmetros orientados pela lógica liberal do mercado e por condicionamentos advindos dos organismos internacionais, em especial aqueles de caráter financeiro, o Estado brasileiro instalou novas bases para a educação, combinando mecanismos de descentralização com financiamento restrito e políticas focais. Nesse momento, foram privilegiados dois aspectos nos campos da Educação Básica e Profissional: na primeira, a meta foi a universalização do acesso ao Ensino Fundamental; no âmbito da Educação Profissional, a prioridade foi a introdução de cursos de formação rápida e focalizados no mercado de trabalho. Como resultado desse processo, chegamos ao século XXI com uma imensa dívida social na educação: a universalização do Ensino Fundamental, em que pese seu caráter democrático, veio acompanhada de declínio crescente na qualidade e, na Educação Profissional, a ênfase aos chamados cursos de “habilitação básica” não proveu a qualificação profissional necessária, seja a competitividade nacional ou a inserção cidadã no mercado de trabalho, atingindo em especial os jovens, que, desprovidos de escolaridade mínima e de educação profissional que lhes permita uma inserção crítica no mundo do trabalho, veem lhes ser atribuídos os postos mais precarizados no mercado informal.

Tomando por base indicadores como o Censo do IBGE do ano 2000 e fazendo um recorte, a realidade educacional da juventude é preocupante: de 119,5 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais, 65,9 milhões não haviam concluído o Ensino Fundamental e 30% dos jovens de 17 anos estavam fora da escola. Detalhando um pouco mais e aproximando-se da etapa final da Educação Básica, de cada 100 alunos do Ensino Fundamental, apenas 31 chegavam ao Ensino Médio. No ano de 2003, por meio do

PNAD/IBGE, contabilizavam-se 23 milhões de pessoas com 11 anos de estudo, correspondendo à Educação Básica completa, ou seja, 13% do total da população do país.

Em 2005, pela primeira vez o Censo Educacional coletou dados referentes à Educação Profissional, de nível médio, em suas diferentes formas de oferta: articulada, subsequente ou integrada ao Ensino Médio. Foi em 2005 que os dados do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional foram incluídos no censo, fato que se explica pela promulgação do Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004, gerando dados, portanto, a partir dessa data. Os dados registrados são pouco animadores se compararmos com as necessidades concretas da juventude. Em 2005, no Brasil, as matrículas em todas as formas de oferta e dependência administrativa dos estabelecimentos federais, estaduais, municipais e privados totalizavam o seguinte indicador: 747.892 matrículas. Se compararmos esse indicador àqueles dos anos de 2003 e 2004, observamos um pequeno avanço, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos quanto nas taxas de matrículas: o crescimento para os primeiros foi de 18,1% (505 novos estabelecimentos) e 26,9% foi o percentual de novos alunos.

Se as taxas de matrículas revelam, por um lado, um tímido, porém crescente movimento em direção à inclusão dos jovens na Educação Profissional, por outro lado, é preciso atentar para a natureza das instituições sociais que têm se encarregado dessa formação. Nesse aspecto, o cenário é também alarmante, posto que, considerando-se as três formas de oferta da formação profissional em nível médio – articulada, subsequente ou integrada, observa-se que, em nível nacional, as instituições privadas concentram 71,3% dos estabelecimentos de EP, seguidos por aqueles de natureza pública, vinculados às redes estaduais, com 20% dos estabelecimentos. Em proporções menos significativas, apresentam-se as instituições federais (4,5%) e municipais (4,2%). Em conformidade com esses percentuais, vê-se que as taxas mais elevadas de matrícula também se encontram nas instituições privadas – 427.433 (57,2%), seguidas pelas instituições de ensino estaduais – 206.317, ou seja, 27,61%.

O cenário em Santa Catarina segue o cenário nacional com elevadas taxas de privatização: do total de 87 estabelecimentos que oferecem Educação Profissional, apenas 16, ou seja, 18,39% pertencem à rede pública estadual; em contrapartida, 71,26% são estabelecimentos da rede privada (CENSO ESCOLAR 2005, INEP). Já com relação às

taxas de matrículas, a rede estadual retém 30,4% destas, ao passo que a rede privada, registra 55,5% do total de matrículas no Estado.

Os dados que acabamos de mostrar evidenciam, então, os impactos da reforma da educação implementada nos anos de 1990, em especial no que tange ao Ensino Médio e à Educação Profissional. Como veremos a seguir, esse processo excludente fortaleceu-se no Brasil com as políticas instaladas por força de lei. A edição do Decreto nº 2.208/1997 demarcou oficialmente que a organização curricular da Educação Profissional seria própria e independente do nível médio, sacramentando esta divisão. Foi uma ação política fundada em determinações de ordem financeira, nas quais os agentes financiadores prescreveram as orientações a serem respeitadas pelas instituições interessadas, tanto para a Educação Profissional quanto para o Ensino Médio, aprovando recursos somente às unidades educacionais que restringissem suas ofertas a um ou outro ensino. As obrigações eram ainda mais restritivas, pois exigiam dos sistemas de ensino, na oferta de seus cursos técnicos, um direcionamento focado na sua especialidade, incluindo uma organização curricular que impedisse qualquer diálogo entre as áreas de humanas e das ciências tecnológicas. Esse fato estava articulado a uma concepção de sociedade, acolhida na conjuntura técnico-política do período, fundada na manutenção do dualismo construído na história humana, em que se reservou o domínio do conhecimento teórico às elites e o aprendizado manual aos trabalhadores produtivos.

1.2 A reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional nos anos de 1990 – breve histórico

Conforme Saviani (2001), uma das grandes conquistas que a educação brasileira teve com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 foi de “caminhar em direção a um verdadeiro sistema nacional de educação abrangente e universalizante” (p. 210). O significado dessa afirmação diz respeito à garantia de plena escolaridade à população brasileira como um todo, prerrogativa presente no contexto das mudanças perseguidas e apontadas para a educação nacional.

Contudo, a LDB 9394/96, conforme já demonstraram vários estudiosos, incluindo o autor acima referido, foi campo de disputa, enfrentando-se na arena política diferentes projetos que expressavam perspectivas educacionais antagônicas. Retém, portanto, em seu

interior, as contradições que estão em sua origem, decorrentes da incorporação pelo poder constituído tanto de reivindicações oriundas dos setores mais progressistas da sociedade e com campo educacional, como também daqueles mais conservadores. De caráter “minimalista”, a lei orgânica da educação brasileira tratou de forma ambivalente a educação a ser provida em nível médio e na Educação Profissional.

Assim, em seu artigo 39, a LDB 9394/96 define que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Considerando o texto da lei, observa-se que a “integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, antes de tudo, um princípio a ser seguido” (MACHADO, 2005a). Contudo, contrariando essa acepção, a LDB 9394/96, em seu artigo 40, estabelece que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada”.

Se no primeiro artigo (art. 39) a LDB estabelece um princípio orientador para a Educação Profissional apontando para sua integração “às diferentes formas de educação”, no segundo (art. 40) pronuncia-se sobre a forma como esta deverá ser desenvolvida; aqui, o destaque é para a palavra “articulação”, compreendida, posteriormente, pelos legisladores, como “desarticulação” ou separação com relação às outras modalidades educativas, em especial o Ensino Médio. Também ao se referir ao Ensino Médio, a LDB 9394/96 estabelece em seu art. 35, inciso II, como uma das finalidades dessa modalidade de ensino:

A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Considerando, portanto, os artigos acima referidos, “o desenvolvimento da habilitação profissional no Ensino Médio é uma possibilidade legal e necessária aos jovens brasileiros, devendo-se ter assegurada a formação geral, de acordo com as finalidades dispostas no artigo 35 e com os princípios curriculares a que se refere o artigo 36” (MACHADO, 2005a).

As possibilidades, ainda que contraditórias, expressas na LDB 9394/96, de superação da divisão que, historicamente, vem separando na educação aqueles a quem se reserva uma formação apenas para a inserção precária nos mercados de trabalho daqueles a quem se prepara para as profissões mais qualificadas ou para o chamado “trabalho intelectual”, foram abreviadas com a promulgação, por parte do governo Fernando Henrique Cardoso, do Decreto-Lei 2.208/97; destacamos o artigo 5º e seu parágrafo único, que impõem, então, a separação efetiva entre o Ensino Médio e a Educação Profissional:

A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Parágrafo único: As disciplinas de caráter profissionalizantes, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exame específicos.

Desde a promulgação desse Decreto até sua revogação, em 2004, quando então o governo federal promulgou o Decreto 5154/2004, o Ensino Médio ficou impossibilitado de qualquer perspectiva profissionalizante. Na vigência do Decreto 2.208/97, houve a presença preponderante de duas formas de oferta da Educação Profissional, de nível técnico: esta poderia ser oferecida de modo concomitante ao Ensino Médio – ou seja, na forma simultânea, ou então de modo sequencial – nesse caso, o ingresso na formação profissional, de nível técnico, ocorria somente após a conclusão do Ensino Médio. Em ambos os casos, guardava-se total independência na organização curricular, carga horária e procedimentos acadêmicos (com matrículas e expedições de diplomas distintas). A formação do educando integrando em um único curso a formação geral com a formação técnica, em uma área de conhecimento científico-tecnológico específico, ficou, na prática, interdita, observando-se o acentuado declínio da oferta da Educação Profissional no âmbito da Educação Básica.

Referenciando-nos ainda nos dados fornecidos pelo Censo Escolar de 2005, podemos constatar a predominância dessas formas de oferta – Educação Profissional concomitante ou subsequente ao Ensino Médio: para a primeira, foram registradas 292.521 matrículas, ao passo que na segunda modalidade – subsequente – foram contabilizadas

415.742 matrículas. Já na forma integrada, registrou-se a taxa de 40.629 matrículas. Vale aqui registrar que as matrículas na modalidade “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” localizam-se predominantemente nas instituições públicas. As instituições privadas, em nível nacional, priorizaram a oferta de cursos nas formas articulada e subsequente, em detrimento da forma integrada.

Estudos sobre a reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional (FRIGOTTO et al, 2005; KUENZER, 2001) têm afirmado que esta fomentou e fortaleceu a expansão da oferta privada de educação profissional, visto que, separada do Ensino Médio, pode ser oferecida na forma de cursos curtos, específicos e focalizados no mercado de trabalho. Nessa divisão de tarefas, coube às instituições públicas a formação geral, consubstanciada no nível de Ensino Médio. Esse processo provocou um declínio e o desmantelamento da oferta da Educação Profissional por instituições públicas, chegando-se, em 2005, ao patamar de apenas 28,65% de instituições públicas (destas, 20% são estaduais) (CENSO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Vale registrar que a promulgação do Decreto nº 2.208, em fevereiro de 1997, foi desde então objeto de forte oposição por parte de educadores, setores progressistas da sociedade e pesquisadores da educação profissional, denunciando o seu caráter excludente e a dualidade que lhe era intrínseca, na medida em que se sustentava em duas linhas de formação distintas e separadas – a educação geral e a educação profissional. Os educadores, em especial aqueles vinculados à Educação Profissional, passaram a reivindicar a revogação do decreto, apontando a perspectiva de uma formação de base unitária, que integrasse tanto a formação geral como a formação em uma área de conhecimento específico, ou seja, formação técnica.

Este foi um período que se caracterizou por posições antagônicas. Houve aqueles que entenderam ser o momento em que a Educação Profissional fortaleceu sua identidade, pois trabalhava unicamente com a formação técnica, assumindo a relação que lhe era própria, ou seja, o mercado de trabalho. Outros se posicionaram contra, explicitando que o processo era negligente e desrespeitava os fundamentos democráticos da educação pública estabelecida na Constituição Federal e na própria LDB/1996.

Constata-se que, entre as divergências estabelecidas, um quadro real se materializou. A Educação Profissional realizada pelo setor público foi seriamente

castigada, uma vez que muitos Estados deixaram de atuar ou minimizaram ao máximo suas atividades na área. Isso permitiu um avanço incomensurável pelo setor privado sobre a modalidade como um todo. Tal fato exacerbou o processo de exclusão do trabalhador em geral, e do jovem em particular, dos espaços de formação profissional que lhes possibilitariam novas formas de conhecimento e compreensão da sociedade e do mundo do trabalho.

Aos posicionamentos dos educadores somaram-se as insatisfações dos jovens com relação ao Ensino Médio, o que pode ser constatado pelas taxas elevadas de retenção e evasão, em especial daqueles que frequentam o ensino noturno. Assim, como afirma Frigotto et al (2005), a Educação Profissional apresenta-se como uma necessidade de milhares de jovens trabalhadores que, conquanto seja reconhecida, se afirma ao mesmo tempo como direito seu à Educação Básica de qualidade. Com a mudança do governo em 2003 e mediante compromissos assumidos pelo então candidato à presidência com os segmentos educacionais e sociais organizados, o Decreto 2208/97 foi revogado em 2004, promulgando-se, em sua substituição, o Decreto 5154/2004.

1.3 O Decreto 5154/04 – a integração do Ensino Médio à Educação Profissional: avanços e limites

A revogação do Decreto 2208/97 com a posterior edição do Decreto 5154/04, que restabeleceu a possibilidade de as instituições de ensino oferecerem a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, foi um processo marcado por embates e divergências entre os vários segmentos sociais. Em especial opunham-se partidários da manutenção do formato anterior – Educação Profissional, de nível técnico, em suas formas concomitante ou subsequente – e aqueles que defendiam a forma integrada. Forjado nesse campo de disputas, o Decreto 5154/04 retém, de modo ambivalente, princípios teórico-metodológicos que avançam em direção a uma formação integral do educando, ao mesmo tempo em que mantém as possibilidades de oferta da Educação Profissional desvinculada de qualquer base de educação geral.

Nesse sentido, como afirma Frigotto et al. (2005, p. 27), o Decreto 5154/04 é um “ganho político” ao possibilitar mudanças efetivas para a educação dos jovens mesmo que, se apropriado por forças conservadoras, ainda permita a manutenção da perspectiva

restrita de formação profissional atrelada aos interesses do mercado de trabalho. Na perspectiva do avanço crítico, esse decreto, ao preconizar a formação profissional integrada à formação geral, coloca as possibilidades de uma formação sustentada em uma base unitária, apoiada no trabalho, na ciência e na cultura.

Concretamente, na perspectiva tanto da superação do dualismo contido no Decreto 2.208/97 ou da profissionalização compulsória, restrita e submetida aos ditames do mercado, como a proposta pela Lei nº 5692/71, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional aponta para uma formação de caráter politécnico (compreendido não como polivalência ou múltiplas habilitações), cuja base repousa na apropriação teórica e prática, pelos jovens estudantes, “dos princípios científicos que estão na base da produção moderna” (FRIGOTTO, 2005, p. 42).

Está entendido, dessa forma, pelos princípios teórico-filosóficos e socioculturais que teceram as discussões e primeiros documentos para a nova legislação, que a Educação Básica e especificamente a sua fase final – Ensino Médio – pressupõem a recuperação da relação entre conhecimento e prática do trabalho.

Nesse sentido, há concordância entre a perspectiva apresentada pelo Decreto 5154/04 e as finalidades do Ensino Médio, conforme artigo 35 da LDB 9394/96, nos incisos II e IV, que preveem a formação para o trabalho e a “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”. Chamando a atenção, todavia, para os limites intrínsecos à própria natureza do decreto em questão e, em consequência, as circunstâncias de desenvolvimento do EMIEP, Frigotto et al (2005, p. 44) destaca:

O ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto pra o nível superior de ensino – mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade mais justa.

Assim, a partir da promulgação do Decreto 5154/04, as escolas públicas e outras instituições de ensino que desejarem oferecer formação no Ensino Médio integrada à Educação Profissional poderão fazê-lo em curso único, com processos unificados de matrícula e procedimentos acadêmicos, observando-se os dispositivos legais que

regulamentam a oferta da modalidade de ensino. Como veremos em seção especificamente dedicada à discussão da matriz curricular e princípios metodológicos, o EMIEP refuta as configurações curriculares que apenas justapõem, a partir de dois blocos distintos e compartimentados, a educação geral e a educação técnica. Ao contrário, tem como pressuposto que educação geral e profissional sejam orientadas pelos mesmos princípios teórico-metodológicos, sustentadas no princípio de que o ensino médio, etapa final da Educação Básica, é direito social a ser assegurado mediante uma educação de qualidade para todos e também condição para a promoção de uma Educação Profissional que atenda as necessidades derivadas da atual base produtiva.

Não obstante as possibilidades imiscuídas na proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o Decreto 5154/04, conforme já observamos, apresenta também limites, decorrentes, sobretudo, da manutenção da legislação que ancorava o Decreto 2.208/97. Se, por um lado, abre-se a perspectiva do Ensino Médio Integrado, por outro, mantém-se a dualidade estrutural, histórica na sociedade brasileira. Ao colocar a formação integrada como uma das modalidades da Educação Profissional, ao lado das outras duas já em vigor, mantém-se, em nível de lei, aquilo que se deseja superar. Além desse aspecto, a manutenção de diretrizes curriculares nacionais, separadas e estanques, cujo eixo é a formação por competências, também contraria os princípios da educação média integrada.

Machado (2006a), ao discutir os limites do Decreto 5154/04, enfatiza o seu caráter transitório, sintetizando tanto possibilidades de avanço como de retrocessos. De outra parte, segundo a autora, pode implicar uma efetiva iniciativa em direção à democratização dessa modalidade educativa, sem representar, todavia, ainda uma educação de caráter politécnico. Apesar de seus limites, procura-se responder com essa iniciativa à imensa diversidade que caracteriza a realidade brasileira, atentando-se para as necessidades emanadas dos setores mais excluídos da população. O Decreto 5154/04 trouxe

abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Seu horizonte está na sociedade, na adesão ou recusa das escolas, gestores, professores e alunos (com suas famílias) de avançar para a ruptura com todas as formas duais que permeiam a sociedade brasileira (CIAVATA, 2005, p. 102)

Observamos mais uma vez que o crescimento na oferta da Educação Profissional pelas redes públicas, especialmente nas estaduais, ainda que tímido, parece evidenciar os

acertos das atuais políticas descentralizadas, públicas, coordenadas entre governo federal e estadual. Todavia, se considerarmos esses indicadores com aqueles provenientes do Censo 2000, anteriormente referidos, podemos constatar a gravidade da situação e a necessidade urgente de políticas públicas consistentes, dirigidas à educação dos jovens, capazes de enfrentar com eficiência essa grave situação social.

1.4 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual – um projeto em construção.

A implementação do EMIEP em Santa Catarina ocorreu basicamente em duas etapas: a) primeiramente, adesão da Secretaria de Educação à proposta do governo federal, seguindo-se de um processo de discussão e definição pelas Gerências Regionais e Unidades Escolares com relação à adesão e implementação do projeto em todas as regiões do Estado. A implementação ocorreu, então, observando-se os critérios de regionalização, a ausência de Centros de Educação Profissional – CEDUPs e as necessidades de desenvolvimento da região; b) após a definição das unidades escolares que implementariam o projeto, passou-se à construção das propostas pedagógicas dos cursos, em processos de capacitação que passaram a reunir profissionais das Gerências e das escolas, ainda no ano de 2005.

O ano letivo de 2006 iniciou com 26 escolas da rede pública estadual oferecendo o Ensino Médio Integrado a áreas de formação profissional específicas. As atividades pedagógicas nas escolas ocorreram simultaneamente aos processos de capacitação, coordenados pela Secretaria de Educação, apresentando uma dinâmica muito particular, por isso mesmo geradora de tensões de naturezas diversas, quer pelas condições concretas de trabalho nas escolas, quer pelo caráter inovador da proposta do EMIEP. Por outro lado, o fato de as escolas já terem iniciado o ano letivo com o projeto possibilitou uma melhor articulação entre a teoria e a prática, fazendo com que as capacitações se efetivassem como ricos espaços de formação continuada. A metodologia adotada – análise e problematizações das produções –, o projeto pedagógico do curso de EMIEP produzido pelas escolas, a reelaboração feita pelos professores, os debates e socializações de experiências, certamente muito contribuiram. Ressalte-se que todo esse processo se deu de forma distinta, com diferentes níveis de compreensão e elaboração da proposta, de

engajamento dos docentes, evidenciando-se que essas diferenciações relacionavam-se com fatores como cultura da escola, experiências coletivas de outros projetos, grau de autonomia da escola, para citar alguns.

Complementando a implementação do Projeto, ainda em 2006 a Secretaria de Educação do Estado adotou um processo de monitoramento das ações relacionadas ao EMIEP envolvendo todas as unidades escolares participantes, cujo objetivo era acompanhar e auxiliar as escolas, e ao mesmo tempo criar indicadores que pudessem expressar a sua efetividade.

Poderíamos sintetizar o processo de implementação do EMIEP em Santa Catarina em três momentos:

- 1) Construção da política: a) adesão da Secretaria de Estado ao projeto do governo federal de oferta do EMIEP; b) identificação das necessidades e demandas regionais de profissionalização – Conselhos de Desenvolvimento Regional, gestores do sistema e unidades escolares; c) adesão das unidades escolares ao projeto e definição das áreas/cursos de formação profissional; d) primeira elaboração dos projetos pedagógicos integrando Ensino Médio e Educação Profissional; e) acerto efetivado com o Conselho Estadual com relação aos prazos e conteúdos dos projetos.
- 2) Implementação efetiva pelas unidades escolares: a) capacitação dos professores, gestores e técnicos envolvidos no processo; b) elaboração dos projetos de curso, com a definição dos perfis de formação e matrizes curriculares; c) divulgação nas comunidades e matrículas dos estudantes; d) aquisição de equipamentos e adequação das instalações físicas.
- 3) Monitoramento e acompanhamento do projeto: a) visita *in loco* às unidades escolares que adotaram o EMIEP; b) elaboração de um instrumental para acompanhamento, com a produção de indicadores quantitativos e qualitativos; c) análise e discussão do monitoramento com as unidades escolares. Os eixos que serviram de referencial para este monitoramento junto às escolas foram: gestão administrativa e pedagógica do projeto; organização curricular e do trabalho pedagógico; infraestrutura da escola destinada ao projeto; ações de apoio complementar aos alunos; ações de acompanhamento e avaliação do EMIEP pela escola.

Esse processo, ainda em sua fase inicial, uma vez que a implementação do EMIEP vem ocorrendo de forma gradual e progressiva, vem se pautando nos seguintes **princípios**:

- a) garantia da Educação Básica de qualidade, incluindo o EMIEP, como um direito assegurado pela oferta pública e gratuita, com garantia de acesso e permanência;
- b) o trabalho como princípio educativo compreendendo o educando como cidadão, sujeito de direitos – entre os quais estão incluídos aqueles relacionados a uma formação cultural plena, contemplando também uma preparação para o exercício de profissões técnicas;
- c) o desenvolvimento de uma formação que contemple necessidades sociais, culturais e econômicas dos jovens que o procuram; além disso, sua concepção e proposta curricular têm como orientação teórico-metodológica o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura;
- d) superação da dualidade estrutural que historicamente dividiu os jovens educandos entre duas vias distintas e hierarquizadas de formação, definindo posições a serem ocupadas no mercado de trabalho; nesse sentido, o EMIEP rompe com a lógica da profissionalização compulsória, não representando também uma mera adição da formação geral à formação profissional, reproduzindo, nesse caso, a lógica do “3+1” (três anos de educação geral + um ano de formação profissional);
- e) não tem caráter compensatório, nem pretende funcionar como uma “válvula” de contenção às demandas dos jovens sobre o ensino superior. Nesse sentido, articula-se ao campo do trabalho, porém não se reduz a uma mera preparação dos jovens às demandas do mercado de trabalho;
- f) tem como base as necessidades apresentadas pelas diferentes regiões do Estado, visando a redução das desigualdades sociais e a promoção de políticas sociais inclusivas, em especial no que se refere à inclusão social dos jovens;
- g) busca a consolidação da escola pública de qualidade, o que inclui a necessidade de democratização de sua gestão e a valorização da profissão docente.

2 ORDENAMENTOS LEGAIS QUE ORIENTAM O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Diretrizes e Bases da Educação: Lei Federal nº 9.394/1996;
- Regulamentação do § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996: Decreto nº 5.154/2004 (substitui o Decreto nº 2.208/1997);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Parecer CNE/CEB nº 15/1998 e Resolução CNE/CEB nº 03/1998;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio: Parecer CNE/CEB nº 1619/99 e Resolução CNE/CEB nº 04/1999;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica, de Nível Técnico, após Decreto nº 5.154/2004: Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CNE/CEB nº 01/2005;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Estágio Supervisionado: Parecer CNE/CEB nº 35/2003 e Resolução CNE/CEB nº 01/2004;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no art. 41 da Lei nº 9.394/1996: Parecer CNE/CEB nº 40/2004;
- Normas complementares do Sistema de Ensino de Santa Catarina: Resolução CEE nº 107/2003 (normas para o Ensino Médio) e Resolução CEE nº 054/2005 (normas para a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, Resolução CEE nº 130/2003 (regulamenta a realização de estágios nas instituições de Ensino Médio, Profissional e Superior no Estado de Santa Catarina);
- Exigências de cada instituição de ensino: Projeto Pedagógico da Escola – Parecer CEE nº 405/2004 (diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico).

3 PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o EMIEP em Santa Catarina dão continuidade ao que vem sendo estabelecido pelas orientações curriculares para a Educação Básica na Escola Pública Catarinense, num processo de elaboração coletiva dos educadores. Desde 1988 tais orientações vêm sendo amplamente discutidas, consolidando-se uma compreensão político-pedagógica para a organização curricular de uma escola que pretende uma educação de qualidade para todos. Destaca-se, neste sentido, a perspectiva histórico-cultural como marco teórico central, por considerar educandos e educadores como sujeitos sociais e históricos de um processo que se constrói permanentemente no interior das relações que o constituem (SANTA CATARINA, 2005).

O processo de construção de diretrizes curriculares para a Educação Básica foi intenso e desenvolveu-se em várias etapas: em 1991, editou-se a primeira versão da Proposta Curricular, que foi aprofundada após o debate com a comunidade escolar, gerando então, um novo documento – a Proposta Curricular de 1998. Em 2005, diante das mudanças ocorridas no cenário educacional, em especial como decorrência das reformas implementadas em nível nacional, a Secretaria de Educação fomentou um processo de atualização da Proposta Curricular de 1998, produzindo-se, então, o documento denominado de “Estudos Temáticos”, de orientação pedagógica ampla para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica na Escola Pública de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2005). Neste novo documento, atenção especial foi dada às relações entre educação e trabalho, educação de jovens e educação de trabalhadores (SANTA CATARINA, 2005).

No que se refere à Educação Profissional, vale registrar que tanto a Proposta Curricular em sua versão de 1998 e, posteriormente, os documentos chamados “Estudos Temáticos”, de 2005, antecipando-se às indicações que, mais tarde, seriam propostas pelo Ministério da Educação, já apontavam para uma educação integrada do Ensino Médio com a Educação Profissional. Isso ficou consubstanciado na ênfase atribuída nos documentos às relações entre educação e trabalho, o trabalho como princípio educativo, a

educação de trabalhadores como tarefa da escola pública e a preocupação com a educação e a condição de trabalhadores da maioria dos jovens catarinenses.

3.1 O trabalho como princípio educativo

A possibilidade de integração do Ensino Médio à Educação Profissional colocada finalmente pelo Decreto nº 5.154/04 favoreceu o compromisso de articular organicamente o trabalho, a ciência e a cultura neste nível de formação, e o atendimento às perspectivas levantadas pelos documentos já citados. Tomar o trabalho como princípio educativo nos cursos de nível médio parte do suposto de que é preciso ampliar a relação entre conhecimento e atividade, entre conhecimento e prática, articulando o saber com o processo produtivo e, portanto, com a prática social. Parte também do entendimento de que a existência humana e a realidade social se definem pelo trabalho. Segundo Saviani (1989, p. 8),

o homem se constitui como tal na medida em que necessita produzir continuamente a sua própria existência. É isso que diferencia o homem dos animais: os animais têm a sua existência garantida pela natureza e, por conseqüência, eles se adaptam à natureza; o homem tem que fazer o contrário, ele se constitui no momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo mais suficiente adaptar-se à natureza.

Tomar o trabalho como princípio educativo implica também considerar o seu grau de desenvolvimento social e as exigências que cabem ao processo educativo tendo em vista a participação dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo, e ainda explicitar como o conhecimento se relaciona com o trabalho. No campo da educação, importa em superar a dualidade que opõe formação geral a formação profissional, reproduzindo nesse âmbito as relações típicas de uma sociedade cingida em classes sociais, nas quais se atribui a alguns o exercício de funções intelectuais e dirigentes, e a outros apenas funções instrumentais. A superação desta dualidade é básica para a constituição de uma sociedade menos desigual. Kuenzer frisa que a dualidade observada na separação entre educação geral e profissional é reflexo da divisão social e técnica do trabalho, própria das sociedades capitalistas. Superá-la, segundo a autora, implica uma grande democratização do acesso à educação e a formulação, pelo conjunto da sociedade,

de uma nova concepção de educação que “articule formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica” (KUENZER, 2001, p. 34).

No contexto atual, podemos observar que cada vez mais a ciência e a tecnologia fazem parte de nosso cotidiano – dos equipamentos domésticos aos serviços bancários. Lidamos com equipamentos, informações, em processos cada vez mais complexos do ponto de vista tecnológico, e simples do ponto de vista operacional. Essas transformações causam impactos profundos no mundo do trabalho, não apenas no que se refere aos equipamentos e tecnologias, mas também nos empregos e qualificações exigidas para sua execução.

A nova base produtiva, ao mesmo tempo em que gera desemprego e precarização do trabalho, exige que o trabalhador se aproprie, cada vez mais, de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. Assim, quanto mais se simplificam as atividades práticas na execução dos processos de trabalho, mais se complexificam as ações relativas ao desenvolvimento de produtos e processos, o que exige maior conhecimento sobre o trabalho, para que o trabalhador possa se aproximar mais da compreensão e do domínio das tarefas que executa. Criam-se, pois, necessidades educativas para os trabalhadores de maior apropriação de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. O trabalho e a ciência, dissociados por efeito das formas tradicionais de divisão do trabalho, voltam a formar uma unidade pela mediação da tecnologia, em consequência do próprio desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e como forma de superação dos entraves postos ao processo de acumulação. As políticas educacionais que de fato se comprometam com os que vivem do trabalho passam a exigir cada vez mais a democratização do acesso ao conhecimento.

O trabalho como princípio educativo não é, portanto, primeiro e acima de tudo uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem; não pode ser reduzido à ideia didática ou pedagógica do *aprender fazendo*. É, antes de tudo, um princípio ético-político (FRIGOTTO, 1985, 2005) e ao mesmo tempo um dever e um direito. Ao discutir o trabalho como base para um projeto integrado de Ensino Médio e Educação Profissional, Ramos (2004) destaca o duplo sentido do conceito de trabalho: a) trabalho, no sentido ontológico, portanto como práxis humana transformadora, e b) trabalho, no sentido

histórico, como processo de constituição do capitalismo, como modo de produção predominante nas sociedades atuais. O trabalho é princípio educativo, portanto,

na medida em que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos” (RAMOS, 2004, p. 46)

A compreensão do sentido histórico do trabalho possibilita entender o processo de sua transformação em fator econômico e apreender as demandas colocadas para os sistemas educacionais em termos de formação e qualificação profissional. O trabalho como princípio educativo tanto pode ser compreendido da perspectiva do capital como da perspectiva dos trabalhadores. Em cada uma delas, no entanto, as concepções formativas diferenciam-se não apenas em termos de metodologias, mas sobretudo de princípios. A formação profissional pode tomar o formato de mero adestramento das forças produtivas às demandas do mercado ou, contrariamente, articular-se a uma base científico-tecnológica e cultural, possibilitando a compreensão dos fundamentos que alicerçam os processos de trabalho, dando meios para que os jovens conheçam de forma crítica as determinações constitutivas do campo do trabalho.

É essa segunda perspectiva, de formação integral do sujeito trabalhador, que está implícita no EMIEP, e que implica o compromisso de construir uma articulação e integração orgânica entre o trabalho, a ciência e a cultura. Significa também dispor de um novo olhar sobre quem é o jovem de nossas escolas, sobre a necessária inclusão daqueles economicamente menos aquinhoados e daqueles que necessitam entrar precocemente no mercado de trabalho. Inserir a preparação para o trabalho de forma integrada ao Ensino Médio é uma maneira de propiciar as condições de acesso e de permanência de adolescentes, jovens e adultos nessa etapa escolar.

3.2 A articulação orgânica entre trabalho, ciência e cultura

Como já mencionado, o conceito de trabalho é base para a compreensão da ciência e da cultura como práticas sociais, historicamente construídas. O homem, como bem

mostrado por Marx, diferentemente dos animais, é o único ser vivo capaz de fazer e transformar as circunstâncias em que vive, de modo a suprir suas necessidades, e, nesse processo de transformação, sua atividade é sempre objeto de sua vontade e consciência. Dizendo de outro modo, somente a ação humana é capaz de ser guiada por uma intencionalidade, marcada pelas necessidades humanas de produção e reprodução de sua própria existência.

Nesse processo de transformação da natureza, de produção e reprodução cotidiana de sua existência, o homem produz conhecimentos que, sistematizados e legitimados socialmente, tornam-se o que chamamos de ciência. A ciência é, portanto, conhecimento que advém do trabalho humano sobre a natureza, sobre as circunstâncias de sua vida. Assim, “a história do conhecimento é a história da apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. Por isso, trabalho é mediação ontológica e histórica na produção do conhecimento” (RAMOS, 2005, p. 114).

O conhecimento, derivado do trabalho do homem sobre a natureza e sobre si mesmo, toma forma como produção do pensamento humano; é pelo pensamento que nós apreendemos e representamos as relações que estruturam a realidade objetiva (RAMOS, 2005, p. 115). Como apreendemos, então, essas relações constitutivas da realidade? De acordo com Ramos (2005, p. 115), esse processo exige um método, que “parte do concreto empírico – forma como a realidade se manifesta – e, mediante uma determinação mais precisa através da análise, chega às relações gerais que são determinantes da realidade concreta”. A produção do conhecimento, pois, tem como ponto de partida o real na forma como esse se manifesta, e como ponto de chegada também o real, agora, porém representado como uma reprodução do pensamento, como compreensão da totalidade e das partes que a constituem.

Se o conhecimento se relaciona intimamente com a atividade de trabalho, a produção de cultura não é diferente. Compreendida como processo histórico, a cultura é expressão dos modos de vida de uma determinada sociedade, diz respeito às formas simbólicas – trabalho, linguagens, religiões, ciência e artes – produzidas como resultado das relações dos homens entre si e com o contexto em que vivem. A cultura é tanto constituída pelas práticas sociais como se torna, ela mesma, constituinte dessas práticas.

A socialização do conhecimento científico e da cultura, historicamente produzidos pela humanidade, tem se constituído em tarefa precípua das instituições escolares. Contudo, os processos predominantes de socialização escolar passaram a tratar de forma mecanicista e a-histórica fatos e conceitos, de modo que sua apropriação pelos alunos se dá de forma fragmentada e passiva, dificultando a sua compreensão como fonte de conhecimento da realidade. Nesse sentido, “as disciplinas escolares, sendo consideradas como acervos de conteúdos de ensino, isoladas entre si e desprendidas da realidade concreta da qual esses conceitos se originaram, não permitem compreender o real” (RAMOS, 2005, p. 116). A abordagem proposta para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, contrariamente a esta perspectiva, supõe a apropriação dos princípios científicos e tecnológicos que estão na base dos conteúdos aprendidos como uma condição para a superação da divisão social, que separa também indivíduos considerados “cultos e incultos”, ou trabalhadores intelectuais e operacionais.

3.3 O contexto escolar como mediação para a compreensão da realidade vivida

A situação de precariedade que cerca a maior parte dos jovens brasileiros os atinge em sua autoestima, pela incapacidade de mudar a situação. Por esta razão, muitos tomam o caminho da violência e da droga. Este é um grande desafio para a escola: exercer a sua função de contribuir para a educação cidadã dos jovens em ambientes desfavoráveis. Mesmo com a baixa expectativa que existe em função da falta de oportunidades de trabalho, é necessário que a escola participe do esforço de proporcionar perspectivas para os estudantes e para a comunidade.

A escola precisa saber o que está acontecendo no seu bairro, na sua cidade, nos espaços sociais que compõem o ambiente de formação dos seus alunos. Daí a necessidade de uma estreita relação entre o seu projeto político-pedagógico e aquele de desenvolvimento local, como uma importante estratégia para a promoção de processos de ensino-aprendizagem críticos e criativos. Esta proximidade pode ser um meio importante para ensinar a pensar, analisar problemas, incentivar a observação e a discussão de temas relevantes para a formação. A escola precisa atuar com suas fronteiras ampliadas, num movimento que vai do local para o regional, para o nacional e para o universal, como um recurso pedagógico essencial.

É importante que o EMIEP no Estado de Santa Catarina se destaque como um processo de construção que leva em conta a realidade local e regional de cada comunidade e escola. Não se trata de somar o Ensino Médio com a Educação Profissional e nem de simples mescla dos seus componentes curriculares, mas de reconstruir coletivamente – educadores e educandos, comunidade e escola –, a partir da realidade social, um currículo que oportunize a efetiva formação integral e omnilateral.

Omnilateral - educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, ou seja, aquela que reintegra as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar.

É fundamental que se articule, no seu currículo, formação geral e profissional, formação técnica e política, formação ética e compromisso social. Pressupõe-se, para tanto, a articulação de todos, agentes e sujeitos da comunidade, em torno do desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

A nova identidade do Ensino Médio como etapa da Educação Básica de atendimento universal impõe esta mudança de cultura da prática escolar e passa a exigir grande empenho para que não se reproduzam erros do passado. A relação entre educação e trabalho, sabemos, tem sido um desafio constante para a democratização da educação escolar, que sempre supervalorizou o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. Romper com esta dualidade é o grande desafio; significa superar trajetórias curriculares duais e escolas diferenciadas/diferenciadoras no país, fruto da dualidade estrutural que diferencia o lugar dos sujeitos de acordo com sua origem social. Romper com esta dualidade, repetimos, é fundamental para uma educação democrática.

Um projeto que integre Ensino Médio e Educação Profissional, tendo como princípio fundamental o trabalho, exige também a adoção de pressupostos metodológicos compatíveis com essa orientação. Isto nos leva a indagar sobre o sentido que a palavra “integrado” assume na proposta aqui apresentada.

Discutindo este conceito, Ciavatta (2005) pergunta: o que é integrar? Tomando uma acepção que esta palavra pode ter, a autora a vincula à ideia de completude; integrar é

tornar completo. Indo além, argumenta que o sentido de completude implica a compreensão das partes no seu todo, ou seja, da apreensão das relações que constituem uma totalidade. Esse conceito, transposto para a formação integrada – no caso Ensino Médio Integrado à Educação Profissional –, implica almejar que a “educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior” (CIAVATTA, 2005, p. 84).

Nessa perspectiva, o currículo para o Ensino Médio Integrado supõe que o processo de ensino-aprendizagem baseie-se na problematização, na compreensão do significado dos conceitos, das relações destes com outros campos de conhecimento e com as tecnologias a que deram origem. A interdisciplinaridade, não como um procedimento de justaposição ou de somatória de ações pedagógicas, mas como método, possibilita a reconstituição das totalidades, pelo restabelecimento de nexos e relações, decorrentes dos diversos recortes do conhecimento e apresentados sob a forma de conhecimentos disciplinares.

Em síntese, a integração do Ensino Médio à Educação Profissional, como proposta inovadora baseada na organicidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, coloca-nos exigências em termos de uma nova síntese curricular. Os princípios teórico-metodológicos podem ser desdobrados nas seguintes indicações:

- a) partir da compreensão sócio-histórica do sujeito humano;
- b) tomar o trabalho como princípio educativo (como categoria teórico-prática);
- c) ter como princípios estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura;
- d) não excluir a possibilidade de aprofundamento em determinada área técnica; contudo, ter o cuidado para que a técnica não seja tomada como um “em si”, mas como expressão das relações sociais de produção, como social e politicamente determinada;
- e) adotar uma metodologia baseada na relação entre conhecimentos específicos e gerais; os últimos são condição para a compreensão dos primeiros;

- f) compreender que a formação é pautada na síntese entre formação geral e formação específica; e que a síntese não é justaposição de componentes curriculares, nem justaposição de formação (3+1);
- g) refutar a subsunção da educação de forma linear e imediata ao mercado de trabalho.

3.4 Perfil de formação para o egresso do EMIEP

A definição do perfil do educando concluinte do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional encontra-se estreitamente vinculada a todas as considerações já arroladas neste documento, e que levam a uma configuração do egresso com uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica de qualidade, condição necessária para o exercício de uma cidadania que compreende o direito universal de participar da produção e do consumo de bens materiais, culturais e políticos (KUENZER, 1997).

Ao projeto político-pedagógico de cada curso, no entanto, cabe uma definição mais particular a respeito da formação perspectivada. Isto inscreve o projeto educativo da escola num horizonte político na medida em que implica a definição de valores, de concepção de mundo e, de modo particular, do papel social da escola e da formação pretendida, levando em conta as condições concretas da região/cidade e do mundo atual em que o educando está inserido.

Ao lado do atendimento às finalidades dispostas nas bases legais do Ensino Médio brasileiro (art. 35 e 36 da LDB/96 e Resolução CNE/CEB 02/98) e daquelas propostas pela legislação catarinense para esta formação, o perfil definido no projeto do curso, embora não deva ficar restrito a uma qualificação específica para a ocupação de um posto de trabalho, observará as seguintes dimensões na elaboração do perfil do seu concluinte:

- as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, particularmente a caracterização da área em que se localiza o curso (Anexo à Resolução CNE/CEB nº 04/99);

- localização do profissional na divisão técnica do trabalho de uma determinada área profissional / atribuições de bacharéis, tecnológicos, técnicos e trabalhadores com qualificação básica (consultar, como referência, os conselhos profissionais, especialistas e Cadastro Nacional de Cursos Técnicos);
- necessidades locais e regionais que o profissional precisa estar apto a atender;
- vocação e capacidades que a instituição de ensino apresenta para oferecer esse curso;
- localização do curso no itinerário formativo da área.

4 A MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

4.1 Orientações sobre a organização dos currículos do EMIEP

Para Moreira e Silva (2002, p. 8), o currículo é um artefato social e cultural, implicado em relações de poder e produtor de identidades individuais e sociais particulares. Esses autores consideram que “o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”. Nesse quadro de referência, o currículo não é simplesmente um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também de produção de novos conhecimentos e saberes, que podem ou não reproduzir as desumanas divisões de classes sociais e supervalorizar somente algumas culturas em detrimento das diferenças étnicas, sexuais e de gênero. O currículo é compreendido como proposta e como prática inter-relacionadas. Implica um processo cultural de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de produção de sentidos, de valores éticos e morais, de significados, em síntese, de produção de culturas (LOPES, 2004).

O currículo, compreendido como processo cultural, implica, portanto, relações de poder; é campo de “litígio”, na medida em que se confrontam diferentes pontos de vistas, perspectivas e visões de mundo. Implica ainda formas próprias (“escolarizadas”) de organizar e gerir o trabalho pedagógico, estabelecendo princípios e modos de distribuição do conhecimento, de avaliar, fomentar ou inibir os processos criativos e de apropriação dos alunos, para citar algumas de suas dimensões. A hierarquização dos conhecimentos expressa nos planos pedagógicos ou matrizes curriculares representa ainda relações de poder, as contradições ou embates sociais mais amplos.

No âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a construção do currículo adquire dinâmica própria, seja pelas dificuldades decorrentes da necessidade de compatibilizar legislações (por exemplo, orientações decorrentes do Parecer CNE/CEB 15/98 e do Parecer CNE/CEB 16/99, além da legislação promulgada pós-decreto 5154/04), seja pelo predomínio de experiências e, portanto, de “modelos” derivados da antiga Lei 5692/71, ou do antigo Decreto 2.208 /97.

Conforme já mostramos, embora a LDBEN 9394/96 e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio apontem para a formação integrada à Educação Profissional, a separação forçada pelo Decreto 2.208/97, levou as escolas a comporem suas propostas curriculares ajustadas à matriz emanada na legislação pertinente. Em decorrência, assimilar a integração entre modalidades educativas constituídas não apenas como distintas, mas também, muitas vezes, como incompatíveis torna-se um tarefa desafiadora para as unidades escolares que se propuseram a aderir ao Projeto do EMIEP.

O currículo do Ensino Médio de nosso tempo requer, assim, o enfrentamento de uma realidade sócio-histórica que, por muito tempo, distinguiu claramente dirigentes e trabalhadores na separação entre a educação geral e a Educação Profissional. É preciso agora consolidar uma proposta de integração do Ensino Médio à Educação Profissional em uma política pública que vise à formação integral, democrática e emancipadora do jovem catarinense.

A perspectiva curricular do EMIEP, da qual estamos falando, é balizada pelo trabalho como princípio educativo, compreende o educando como cidadão, sujeito de direitos – entre os quais estão incluídos aqueles relacionados a uma formação cultural plena, podendo contemplar também uma preparação para o exercício de profissões técnicas.

Vale registrar que ao falarmos de integração entre educação geral e Educação Profissional resguardamos a especificidade da escolarização no Ensino Médio; em outros termos, reiteramos a função social do Ensino Médio: a socialização dos conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos apoiados numa metodologia de inter-relação entre conhecimentos específicos e gerais, sendo que os últimos são condição para a compreensão dos primeiros.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é mais do que uma questão metodológica. É uma questão de unitariedade de princípios, objetivos e vivências de possibilidades formativas que contemplem as necessidades sociais, culturais e econômicas dos jovens que o procuram. Por conseguinte, precisa estar voltado às necessidades da maioria dos jovens e ser projetado para atender uma dupla necessidade:

a) promover uma educação de caráter universalista, entendendo-se o sentido de “básica” não como mínima, mas como máxima;

b) atender as necessidades de inserção dos jovens no sistema produtivo, o que não significa formação estrita para o emprego; não exclui a possibilidade de aprofundamento em determinada área técnica, contudo exige que a técnica não seja tomada como um “em si”, mas como expressão das relações sociais de produção, como social e politicamente determinada.

O grande desafio constitui-se exatamente na busca de uma formação pautada na síntese entre os conteúdos gerais e os conteúdos específicos e que possa resultar numa educação profissional adequada aos interesses dos que vivem do trabalho. A síntese almejada supõe o desenvolvimento de projetos curriculares que articulem a teoria e a prática em todos os momentos da formação, contemplando ao mesmo tempo uma sólida formação científica e a formação tecnológica. Uma educação que tome como princípios educativos o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

A forma integrada, no entanto, não é um retorno à Lei 5692/71, na qual a Educação Profissional técnica, de nível médio, era mantida separada do Ensino Médio; nem se reduz à alternativa adotada por algumas escolas de incluir alguma iniciação profissional na parte diversificada, sem qualquer integração entre a parte comum e esta. Trata-se de um curso único, que não pode ser organizado em duas partes distintas e que, ao ter a integração como princípio constitutivo, requer que esta se desenvolva desde o primeiro dia de aula; por isso, todos os componentes curriculares devem receber tratamento integrado.

Assim, embora integrando em sua base os diferentes tipos de conhecimento, em função das restrições impostas pela legislação, a organização matriz curricular do EMIEP deve observar as orientações legais com relação à distribuição da carga horária, além dos componentes curriculares considerados obrigatórios, em nível nacional e estadual.

Retomando as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio, podemos perceber que estas já previram uma educação de base tecnológica, ou seja, articulada a partir do trabalho, como princípio teórico e metodológico. A matriz curricular do Ensino Médio, conforme o Parecer CNE/CEB 15/98, organiza-se a partir das seguintes áreas de conhecimento:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias
- Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Ao tratar de modo integrado as áreas de conhecimento e “suas tecnologias”, as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio já tomam como referência o trabalho como princípio educativo. As tecnologias, derivadas dos diferentes âmbitos de conhecimento, fazem parte do mundo produtivo, do trabalho, e da prática social de todos nós; foram desenvolvidas nos processos de trabalho, de enfrentamento pelo homem das condições necessárias à sua sobrevivência, constituindo-se, na atualidade, como uma importante força produtiva. Compreender as tecnologias em sua gênese social significa também apropriar-se de formas de intervenção sobre a/na realidade, possibilitando aos jovens educandos o desenvolvimento de seu potencial transformador.

Ao organizarem suas matrizes curriculares, as unidades escolares podem referenciar-se nas grandes áreas propostas nas diretrizes para o Ensino Médio, interrogando-se sobre as relações entre estas e aqueles conhecimentos de caráter mais específicos, vinculados a uma formação sociotécnica. O conhecimento dito “técnico” tem sua origem e é compreendido em sua relação com o conhecimento de base. Como afirma Ramos (2005, p. 121),

os saberes científicos, técnicos e operacionais que estão na base dos fenômenos naturais e das relações sociais, e que se constituem em objetos de ensino das diferentes áreas de conhecimento, devem-se organizar em programas escolares considerando que um corpo de conhecimento obedece às suas próprias regras internas de estruturação. Isto confere à dinâmica escolar determinada ordem mais ou menos condicionante dos discursos em que se dá a conhecer, além de certa relação de pré-requisitos que devem ser atendidos com vistas à sua aquisição, associada ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Sabemos que uma matriz curricular adquire concretude na prática pedagógica cotidiana, o que significa dizer que, em sua organização formal, as áreas de conhecimento desdobram-se nas diferentes disciplinas, as quais são distribuídas, por sua vez, numa certa organização temporal. Os conhecimentos vinculados às distintas disciplinas são ainda materializados em projetos, investigações, experimentos etc., mediações necessárias à sua apropriação pelos estudantes.

Ramos (2005, p. 122) sugere um conjunto de questões que podem auxiliar na elaboração da matriz curricular integrada:

- a) Problematização dos fenômenos, fatos e situações significativas, como mediação na compreensão do mundo em que se vive, bem como dos processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar. A problematização permite desvelar as determinações, características, fundamentos daquilo que é observado, e que não se mostram de imediato à nossa experiência.
- b) Explicitação de teorias e conceitos necessários à compreensão do objeto estudado, mostrando que este pode ser compreendido a partir de diferentes campos de conhecimento; vincular as teorias aos campos de conhecimentos – mostrando, por exemplo, que um objeto pode ser motivo de teorias e conceitos, produzidos dentro de uma mesma área de saber (disciplinaridade) ou em distintos campos de saber (interdisciplinaridade).
- c) Situar conceitos como conhecimentos de formação geral e específica: aqui, é preciso ter como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural. Conhecimentos sobre os processos naturais que estão na base do metabolismo dos seres vivos, por exemplo, são conhecimentos de base geral; já o conhecimento específico sobre processos metabólicos em determinadas situações de industrialização de alimentos é parte de um conhecimento específico, vinculado a uma prática social e a um modo específico de operar a armazenagem de alimentos. Podemos ainda situar esse conhecimento em sua dimensão sociocultural: diferentes sociedades têm práticas sociais alimentares distintas e também de coleta e de armazenagem. A industrialização, por exemplo, está vinculada à prática social de comercialização, numa determinada ordem social, marcada também pela carência alimentar de enormes contingentes humanos.
- d) Organizar os componentes curriculares e práticas pedagógicas: a compreensão dessas múltiplas relações que estão na base dos conhecimentos deve orientar a seleção dos conteúdos disciplinares, os modos de sua operacionalização e os processos de organização do trabalho pedagógico não apenas entre os alunos, mas também entre os docentes dos cursos.

4.2 O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – princípio metodológico

Os princípios anteriormente apresentados precisam estar ancorados em preceitos metodológicos que integrem e possibilitem uma prática pedagógica que se faça interdisciplinar e contextualizada. Pode-se dizer que uma prática interdisciplinar se concretiza quando os educadores passam a assumir um trabalho integrado e coletivo, buscando estabelecer a relação teoria-prática e as relações entre os conhecimentos pertencentes a distintos campos científicos ou culturais.

Traduzir praticamente a teoria é um desafio que os educadores têm enfrentado cotidianamente, na sua prática educativa. Há quem viva repetindo: “Falar é fácil, quero ver é fazer!” Tal frase revela a dicotomia “teoria-prática” que ultimamente tem se procurado superar nas mais diversas áreas do conhecimento. São três as razões principais que dão origem a essa preocupação. A primeira delas é que ao longo de sua história, numa tentativa de tornar-se especializado, o conhecimento veio sofrendo um processo de fragmentação, perdendo-se, portanto, a noção de totalidade. As partes foram se distanciando cada vez mais do todo que lhe deu origem, resultando na necessidade de integrá-las novamente, a partir da percepção dos elementos comuns entre elas. Entretanto, quanto maior o distanciamento entre as partes mais difícil é encontrar o caminho de volta, ou encurtar as distâncias, aproximá-las novamente, ou seja, unir a teoria à prática.

A segunda razão que contribuiu para tal distanciamento foi a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, proposto pelo modelo taylorista de administração científica da produção, a partir do qual uns deveriam pensar e outros executar. E a terceira e última razão foram os modelos pedagógicos centrados no desenvolvimento do intelecto, na memorização e no desprezo aos aspectos práticos do conhecimento e da experiência. Nessa tarefa de integração teórico-prática, muitos educadores vêm se esforçando, através de um trabalho alicerçado numa pedagogia crítica, democrática e inclusiva, para desenvolver em sala de aula uma prática interdisciplinar.

Mas, afinal, o que significa trabalhar numa perspectiva interdisciplinar? Sem a intenção de teorizar sobre interdisciplinaridade, e no intuito só de relembrar um pouco sobre o que ela significa, trazemos o conceito de Nogueira (2001), segundo o qual “interdisciplinaridade é o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, num real trabalho de cooperação e troca e abertura ao diálogo e ao planejamento coletivo”.

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos afirmar que quando a finalidade da prática pedagógica é a transformação da prática social, a metodologia de trabalho por projetos e a teoria da atividade também constituem ricas e concretas possibilidades para o desenvolvimento de uma ação pedagógica mediadora, dialógica e interdisciplinar.

Um trabalho pedagógico que rompa com a fragmentação dos conteúdos precisa, também, ser situado historicamente e em íntima relação com a prática social. A esta prática chama-se contextualização. Em outros termos, significa contextualizar o sujeito, seus interesses, necessidades e demandas; contextualizar a realidade em que vive, determinantes sociais, econômicos e políticos; contextualizar possibilidades e alternativas de transformação da realidade.

Além disso, os profissionais da educação que lidam com essa proposição curricular que integra ciência, cultura, trabalho e tecnologia, estão sendo permanentemente chamados para guardar uma postura investigativa na definição das alternativas didáticas de integração, as quais podem ser demarcadas com:

- atividade de pesquisa sobre os processos didáticos;
- planejamento participativo, acompanhamento e avaliação contínua;
- sistematização das práticas pedagógicas; explorar as práticas que ajudem a construir o trabalho interdisciplinar;
- planejamento e desenvolvimento de planos comuns de trabalho;
- socialização de distintas experiências e pontos de vistas;
- aproximações temporais com outras disciplinas e propostas de fusão de conteúdos;
- realização de estudos e pesquisas compartilhadas;
- promoção conjunta de seminários e eventos; implementação de métodos de ensino por projetos e atividades de aprendizagem interdisciplinares;
- problematização dos fenômenos;
- relacionar teorias/conceitos fundamentais, identificando suas relações com campos disciplinares em suas interfaces;
- situar conhecimentos como gerais/específicos, abordando-os em sua historicidade, sua apropriação cultural, tecnológica e social;

- mobilizar, provocar engajamentos dos alunos no sentido da proposta da “escola criadora” de Gramsci.

4.3 Mediação pedagógica: como construí-la no espaço escolar?

Conforme explicitado anteriormente, não é suficiente, para a escola, a socialização e a reelaboração dos conceitos científicos, culturais e tecnológicos de forma automática. É preciso um processo pedagógico que construa conexões entre os conceitos científicos e o cotidiano ou, como ressalta Saviani (1989), que construa a educação como atividade mediadora no seio da prática social global.

Ao professor cabe a responsabilidade de exercer a função de socializar o saber a todos os alunos, lutando pela garantia e permanência de todos na escola, independente da origem, classe social, etnia e gênero. As mediações e interações promovidas pelo professor devem trabalhar com a heterogeneidade e o diálogo com as diferentes culturas. O professor é mediador do conhecimento; planeja atividades significativas para estabelecer a aprendizagem, a investigação, a pesquisa que orienta a mudança de conceitos preexistentes em conexão às práticas e à teoria científica estabelecida. Sob esse ponto de vista, não somente o professor, mas também o conteúdo, a forma de ensiná-lo e os objetivos, como componentes do ensino, seriam mediadores da atividade de aprendizagem.

O papel do professor é fundamental, pois é sua responsabilidade mediar e possibilitar as interações entre os alunos e com o conhecimento como um processo de descoberta, de produção, troca e cooperação. Nesse caso, o professor assume o papel e o espaço de mediador na relação intencional de ensino: planeja atividades que contemplem observação, pesquisa, resolução de problemas, seminários, projetos de trabalhos ou outras atividades que viabilizem o espaço e os dizeres dos alunos. A possibilidade de o aluno intervir no processo de aprendizagem provoca-o e impulsiona-o, promovendo a reelaboração do conhecimento. Tão importante quanto a socialização de conhecimentos é a promoção de situações que motivem os alunos rumo ao conhecimento, seja através de troca de informações com os colegas, seja no aprendizado de conceitos científicos.

No seu papel de mediador, o professor vai além da simples ação educativa de repassador de conteúdos, ampliando o seu papel para o de mediador das dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Embora, concomitantemente, tenha que desempenhar o

papel de especialista que possui conhecimento/experiência a comunicar, sua função mediadora contempla a função de orientador das atividades do aluno, tendo em vista um planejamento de ensino, de consultor, de facilitador da aprendizagem, ou seja, de alguém que coordena a aprendizagem. Terá, ainda, que desenvolver a disposição de trabalhar em equipe, como parceiro, junto ao aluno, buscando os mesmos objetivos.

Como mediador sociocultural, o professor deve ter uma relação ética com os alunos, isto é, ser cúmplice na aposta de seu contínuo desenvolvimento e aprendizagem, e na construção de valores e competências. Investir na capacidade do aluno de assumir responsabilidades também é função do professor mediador. Em decorrência dessa relação, o professor pode passar a conhecer novas formas de conceber o mundo, diferentes da sua; pode também rever comportamentos, desfazer preconceitos, mudar atitudes e alterar posturas. “Isso supõe então, criar condições para que o educando adquira, além dos conhecimentos necessários à sua inserção social, capacidades tais como: aprendizagem permanente, reflexão crítica sobre sua função social, realizar ações com responsabilidade individual e social, participar do trabalho e da vida coletiva, colocar-se de forma solidária, acompanhar de forma dinâmica as mudanças sociais, enfrentar e propor soluções originais de forma ágil e rápida por meio de utilização de recursos metodológicos, sob princípios científicos, tecnológicos e sócio-históricos, e “ter utopia, e orientar a construção de seu projeto de vida e de sociedade” (KUENZER, 2000, p. 40, *apud* SANTA CATARINA, 2005).

Assumir a proposta pedagógica imiscuída no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional demandará dos professores um permanente trabalho de ação/reflexão/ação sobre o sentido histórico, político, social e técnico do *fazer pedagógico*, o que demanda um conhecimento rigoroso, radical e de conjunto da prática pedagógica, e o compromisso de ressignificar o papel da educação na atualidade (SAVIANI, 1986).

4.4 Organização do trabalho pedagógico nas escolas

A organização do trabalho pedagógico (OTP) para a implementação do currículo integrado envolve um processo consciente, deliberado e sistemático, destinado à promoção, dentre outras, das capacidades de autoconhecimento e autodeterminação dos alunos; seu crescimento intelectual, científico, cultural e social; conhecimentos técnicos e

metodológicos para a atuação profissional; capacidade de participação; sensibilidade social, crítica de seu tempo e inovadora; emancipação social.

O trabalho pedagógico, acima de tudo, precisa considerar os conhecimentos científicos como núcleo do conteúdo da educação escolar, que não se constitui em simples continuação das experiências do cotidiano. Mas isto não significa desvincular este trabalho da vida material da sociedade. Os componentes curriculares, além de levar em conta os conhecimentos necessários à formação do pensamento científico para um homem contemporâneo, precisam estar abertos para os conhecimentos prévios de alunos e professores; para os conhecimentos construídos no próprio processo de ensino-aprendizagem; para os saberes sociais extraescolares e para os saberes interculturais.

A definição do que é pertinente e prioritário a cada curso integrado é um passo inicial importante no processo de organização do trabalho na escola. A partir daí cabe eleger os elementos de ciência, de cultura, de tecnologia e do mundo do trabalho que serão desenvolvidos; as afinidades, solidariedades, convergências e analogias entre estes conteúdos; os conceitos, teorias, técnicas que se aplicam; os agrupamentos de objetos de estudo, assuntos, conceitos, teorias que são desfrutados em comum; os eixos curriculares transversais que facilitam a integração.

Para exercer um papel ativo junto aos estudantes, no sentido de assegurar condições satisfatórias às aprendizagens significativas, a escola precisa debater os aspectos econômicos, políticos e sociais do local em que está inserida, o Plano Diretor da cidade, o conhecimento das potencialidades locais, das riquezas materiais e culturais, recursos naturais, da economia informal, entre outros. Assim, por exemplo, é importante que a OTP escolar leve em conta a importância de envolver lugares de aprendizagens diversos, sejam institucionais – como espaços culturais governamentais, as organizações não-governamentais (ONGs) que desenvolvem projetos sócio-educativos na busca da atenção e do reforço da aprendizagem escolar – ou não-institucionais. Há, por exemplo, diversas comunidades de interesse organizadas pelos jovens que promovem as festas do bairro, a vida religiosa, a comunicação (jornais, rádio comunitária, novenas, cultos religiosos diversos, associação de amigos), entre outras. No campo dos esportes e do lazer, também se encontram diversos grupos de jovens executando ou interessados em iniciar algum tipo de atividade. Assim, cabe considerar como lugares de aprendizagens o movimento

ecológico, de gênero, étnico ou de defesa de direitos, a exemplo do movimento de defesa dos direitos dos meninos e meninas de rua e do movimento dos sem-terra.

Alguns aspectos importantes para orientar a organização do trabalho pedagógico do EMIEP em Santa Catarina, visando a possibilidade de um trabalho integrado, podem ser os seguintes:

a) Evitar a polarização entre conteúdos gerais e conteúdos profissionalizantes

Este é um grande desafio para a integração e tem como base superar a afirmação de que conteúdos considerados gerais não são também profissionalizantes. Cabe lembrar que uma sólida formação geral é requisito de qualificação profissional no atual mundo do trabalho, talvez mesmo o mais importante. Por razões didáticas, muitas vezes se divide o que é integrado, mas também pela mesma razão pode-se buscar a recomposição do todo.

A construção do currículo integrado exige uma mudança de postura pedagógica, do modo de agir não só dos professores, mas também dos alunos. Significa uma ruptura com um modelo que hierarquiza os conhecimentos e confere menor valor a determinadas áreas do saber. É preciso disposição para a implementação de uma concepção metodológica mais global.

b) Buscar o trabalho coletivo no planejamento das atividades curriculares

A possibilidade de realizar um trabalho integrado entre educadores do ensino médio e da educação profissional de nível médio requer entendimentos sobre alguns pontos de partida fundamentais: evitar a polarização entre os conteúdos gerais e conteúdos profissionalizantes é um deles. Há necessidade de alcançar convergências sobre os projetos de formação, sobre o profissional que se quer formar; sobre estratégias que traduzam operacionalmente valores e perspectivas priorizados. Também o planejamento, a organização, a sistematização, o controle e a orientação do processo didático precisam de uma certa coerência que evidencie a sua construção intencional.

O convite à construção de currículos integrados é ainda uma convocação à interdisciplinaridade, à busca das mediações que possibilitem planejar e desenvolver planos comuns de trabalho. Para isto, é recomendável que se procure interligar as disciplinas através de recursos que podem implicar em desenho da matriz curricular

contemplando aproximações temporais; fusões de conteúdos; realização de estudos e pesquisas compartilhadas; promoção conjunta de seminários e eventos; métodos de ensino por projetos, temas geradores, entre outros.

A metodologia do ensino orientado por projetos tem por objetivo vincular teoria e prática tomando como base a investigação de um tema ou problema. Favorece o estabelecimento de relações entre as informações a que os alunos têm acesso e a realidade, contribuindo para instigar a dúvida e a curiosidade. É uma metodologia que estimula a mobilização e a articulação de diferentes recursos e conhecimentos, incorporando os conteúdos à medida da necessidade do desenvolvimento do projeto.

Recomenda-se o trabalho por projetos vinculados a eixos temáticos e sempre que possível com base em problemas concretos, que possam mobilizar iniciativas e ações que demandem fontes de informação. É desejável que o projeto seja integrador de diferentes áreas do conhecimento, que leve ao confronto de dados e de interpretações, que, através da articulação do ensino com a pesquisa, permita examinar várias alternativas de solução.

Uma abordagem metodológica centrada em resolução de problemas também pode representar uma forma interessante de trabalhar coletivamente no planejamento das atividades curriculares. Nesta abordagem, os problemas são propostos coletivamente, mediados por dilemas reais vividos pela sociedade. A partir de sua disciplina, cada professor junto com seus alunos fornece dados e fatos para interpretação visando à solução do problema proposto.

A Teoria da Atividade, decorrente da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, Leontiev, Lúria e outros pesquisadores, e ligada à concepção de aprendizagem sócio-interacionista, que encontra lugar de destaque na Proposta Curricular de Santa Catarina, pode também reverter em práticas pedagógicas ricas para as atividades curriculares. Esta metodologia traz à tona a responsabilidade de tornar o processo de apropriação e elaboração de conceitos em algo que tenha motivo e finalidade para os alunos (HENTZ, 2000).

A metodologia dos temas geradores constitui-se em mais uma alternativa para trabalhar coletivamente no planejamento das atividades curriculares. Aproxima o processo de ensino-aprendizagem da realidade, unindo a investigação à prática social. Busca combinar os diferentes momentos do conhecimento, a ação transformadora da realidade e

o processo de ensino-aprendizagem. Considera como indivíduos reais e concretos os sujeitos do processo educacional.

Implementar esta metodologia requer organizar um universo temático, selecionar temas capazes de centralizar o processo de ensino-aprendizagem e orientar a programação pedagógica. Os temas selecionados são articulados com a realidade dos estudantes, mais especificamente com as práticas sociais. É bom que sejam suficientemente gerais, para poder expressar de forma abrangente a totalidade pretendida e facilitar o trabalho pedagógico integrado. Cada tema pode ser desdobrado em seu conteúdo, em eixos definidos como elementos de conjuntura ou particularizados. O tema pode ser o mesmo para várias disciplinas que estão sendo desenvolvidas simultaneamente, o que não impede que cada disciplina escolha um eixo teórico que permita estabelecer as conexões com os conteúdos tratados por outras. Esta metodologia permite entrelaçar e integrar aspectos da realidade complexa e contribuir para superar a perspectiva sequencial e fragmentada da organização curricular, através do trabalho coletivo.

c) Dar ênfase ao trabalho dos alunos na escolha das estratégias de ensino-aprendizagem

Na organização do planejamento pedagógico do EMIEP deve ser dada especial ênfase às atividades centradas no trabalho dos alunos, nos processos e ações focalizadas na constituição e compreensão de problemas; na recuperação das experiências já adquiridas pelos alunos; no envolvimento destes em atividades cooperativas. Cabe, portanto, constituir ambientes abertos de aprendizagem, utilizando abordagens metodológicas diferenciadas, levando em conta as especificidades do alunado, o caráter e grau de complexidade das atividades, variedade dos contextos de aplicação dos conhecimentos. O apoio em recursos propiciados pelas novas tecnologias de informação e comunicação é também desejável.

Uma efetiva aprendizagem está muitas vezes relacionada com um ensino que leva em conta as necessidades dos alunos, suas aspirações e expectativas; problemas, dúvidas, incertezas e desafios. Conteúdos contextualizados, a referência ao mundo do trabalho, à penetração da ciência nos processos produtivos, ao avanço tecnológico e às diversidades

culturais, de gênero, etnia e geração também oferecem estímulo a iniciativas inovadoras e criativas para a aprendizagem.

Atender a essas alternativas formativas exige a superação de modelos curriculares rígidos, que valorizam sobretudo a reprodução da informação, o trabalho individual e recursos textuais. Sua superação pode ser pensada a partir da contextualização sociocultural do processo de ensino-aprendizagem, do recurso aos desafios do desenvolvimento local como elemento significador do currículo, da postura investigativa na definição das alternativas didáticas de integração. Está em jogo, efetivamente, um novo ensino, com aulas dialógicas (lançar problemas, esclarecer dúvidas, orientar), redução das aulas puramente expositivas, muita leitura pelos alunos, recursos pedagógicos diversificados, exercícios práticos e laboratoriais pertinentes e interessantes, acompanhamento do aproveitamento do aluno, oferta, a cada aluno, daquilo que maximiza o seu potencial de crescimento pessoal.

A diversidade de atividades pode agir como uma prática incentivadora no inter-relacionamento dos diferentes conteúdos e permitir a reelaboração crítica e significativa do conhecimento. Neste sentido recomenda-se a realização de entrevistas, visitas, pesquisa, observação, conversa, palestra, discussão, leitura, relato, busca e uso de bibliografia, coleta de dados ou informações, maquetes, montagens, experimentos, dramatizações, desenhos, produção coletiva e individual de textos, entre outras.

A busca de atividades investigativas sobre os processos didáticos é fundamental para uma organização criativa do trabalho pedagógico, e tem especial significado se tiver como base o planejamento participativo, acompanhamento e avaliação contínua das atividades.

d) Buscar a interdisciplinaridade na organização do trabalho pedagógico

O trabalho interdisciplinar é um aspecto importante para uma organização pedagógica integradora. Vincula-se à exploração de práticas tais como o planejamento e desenvolvimento de planos comuns de trabalho entre mais de uma disciplina; à harmonização de experiências diversificadas, bem como de pontos de vista variados; ao desenho da matriz curricular contemplando aproximações temporais, fusões de conteúdos; à realização de estudos e pesquisas compartilhadas; à promoção conjunta de

seminários e eventos; à implementação de métodos de ensino vinculados aos pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural, que possibilitem um trabalho pedagógico por atividades de aprendizagem (Teoria da Atividade), por projetos, temas geradores, entre outras alternativas metodológicas sócio-interacionistas.

É preciso considerar que a integração dos conteúdos não vai se dar por acaso, sem o recurso do planejamento conjunto, sem a seleção de conteúdos inspirados por temas integradores. A escolha dos temas integradores e transversais, como alternativa para a organização do trabalho pedagógico no EMIEP, é, portanto, sempre uma possibilidade enriquecedora, desde que eles possam ser abordados sob o enfoque de cada área do conhecimento, que atendam as condições intelectuais e sócio-pedagógicas dos alunos, que tenham nexos entre si e que garantam um aprofundamento progressivo ao longo do curso.

e) Tomar a realidade local como objeto de atenção e estudo da escola

Há diversas comunidades de interesse organizadas pelos jovens que promovem as festas do bairro, a vida religiosa, a comunicação (jornais, rádio comunitária, novenas, cultos religiosos diversos, associação de amigos), entre outras. Também na área de esportes e lazer, é possível encontrar diversos grupos de jovens executando ou interessados em iniciar algum tipo de atividade dessa natureza. É importante considerar tais interesses como lugares de aprendizagens. No entanto, não se chega ao desenvolvimento de processos pedagógicos que possibilitem agregar as informações do contexto, reestruturar o conteúdo dessas informações, reorganizar as suas hierarquias, estabelecer novas conexões, confrontar essas informações com a prática vivida e a transformar, usando os conhecimentos obtidos, pela prática espontânea e desorganizada.

As experiências de integração do ensino médio e da educação profissional demandam ser documentadas e ter um acompanhamento sistemático. Requerem, também, o resgate da capacitação, participação, autonomia e criatividade dos docentes. Uma reorganização curricular é um processo dinâmico e formativo, e sua estratégia de concepção e implementação precisa ser acima de tudo participativa.

5 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Selecionamos o relato de oito experiências desenvolvidas em Escolas de Educação Básica, entre as que estão em processo de implementação do EMIEP, para retratar um pouco do percurso teórico-metodológico e organizacional.

5.1 EEB Padre Vendelin Seidel

Curso: Moda e Estilismo

Município: Iporã do Oeste

Gerência Regional de Educação: Itapiranga

Introdução

No ano de 2004, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina iniciou o processo de discussão em torno da implantação de cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), ocorrendo a adesão do Estado a este projeto do governo federal.

A construção dessa política em Santa Catarina se deu respeitando as necessidades e demandas de profissionalização de cada uma das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Na área de abrangência da 1ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR), o processo de definição do curso ocorreu primeiramente no âmbito do Comitê Temático de Educação (formado pelos Secretários Municipais de Educação de todos os municípios desta SDR, por um representante das escolas estaduais de cada município, pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Santa Catarina e por cinco membros da Gerência Regional de Educação). Este Comitê definiu como prioridade um curso voltado para a área do vestuário – imagem pessoal, em virtude do avanço deste ramo de atividade na região –, sendo ainda aprovado como sede deste curso o município de Iporã do Oeste, pela sua localização central entre os municípios de abrangência desta regional. Posteriormente, o Conselho de Desenvolvimento Regional aprovou esta decisão do Comitê Temático de Educação, dando-se início ao processo de discussão e elaboração do projeto do curso de EMIEP. Tais discussões aconteceram até o

mês de setembro de 2005 e a partir daí se iniciou uma série de ações que viabilizaram e continuam viabilizando a oferta desta modalidade de ensino médio.

Cabe ressaltar que os cursos de EMIEP apresentam-se como nova modalidade de oferta de Ensino Médio Profissionalizante uma vez que apresenta uma proposta metodológica diferenciada que busca formar – tanto educadores quanto educandos – cidadãos críticos, criativos, abertos e capazes de mudanças.

Desenvolvimento

A partir da definição da área (imagem pessoal – Moda e Estilismo) e do local (EEB. Pe. Vendelino Seidel) do curso de EMIEP, a Gerência de Educação, através do Setor de Ensino, iniciou a elaboração e implementação do projeto de criação do curso, passando pelas seguintes etapas:

- participação do integrador de Ensino Médio e Profissional, do gestor e de um representante dos professores no 1º Seminário de Implementação do Projeto de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Desafios e Possibilidades na Implantação do EMIEP, em setembro de 2005, visando capacitá-los para a elaboração do Projeto Pedagógico do EMIEP, almejando que este tenha como eixo estruturante as relações entre educação e trabalho em consonância com as concepções orientadoras da Proposta Curricular de Santa Catarina;
- esclarecimento da proposta do EMIEP para a comunidade escolar – pais, alunos, professores, Núcleo da Indústria do Vestuário do Oeste Catarinense e comunidades em geral – em outubro de 2005;
- elaboração do projeto envolvendo a Gerência de Educação, Corpo Docente e Diretivo da EEB. Pe. Vendelino Seidel, nos meses de outubro a dezembro de 2005;
- participação no 2º Seminário de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, visando capacitar o Integrador de Ensino Médio e Profissional, os professores e Gestores das unidades escolares que estariam implantando o EMIEP, em 2006, para a construção de uma prática pedagógica interdisciplinar fundamentada nos princípios do EMIEP e nos pressupostos teórico-metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina – em dezembro de 2005;

- adesão da unidade escolar ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina para ofertar o curso de EMIEP – Moda e Estilismo –, em dezembro de 2005;
- participação dos docentes e equipe diretiva no Curso de Capacitação Descentralizada – Educação e Trabalho e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em fevereiro de 2006;
- início das atividades com os educandos do Curso de EMIEP – Moda e Estilismo, com aula inaugural do curso contando com a presença do Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, no início do mês de março de 2006;
- realização de reuniões pedagógicas, de planejamentos e conselhos de classe na Unidade Escolar, durante todo o ano letivo de 2006 e 2007;
- participação de todos os docentes, gestores e integrador de Ensino Médio e Profissional no 3º Seminário de EMIEP – Diretrizes Norteadoras, subsidiando os educadores para que efetuassem a revisão dos projetos pedagógicos, aprofundando aspectos relacionados à matriz curricular e às propostas metodológicas, observando tanto aspectos relacionados à formação geral como ao aprofundamento em áreas do conhecimento técnico/tecnológico específico – no período de julho a agosto de 2006 –, tendo sido realizado em duas etapas;
- participação de docentes, gestores e integrador de Ensino Médio e Profissional Integrado no 4º Seminário: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – aspectos teórico-metodológicos, com o objetivo de analisar os projetos pedagógicos do EMIEP, revendo aspectos relacionados à matriz curricular, à caracterização das áreas de formação profissional e orientação teórico-metodológica dos projetos, bem como de traçar as diretrizes para o EMIEP na rede pública estadual de Santa Catarina, em agosto de 2006;
- participação de docentes, gestores e integrador de Ensino Médio e Profissional Integrado no 5º Seminário: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Avaliação de Percurso, em que foi realizado o aprofundamento dos projetos/matrizes curriculares e propostas metodológicas construídas nas/pelas unidades escolares, observando os princípios teórico-metodológicos do EMIEP,

bem como a análise do processo de implantação, observando os avanços e dificuldades encontrados até o momento, em setembro de 2006;



projeto do EMIEP pela escola, realizando reuniões com os educadores, educandos, gestores e equipe da Gerência Regional de Educação de São Miguel do Oeste, em agosto de 2006;

- realização de acompanhamento e assessoria da Secretaria de Estado da Educação, na EEB. Pe. Vendelino Seidel, utilizando como referencial a gestão administrativo-pedagógica do projeto, infraestrutura destinada ao



- participação dos alunos do Curso do EMIEP Moda e Estilismo no evento: 31º Painel da Moda, realizado no município de São Miguel do Oeste, com a participação do Consultor de Moda Marcondes Tavares, no início do segundo semestre de 2006;

- participação dos alunos do Curso do EMIEP - Moda e Estilismo no Desfile de Escolha do Garoto e Garota FAI (Faculdade de Itapiranga), em setembro de 2006, customizando as roupas do desfile;



modelos, peças customizadas, história da moda...), em outubro de 2006;

- participação dos alunos do EMIEP – Moda e Estilismo na 1ª Feira Interdisciplinar da EEB. Pe. Vendelino Seidel com exposição de trabalhos do curso (tendências da moda 2007, tipos de tecidos e aviamentos, miniaturas de

- realização de um Curso de Capacitação Descentralizada focalizado na área de Moda e Estilismo, em novembro de 2006;
- participação dos alunos do EMIEP na organização e decoração do ambiente de formatura do Ensino Médio de Educação Geral (organização de evento);
- avaliação com educadores, educandos, gestores e integrador de Ensino Médio e Profissional do primeiro ano de funcionamento das atividades do curso de EMIEP – Moda e Estilismo, em dezembro de 2006;
- elaboração da proposta de Estágio Curricular do curso de EMIEP – Moda e Estilismo no período de fevereiro a maio de 2007;
- participação dos alunos no evento em homenagem às mães, promovido pela Associação Comercial de Iporã do Oeste, ornamentando o local do evento, promovendo a abertura do desfile e realizando apresentações artísticas no evento com o tema: a influência da moda dos anos 60 e 80 na atualidade;
- estabelecimento de parcerias com a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste, Núcleo das Indústrias do Vestuário do Oeste Catarinense (NIVOC) e diversas empresas de vestuário – contatos realizados no decorrer dos anos de 2006 e 2007;
- acompanhamento contínuo da integradora de Ensino Médio da Gerência de Educação, através da participação nos planejamentos e reuniões pedagógicas durante o período de 2005 a 2007.

Os cursos de EMIEP do Estado de Santa Catarina apresentam dimensões conceituais, curriculares, organizacionais e metodológicas que devem ser destacadas aqui e compreendidas pelos educadores.

O EMIEP é um curso planejado que conduz, simultaneamente, a um diploma e a um certificado; possui uma única grade curricular, uma única matrícula por aluno, uma carga horária que assegura o cumprimento das duas finalidades – formação geral e profissional. Para tanto, há convergência de objetivos do ensino médio e do ensino técnico, buscando-se uma sólida e atualizada formação científica, tecnológica, cultural e ética. A perspectiva de EMIEP está fundamentada pela concepção de trabalho como princípio educativo, que compreende o educando como cidadão, sujeito de direitos – entre os quais estão incluídos aqueles relacionados a uma formação cultural plena:

O trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque, a partir da produção de todos, se produz e se transforma a existência humana (BARACHO, MOURA et al., 2006).

Para atender a esses objetivos, o EMIEP possui uma proposta de equação curricular. Isso não significa uma simples justaposição ou sobrecarga de conteúdos, mas sim viabiliza várias possibilidades de integração, devendo estar aberta a uma infinidade de alternativas/estratégias encorajando os envolvidos à busca de uma aprendizagem profunda. Tal aprendizagem precisa oportunizar:

- a compreensão consolidada das matérias, permitindo a inter-relação de conceitos de um domínio para outro;
- o desenvolvimento da criatividade e do pensamento autônomo e crítico;
- a formação do gosto pela aprendizagem e de hábitos de autoaprendizagem;
- a formação de pessoas abertas, interessadas, curiosas, críticas, solidárias e de iniciativa.

A partir dessa proposta de equação curricular para o EMIEP, surgem acenos de novas perspectivas para a formação de nível médio em suas diferentes modalidades de oferta – Ensino Médio Profissionalizante concomitante, subsequente e integrado: a renovação curricular, a oferta de educação integral, politécnica e universalizante, a relação mais estreita do Ensino Médio com a prática social, a relação mais estreita da Educação Profissional Técnica de Nível Médio com a ciência, uma melhor formação cultural e intelectual do estudante, o desenvolvimento de personalidades mais ricas, criativas e críticas, a compreensão dos conceitos e princípios científicos subjacentes às técnicas.

A proposta metodológica do EMIEP permite o surgimento da possibilidade de desenvolver capacidades diversas nos envolvidos nesse processo educativo, como: a de selecionar, organizar, confrontar as informações; identificar semelhanças, diferenças, sucessões de tempo, continuidades e causalidades; construir inferências, interpretações, argumentos, conhecimentos e significados; realizar diagnósticos, planejar e avaliar ações; comunicar conceitos, explicações, decisões; assimilar mudanças tecnológicas e inserir-se nas novas formas de organização do trabalho; desenvolver a autonomia do pensar e do agir; fazer a gestão da própria aprendizagem e a de transformação do mundo do trabalho.

No entanto, para que tais capacidades possam ser desenvolvidas, urge que os educadores desenvolvam alguns requisitos: visão de totalidade; prática pedagógica globalmente compreensiva do ser humano em sua integralidade; abordagem integrada do processo pedagógico; integração entre teoria e prática; interdisciplinaridades e transversalidades; contextualização e pertinência; criatividade, inovação e abertura à mudança.

A partir dessas considerações, percebe-se que um novo modelo de ensino e de aprendizagem se estabelece. Entretanto, muitos são os questionamentos que se apresentam, entre eles: Quais informações, conteúdos, atividades podem ou devem ser trabalhadas nas salas de aula? Quais interpretações podem ser feitas a partir do acesso a tais informações, conteúdos e/ou atividades? Quem as fará? Os especialistas de uma nota só? A partir dessas interpretações, quais podem ser as compreensões possíveis de ser feitas por nossos educadores e educandos? Serão construídos novos saberes, desenvolvidas novas habilidades e atitudes? É possível um processo educativo renovado para o Ensino Médio?

Finalmente, é importante destacar a necessidade de refletirmos profundamente sobre:

1. Os aspectos do currículo: o que é pertinente e prioritário a cada um dos currículos que estão sendo integrados; quais são os elementos de ciência, cultura, tecnologia e do mundo do trabalho que podem ser identificados em cada um deles; quais são as afinidades, solidariedades, convergências e analogias entre estes conteúdos; quais conceitos, teorias, técnicas são necessários para oportunizar a formação integral a

que o EMIEP se propõe; quais eixos curriculares transversais facilitam essa integração.



2. As estratégias de ensino-aprendizagem: centradas na atividade dos sujeitos, nos processos e ações; focalizadas na constituição e compreensão de problemas; de recuperação e valorização das experiências já adquiridas pelos alunos; de envolvimento dos alunos em atividades cooperativas; de estímulo ao pensamento científico e mais do que isso da compreensão de relações; constituição de ambientes abertos de aprendizagem.
3. A escolha dos temas integradores e transversais: que abranjam os conteúdos necessários para garantir a aprendizagem dos conceitos para a construção dos saberes; que possam ser abordados sob o enfoque de cada área do conhecimento; que possibilitem compreender o contexto em que os alunos vivem; que permitam a substituição da pedagogia da resposta pela pedagogia da pergunta; que privilegiem o aprofundamento e a ampliação do conhecimento do educando.

Far-se-á necessária a criação de uma nova dinâmica de percepção, discussão e ação consciente dos educadores e dos educandos. Para tanto, necessita-se de uma nova visão do que significa ser um Ser Humano e da compreensão de que o planeta Terra é esgotável e clama pela mudança de mentalidade desses seres humanos para continuar existindo. Tais atitudes, associadas a novas relações sociais, pedagógicas, e ao conhecimento são fundamentais para que os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional possam atender aos objetivos e expectativas de uma formação integral do aluno do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BARACHO, M. das G. et al. **Políticas Públicas de Formação de Professores e de Financiamento.** Algumas reflexões e proposições acerca do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica de nível médio. Disponível na internet: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/> - arquivo consultado em 12 de setembro de 2006.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

CAMPOS, R.F. In: **Seminário: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: diretrizes e caracterização.** Balneário Camboriú/SC, agosto/2006.

_____. In: **Seminário: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: avaliação de Percurso.** Balneário Camboriú/SC, setembro/2006.

CIAVATTA, M. **A formação integrada** – desafio de deslindar a realidade da fantasia. Versão preliminar para discussão (mimeo), 2004 (Seminário Interno MEC: Currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, 22/09/2004).

MACHADO, L. R. S. **Politécnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos.** Florianópolis: IOESC, 2005.

Elaboração: Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva

Colaboração: Equipe gestora e pedagógica da EEB. Pe. Vendelino Seidel

5.2 EEB Estanislau Schumann

Curso: Gestão da Propriedade Rural

Município: Bela Vista do Toldo

Gerência Regional de Educação: Canoinhas

O objetivo principal do curso é formar jovens empreendedores rurais, que saibam administrar suas propriedades para delas retirar o seu sustento e o de sua família, tirando proveito de tudo de bom que a propriedade possa oferecer com a utilização de técnicas que respeitem e preservem o meio ambiente. Formar Técnicos em Gestão da Propriedade Rural vem ao encontro dos anseios da população belavistense, pois tem o propósito de manter o jovem no campo e com isso proporcionar o desenvolvimento do município e de toda região.

Os alunos, após quatro anos de estudos, além do Certificado de Conclusão do Ensino Médio, receberão o Certificado de Habilitação Profissional. O jovem sai do ambiente escolar preparado para exercer a atividade de Técnico em Gestão da Propriedade Rural e também para prosseguir em seus estudos caso seja de sua vontade.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com Habilitação de Técnico em Gestão da Propriedade Rural iniciou seu funcionamento na Escola de Educação Básica Estanislau Schumann, do município de Bela Vista do Toldo/SC, no ano de 2006, com uma turma de 40 alunos. Em 2007, apresentou uma turma de 1º ano com 22 alunos e uma turma de 2º ano com 32 alunos.

Considerações sobre a implantação do EMIEP

O Conselho de Desenvolvimento Regional da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, de Canoinhas/SC, decidiu pela implantação do curso de EMIEP neste estabelecimento de ensino devido ao fato de o município ser o de mais baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região, tendo o curso iniciado com uma turma de 40 alunos, no período matutino.

Por ser Bela Vista do Toldo um município essencialmente agrícola, decidiu-se pela implantação de um curso que fosse voltado para a Gestão da Propriedade Rural, resultando

em maior valor agregado à propriedade, o que conseqüentemente possibilitará a redução do êxodo rural no município.

Após reunião com os pais, alunos, Associação de Pais e Professores - APP ficou decidido que o EMIEP teria duração de quatro anos, sendo realizado no período matutino nesta Unidade Escolar, iniciado no ano de 2006. O estágio deverá ocorrer no contraturno do terceiro e quarto ano, sendo 160 horas e 200 horas respectivamente, correspondendo ao período de junho a dezembro de cada ano, fechando a carga horária em 360 horas. O estágio será desenvolvido na propriedade familiar, e ao término do curso o aluno apresentará relatório final e defesa. Para receber o diploma, ele deverá cumprir todas as disciplinas constantes na matriz curricular do referido curso, obter a média mínima para aprovação, ter 75% de freqüência, realizar o estágio supervisionado, apresentar relatório e defesa.

Proposta pedagógica da escola

A educação, como parte integrante e de extrema importância na sociedade, tem em si todas as condições de colaborar com o processo de transformação social. Para tanto, há de se processar na educação formal de hoje uma grande análise dos conteúdos trabalhados, adotando uma pedagogia que atenda a necessidade de todos os segmentos da comunidade escolar, oferecendo condições igualitárias para todos e eliminando a exclusão social de alguns e o privilégio de poucos.

A melhoria da qualidade de ensino e a permanência do aluno na escola se concretizarão através de uma prática pedagógica atualizada e voltada para as reais necessidades do educando. Para que isso ocorra é necessário que o professor, através das experiências pessoais dos alunos, busque novas experiências, métodos e técnicas, despertando o interesse e a participação, tornando a aprendizagem agradável e produtiva.

Buscando a participação desta Unidade Escolar na retomada da credibilidade e da qualidade do ensino da escola pública, foi proposta, através do seu Projeto Político-Pedagógico – PPP, a participação e o envolvimento de toda a comunidade escolar na execução do trabalho pedagógico. Por meio de um trabalho organizado, planejam-se as atividades educacionais com o objetivo de preparar indivíduos atuantes, críticos e conscientes na construção de sua cultura e história. A E.E.B. Estanislau Schumann tem

como embasamento filosófico a integração escola-comunidade, visando à elevação da cultura da comunidade em geral, num trabalho coletivo, em que cada um contribuirá de acordo com a sua função.

Proposta pedagógica do curso de EMIEP

O EMIEP se apresenta com um princípio educativo voltado ao desenvolvimento de competências, o qual pressupõe um currículo interdisciplinar e contextualizado, em que a educação é para a vida e prepara o jovem para o mundo do trabalho. Torna-se imprescindível compreender o educando como um cidadão, sujeito de direitos e deveres, e contribuir com conhecimentos teóricos que permitam aos educandos/trabalhadores compreender, enfrentar e resolver as questões diárias do mundo social e do trabalho. O objetivo é formar alunos críticos, autônomos e protagonistas da sua realidade, o que requer esforço e uma tarefa conjunta da direção, equipe pedagógica e professores.

Para construir um estudo e conhecimentos com sentido social e profissional, os professores necessariamente precisarão superar a mera aula repetitiva e instrucionista, com aulas reprodutivas e fórmulas prontas. Investimos em uma educação que valorize a reflexão crítica e a articulação entre o local e o universal, fazendo com que o estudo se torne significativo. Entretanto, unir ensino teórico, pesquisa e prática não é tarefa fácil e não devemos ignorar as dificuldades (falta de espaço físico e de material didático; currículo extenso; carga horária insuficiente; escassez de recursos; falta de tempo para articulação entre os profissionais; desconhecimento da área técnica; falta de interesse e descomprometimento de alguns alunos, o que desmotiva os demais; avaliação tradicional). Contudo, é importante salientar que a vontade de superar os desafios e criar uma nova realidade para o Ensino Médio é a base que impulsiona e gera novas possibilidades de superação.

Diante de toda essa realidade, como oferecer um EMIEP que cumpra os objetivos do curso e atenda as exigências educacionais dos alunos? Em resposta a essa questão, nós da EEB Estanislau Schumann, juntamente com a equipe técnica da 26ª Gerência da Educação, estamos desde o ano de 2006 buscando novas alternativas e aplicando-as através de experimentação visando encontrar a chave que abra as portas de um Ensino Médio Integrado de qualidade, visto que todo esse processo está em fase de implantação e

adaptação e não existe um modelo pronto, nem exemplos que possam ser seguidos até o momento, dadas as especificidades de cada região.

A junção do tripé trabalho, ciência e cultura é o que impulsiona a elaboração das atividades na EEB Estanislau Schumann, onde procuramos aplicar, através dos procedimentos didáticos, métodos que favoreçam o pensar, o argumentar e a elaboração de reflexões sobre a própria realidade.

As aulas técnicas são o que direcionam as atividades das disciplinas de núcleo comum para que o conteúdo seja integrado dentro da realidade de vida dos educandos, enfocando sempre a atividade profissional de formação, com temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, o que conseqüentemente garantirá uma melhoria na qualidade de vida do educando e de sua família.

A integração de conteúdos, como já foi mencionado, é elaborada a partir de atividades de aprendizagens, fundamentadas na disciplina técnica, em que o professor segue uma sequência de conteúdos gradativos, direcionando o trabalho com as demais disciplinas. No início de cada bimestre os professores se reúnem e discutem qual conteúdo será abordado pela disciplina técnica e voltam seus conteúdos a uma mesma linha de pensamentos. No decorrer do bimestre os professores fazem pequenas reuniões e discutem o andamento dos trabalhos.

É preciso salientar que a carga horária das disciplinas muitas vezes é insuficiente para contemplar os conteúdos curriculares comuns do Ensino Médio com os conteúdos do Ensino Médio Integrado, o que acaba por prejudicar o bom andamento dos trabalhos, visto que os professores não dispõem de tempo suficiente para aprofundar e abranger de forma significativa todos os temas propostos.

A partir do segundo bimestre do ano letivo de 2007, a EEB Estanislau Schumann direcionou-se a desenvolver um trabalho de pesquisa integrado voltado à propriedade rural do aluno (em anexo). Esse projeto tem a função de integrar todas as disciplinas do Ensino Médio Integrado num trabalho conjunto de pesquisa e apresentação, que possibilitará o conhecimento aprofundado da realidade dos alunos e, através de análise, indicar sugestões de melhorias e novas alternativas de desenvolvimento.

Atividades extracurriculares realizadas

Para a melhoria da qualidade de ensino, a EEB Estanislau Schumann, juntamente com a 26ª Gerência da Educação de Canoinhas/SC, busca oferecer a seus professores e alunos alternativas de ensino diversificadas. Entre as diversas atividades, podemos citar:

PARA PROFESSORES E EQUIPE PEDAGÓGICA

1. cursos de formação continuada;
2. frequentes reuniões e discussões para tomadas de decisões conjuntas, autoavaliação e avaliação do andamento geral do curso e integração de conteúdos, etc.;
3. incentivo constante à participação na RCPE (Rede Catarinense de Pesquisadores em Educação) para troca de informações e demais conteúdos disponíveis sobre o assunto, em livros e revistas, internet, etc.

PARA ALUNOS

1. cursos de capacitação: os alunos do Ensino Médio Integrado já participaram de diversos cursos de capacitação profissional voltados para a sua área de formação e que possibilitarão a mudança da sua própria realidade; entre eles podemos citar: Informática, Administração Rural, Empreendedorismo Rural, Apicultura e Turismo Rural. Esses cursos são oferecidos em parcerias com EPAGRI, NEP e SENAR;
2. participação em palestras: os alunos já participaram de diversas palestras, dentro e fora da escola: Meio Ambiente, Administração Rural, Perdas da Colheita, Comercialização e Intermediação da Produção Agrícola, Tendências do Mercado Agrícola, Meio Ambiente e Sustentabilidade, entre outras;
3. viagens e passeios técnicos a empresas privadas e governamentais, universidades, propriedades rurais bem-sucedidas (diversificadas, agroecológicas, etc.), propriedades com agronegócio (pesque-pague, turismo rural, etc.).



Alunos participando do Curso de Informática



Participação em palestras



Visita técnica realizada com os alunos do Ensino Médio Integrado

Parcerias

Quando o curso de EMIEP estava em fase de implantação, estabeleceram-se parcerias imediatas, e agora, no decorrer do Curso, estamos implementando outras parcerias que se apresentam bem-sucedidas até o momento. São elas:

- Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo
- Universidade do Contestado – UnC
- Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR
- Empresa de Pesquisa Agropecuária – EPAGRI
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
- Núcleo de Educação Profissional – NEP

- Colégio Agrícola Vidal Ramos – CEDUP
- Empresas da região: Mili, Rigesa, entre outras
- Comércio e comunidade local (que sempre contribuem quando solicitados)

Avaliação, acompanhamento e assessoramento

A avaliação e o acompanhamento do curso de EMIEP devem ser constantes. As práticas pedagógicas sempre são complexas, assim como a estrutura curricular, por isso torna-se necessário dispor de uma flexibilidade e um processo permanente de avaliação, buscando assegurar que haja a participação de todos os envolvidos nesse processo educacional e proporcionando possíveis avanços e novas adaptações.

O acompanhamento é feito pela Direção da Escola, pela Equipe Pedagógica, pela Coordenadora do Curso e pela Equipe Técnica da 26ª Gerência da Educação, que auxilia, professores e alunos dando orientações e sugestões de forma a desenvolverem seu trabalho de maneira mais significativa e qualitativa.

O EMIEP desde março de 2007 está sendo acompanhado por toda a comunidade local e – por que não dizer – regional através do jornal escolar intitulado *Informativo Estanislau Schumann*, e por vezes também através de outros meios informativos da região, como rádios e jornais de circulação regional.

Considerações finais

Oferecer o curso de EMIEP realmente é um privilégio. Mas para que ele atinja todos os objetivos propostos serão necessários ainda muitos investimentos físicos e materiais e também sacrifício, empenho e dedicação por parte de todos os envolvidos.

Através do curso a EEB Estanislau Schumann já recebeu diversas melhorias tanto da área física como de equipamentos e material didático, além de capacitação para os profissionais. Pode-se dizer que estamos no rumo certo e que a tendência é de melhorias constantes.

A comunidade escolar tem a expectativa de, através deste curso, contribuir para a redução do êxodo rural, fixando o jovem no município e apontando alternativas de melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARACHO, M. das G. et al. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: integrar para quê?** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

HOFFMANN, R. **Administração da empresa agrícola.** São Paulo: Pioneira, 1989.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: Aprendizagem e desenvolvimento – um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1991.

RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradição.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e do Desporto. **Proposta curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (Temas Multidisciplinares).** Florianópolis: GOGEM, 1998.

_____. **Proposta Curricular.** Estudos Temáticos. Florianópolis. IOESC, 2005.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Cortez, 1996.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

Diretor

Adilson Poloniski

Coordenadora do Curso

Carla Simone Corrêa da Maia

ANEXO

TRABALHO DE PESQUISA

CONHECENDO A MINHA REALIDADE A PARTIR DO OLHAR DAS DIVERSAS DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

2º bimestre (pesquisa na propriedade, biblioteca e internet, entregar esboço do trabalho
- 4 pontos na média -

3º bimestre (continuação da pesquisa, montagem e entrega do relatório (álbum da
propriedade)
- 5 pontos na média -

4º bimestre (exposição do relatório e seminário dos alunos)
- 5 pontos na média -

Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, Gestão I – Ambiente e Desenvolvimento (1º ano), Gestão II – Sistema de Produção (2º ano), História, Informática Aplicada, Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira Moderna (Espanhol), Matemática, Química

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos educandos um conhecimento avançado de sua própria realidade a partir da complexidade das diversas disciplinas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional “Técnico em Gestão da Propriedade Rural”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- possibilitar aos professores o conhecimento da realidade dos educandos do Ensino Médio Integrado;
- integrar as disciplinas do Ensino Médio Integrado num trabalho complexo de pesquisa e apresentação;
- realizar um trabalho concreto em todas as disciplinas do Ensino Médio Integrado a partir da realidade das propriedades rurais apresentadas pelos educandos;
- despertar nos educandos do Ensino Médio Integrado o gosto pela pesquisa;
- propor a utilização de diferentes métodos de pesquisa e apresentação de relatórios.

JUSTIFICATIVA

O presente Trabalho de Pesquisa justifica-se pela necessidade de autoconhecimento dos alunos e também conhecimento dos professores, direção e equipe pedagógica da escola sobre a realidade de vida dos educandos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, visto que se formarão como Técnicos em Gestão da Propriedade Rural e atuarão na sua propriedade rural, conseqüentemente necessitando mudar sua própria realidade, estruturando e organizando sua rotina diária.

INFORMÁTICA

Prof. Luis Alfredo Wendt

O trabalho de todas as disciplinas deverá ter a seguinte estrutura:

Papel:	Utilizar somente papel branco, formato A4 (210mm x 297mm)
Margem:	Esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm
Fonte:	Títulos: cor preta, fonte arial, tamanho 14, negrito Texto digitado somente na cor preta, fonte arial, tamanho 12.
Espaçamento:	Texto: espaço de 1,5 entre linhas Títulos e subtítulos: devem ter duas linhas de espaçamento entre um e outro
Texto:	Alinhamento: justificado
Fotos e imagem:	Toda foto ou imagem deve ter a legenda embaixo, uma referência
Citações:	Toda frase copiada da internet ou de um livro e acrescentada no seu próprio texto deve ter referência contendo: nome do autor e de onde foi retirada a frase (internet, livros, etc.)
Gráficos:	Todo gráfico deve ter legenda

O projeto deve ser montado da seguinte forma:

Capa (distribuída na folha em linhas da seguinte forma: 1ª linha: nome da escola, 2ª nome do curso, 3ª nome do aluno, 4ª título do trabalho, 5ª nome do município, 6ª ano)
1 Introdução
1.1 Apresentação do tema
1.2 Problema (qual é a questão, do que se trata o trabalho, o porquê do trabalho)
1.3 Justificativa (justificar, dar uma importância ao trabalho)
1.4 Objetivos (quais foram os objetivos que levaram a realizar esse trabalho, ou quais objetivos deveriam ser alcançados ao realizar esse trabalho)
2 Desenvolvimento ou Referencial teórico (o texto do trabalho)
3 Recursos (relatar tudo o que foi usado para desenvolver o trabalho)
4 Cronograma (as etapas seguidas para elaboração do trabalho)
5 Conclusão
6 Referências bibliográficas (se você utilizou frases de alguém, deve fazer o referencial teórico constando: nome do autor, nome do livro, página, editora e ano e publicação ou referenciar a página da internet onde foi pesquisado).

ARTE

Profª Siomara Teresinha Vieira Figura

Atividades:

1. Desenho da sua propriedade.
2. Tirar fotos de pontos diversos da propriedade, analisando aspectos positivos e negativos. Propor mudanças nos pontos negativos para o crescimento dos aspectos positivos.
3. Escolher um ponto da propriedade, criar um jardim – mostrando o antes e o depois. Esse jardim pode ter pedras, esculturas (com raízes ou porongos, por exemplo), algo que atraia a BIODIVERSIDADE (borboletas, pássaros, abelhas...). Mostrar em fotos o

andamento do trabalho e a finalização. Pode acontecer na sala troca de sementes, mudas de flores, arbustos ou árvores.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Prof. Marlon José Karvat

Atividade:

- Identificar aspectos positivos e negativos da sua vida diária em relação à qualidade de vida possível numa propriedade rural como:
 1. Horário de acordar e levantar
 2. Primeira atividade diária
 3. Café da manhã (horário, o que, formas de preparo, etc.)
 4. Atividades cotidianas da manhã
 5. Almoço (horário, o que, formas de preparo, etc.)
 6. Atividades cotidianas da tarde
 7. Atividades do final da tarde e noite
 8. Jantar (horário, o que, formas de preparo, etc.)
 9. Horário de dormir (quantas horas dormidas por noite)

- O que pode ser feito na propriedade em relação a práticas de esportes e atividades físicas.

HISTÓRIA

Prof. Paulo Odair Moreira

Atividade:

Responder em forma de relatório às seguintes questões:

1. Há quanto tempo a propriedade está com sua família e de que maneira foi adquirida?
2. Em relação à sua família:
 - quantas pessoas, entre pais e filhos, fazem parte da família e qual a idade de cada um;
 - quantos moram na sua residência rural;
 - quantos não moram mais na residência rural e por que saíram;
 - quantas pessoas da família trabalham em atividades agrícolas;
3. Pesquise com seus parentes sobre os integrantes da família e seus antepassados e monte uma **árvore genealógica**.

4. Descreva usos e costumes de seus antepassados que ainda continuam a ser usados nos dias atuais.
5. Qual é a descendência de sua família?
 - a) Pai: _____
 - b) Mãe: _____
6. Seus avós (ou bisavós) vieram de que lugar do Brasil ou do estrangeiro?

BIOLOGIA

Profª Rita de Cássia Stocker da Costa

Atividade:

Fazer pesquisa e entregar os dados em forma de relatório com planilhas dos seguintes dados:

SERES VIVOS

1. Animais de criação (bovinos, suínos, caprinos, peixes, aves, abelhas e outros)
2. Descrever sobre os animais silvestres já vistos na propriedade, pesquisar se estão ou não em extinção, se é um animal perseguido por caçadores, etc.
3. Vegetação cultivada (milho, soja, trigo, cevada e outros): quantidade plantada, quantidade colhida, rendimento da produção, etc.
4. Alimentação animal (pastagem, silagem, ração)
5. Alimentação humana (industrializada e também a cultivada na propriedade)

ESPAÑHOL

Profª Sandra Mara Alves Lourenço Bredun

Atividade:

Pesquisa vocabular de objetos utilizados na propriedade agrícola, maquinários e equipamentos, defensivos agrícola, produtos comercializados da propriedade, etc.

FILOSOFIA

Prof. Edilson Prust

Atividade:

Faça um texto contendo uma análise crítica e detalhada da realidade da propriedade, da família e da sua comunidade.

MATEMÁTICA, FÍSICA E QUÍMICA

Prof. Amilcar Reinaldo Ludka

Atividades:

Pesquisar na propriedade rural e apresentar relatório contendo gráficos, tabelas, planilhas, etc., conforme o assunto solicitado:

1. Produtos industrializados consumidos na propriedade: alimentação, vestuário, etc.
2. Planilha de custos de manutenção da propriedade rural
3. Planilha de custos da última safra
4. Planilha do consumo de energia elétrica
5. Época de plantio adequada para cada cultura
6. Influência de temperatura (clima) na produção
7. Ferramentas usadas na propriedade rural
8. Mão de obra: da casa e/ou contratada (custeio – dia, semana, mês)
9. Combustíveis utilizados na propriedade, valor unitário, controle e previsão de gastos
10. Eletrodomésticos: tipo, potência, avaliação do produto
11. Meios de locomoção da família

GEOGRAFIA

Prof. Ércio Neivaldo Pereira

Atividades:

Responder em forma de relatório as seguintes questões:

1. Em que localidade fica a propriedade da sua família?
2. Observe na sua propriedade qual a posição em que o sol nasce e se põe (Ex. o sol nasce na direção da porteira, na entrada da propriedade, e se põe entre duas colinas). Então:
 - a) O sol nasce no leste, na direção _____ que eu aponto com o braço direito;
 - b) O sol se põe no oeste, na direção _____ para lá e estendo o braço esquerdo;
 - c) Na minha frente fica o norte, onde eu vejo (qual objeto ou paisagem) _____;

- d) Nas minhas costas fico o sul, demarcado pelo objeto _____.
3. A casa onde eu moro com meus pais tem _____ m de comprimento por ____ m de largura, totalizando ____ m². A frente dela está na direção (N-S-L-O) _____.
 4. Quais os tipos de culturas que a família produz e onde são comercializadas?
 5. É agricultura mecanizada ou com tração animal?
 6. Quanto existe da área nativa na propriedade? Se existe, que tipo de vegetação predomina? Cite-as:
 7. Existe reflorestamento? Que espécie?
 8. Existe algum rio, riacho, nascente ou lagoa que passa ou que nasce nessa propriedade? Que nome? Se for rio, onde vai desaguar? Está limpo ou poluído? Comente:
 9. Como é o relevo da propriedade? Tem serras, morros, etc.? A área de cultivo é plana?
 10. Como é o inverno e o verão? Chove muito?
 11. Comente sobre mais assuntos que você ou sua família deseje (estradas, impostos, lazer, cultura, etc.).

GESTÃO I e II

Prof. Luis Alfredo Wendt

Tema: CONSERVAÇÃO DO SOLO e CONSERVAÇÃO DA ÁGUA

Atividades: Projeto Ambiental contendo:

1. Realizar pesquisa na propriedade, biblioteca e internet
2. Identificar as formas com que o solo e a água estão sendo utilizados na propriedade
3. Desenvolver projeto de conservação de água e solo na propriedade
4. O projeto deve conter:
 - Capa
 - Introdução
 - Justificativa
 - Problemas
 - Objetivos
 - Cronograma
 - Conclusão

LÍNGUA PORTUGUESA
Profª Sandra Mara Alves Lourenço Bredun

Atividades: Projeto Ambiental contendo:

- Capa
- Introdução
- Justificativa
- Problema
- Objetivos
- Cronograma
- Conclusão

Desenvolvimento: pesquisa geral na internet e na propriedade e elaboração do relatório

Temas sugeridos:

1. **CRIE UM CENÁRIO AMBIENTAL PARA 2020** – fale sobre população, urbanização, atividades econômicas, poluição, rios, ar, resíduos sólidos, aquecimento global, consequências para o meio ambiente.
2. **COBRANÇA DO USO DA ÁGUA** – melhor forma de utilizá-la.
3. **DESMATAMENTO ZERO** – aprimorar as ações de fiscalização da Polícia Ambiental e a punição dos crimes ambientais para garantir a conservação da biodiversidade.
4. **ECOTURISMO** – estimular o turismo ambiental, envolver a população por meio da educação ambiental e na preservação do meio ambiente.
5. **FAUNA** – proteção da fauna, instalação de locais de recebimento de animais capturados; combate ao comércio ilegal de animais.
6. **LIXO RECICLÁVEL** – eliminar a disposição inadequada de resíduos domiciliares extinguindo os lixões a céu aberto, aprimorar a gestão de resíduos domiciliares, com estímulo à reciclagem.
7. **AGROECOLOGIA** – como implantar um sistema agroecológico na propriedade.

5.3 EEB Eugênio Marchetti

Curso: Gestão Empresarial

Município: Herval d'Oeste

Gerência Regional de Educação: Joaçaba

Introdução

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é um projeto social que viabiliza a educação geral como parte inseparável da Educação Profissional, oferecendo uma base científica e tecnológica. Esta modalidade propõe uma educação sólida para oportunizar a entrada e o progresso do indivíduo no trabalho e dar continuidade aos estudos, contribuindo assim para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A Educação Básica integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia tem por finalidade conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, incorporando a categoria trabalho e reconhecendo a sua dimensão educativa, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de a educação vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O trabalho como princípio educativo tem conotações ético-políticas, em que a tarefa de prover a subsistência, pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, tida como um dever e um direito. Seguindo este princípio, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2005, p. 144) considera que “os processos de educação básica, formação técnico-profissional e de qualificação de caráter democrático assumem um sentido histórico efetivo, articulados a uma visão de educação que tem o trabalho como princípio educativo, uma vez que é pela produção que o homem estabelece relações com seus semelhantes, produz conhecimentos, constrói a sociedade e faz a história”.

Desta maneira, a formação integrada contempla a articulação entre conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens, na perspectiva da emancipação humana nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos.

A especificidade da Educação Profissional e tecnológica consiste em promover o desenvolvimento de capacidades de trabalho de interesse dos indivíduos, das empresas, da sociedade e dos governos. No entanto, é preciso considerar que os avanços culturais, das técnicas, das ciências e das tecnologias vêm introduzindo novos requerimentos de educação profissional, tornando-a cada vez mais densa de conteúdos culturais, técnicos, tecnológicos e científicos, fazendo-a mais próxima e integrada à Educação Básica. Cabe à educação tecnológica promover o ensino-aprendizagem dos conteúdos, métodos e relações necessários à compreensão, à pesquisa e à aplicação crítica e criativa das bases científicas dos processos e procedimentos técnicos, contextualizando-os e significando-os à luz das necessidades humanas e sociais.

1 Implementação do EMIEP com habilitação em Gestão Empresarial na EEB Professor Eugênio Marchetti

A articulação da Educação Profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional busca uma reconstrução conceitual do desenvolvimento econômico, por meio de um enfoque local ou regional, utilizando uma metodologia dialética, de totalidade, de forma a atingir um modelo apropriado e estratégias com vistas a um desenvolvimento econômico e sustentável para as regiões do país.

Nessa perspectiva, buscaram-se dados sobre o desenvolvimento local em pesquisa realizada pelo SEBRAE – SC, Censo Empresarial – indústria (2002), que apresenta: quanto ao interesse profissional, 32,4% da população assinalou a preferência pela área gerencial/administrativa, 21,6% pelo empreendedorismo, 13,5% pelo comércio exterior e 8,1% outras; quanto à possibilidade de aumento da mão-de-obra para as empresas, a pesquisa apontou 69,8% de projeção para os próximos anos.

Após discussões e análise dos dados empíricos, constatou-se que Herval d'Oeste e os municípios pertencentes à 7ª SDR estão localizados numa região que concentra atividades industriais e comerciais com percentual maior em pequenas e microempresas (tabela 1), e que dependem essencialmente de profissionais que apresentem competência para o mundo do trabalho.

Tabela 1 - Números de Empresas na Região da 7ª SDR

SETOR	Nº EMPRESAS
Indústrias de Transformação	665
Prod. Distr. Eletric. Gás e Água	02
Construção	261
Com. Repar. Veic. Automotor, Obj. Pessoais e domésticos	2.415
Transporte, Armazenagem e Comunicações	591
Ativid. Imob. Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	510
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	37
Saúde e Serviços Sociais	166
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	692
TOTAL	5.850

Fonte: IBGE

Por esses motivos, e devido à localização estratégica, optou-se pelo curso **Gestão Empresarial** no município de Herval d'Oeste. A implantação deste modelo de EMIEP tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento de uma formação profissional, com reflexos imediatos nos índices de qualidade, produtividade e redução de custos, satisfazendo a exigência do mundo do trabalho e as necessidades locais, assim promovendo o desenvolvimento regional.

No âmbito do conjunto dessas ideias e reflexões, a 7ª SDR – Joaçaba, a Gerência de Educação e a EEB Professor Eugênio Marchetti propõem o EMIEP na área de Gestão Empresarial, destinado aos alunos egressos do Ensino Fundamental² do município de Herval d'Oeste e dos municípios da região de abrangência da 7ª SDR, com objetivo de atender os princípios norteadores enunciados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (artigos 39, 40, 41 e 42), tendo em vista as possibilidades de inserção social. Esta proposta significa uma educação geral como parte inseparável da Educação Profissional, não sendo possível tratá-la sem referência ao trabalho.

2 Proposta pedagógica

O curso de EMIEP na área de Gestão Empresarial tem como objetivo formar um profissional que possa atuar na gestão empresarial e que também seja um cidadão capaz de questionar e repensar a sociedade, com senso crítico, conhecimento científico, cultural e

² Concluintes do Ensino Fundamental na região: 1.566 (Censo Escolar 2005).

tecnológico, capaz de desenvolver ações que auxiliem e sirvam de suporte às empresas onde atuará como profissional, dando-lhe condições de trabalhar dentro dos padrões de qualidade que a sociedade exige. Assim, o seu compromisso é com a transformação, para atuar frente às mudanças do meio e nos contextos social, político e econômico.

Com relação à gestão pedagógica e à gestão de pessoas, nos últimos anos esta escola vem desenvolvendo práticas pedagógicas inovadoras para atender as diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos, buscando sempre a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se a "**Capacitação continuada na escola**", projeto que teve início em 2004, gerenciado pela direção da escola; em 2005 com a parceria da UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina, e no ano de 2006 permaneceu nos mesmos moldes.

Esta alternativa possibilita, inicialmente, suscitar no professor a motivação pela busca constante por novos conhecimentos e, conseqüentemente, o redimensionamento da prática pedagógica. Constitui importante espaço para o pensar pedagógico, a reflexão da ação já em exercício, possibilitando aos docentes um maior entrelaçamento com os próprios saberes, uma revisão dos saberes e o acesso a novos saberes num clima de compromisso ético, cooperativo e solidário, além de proporcionar a valorização do trabalho do professor com a socialização dos conhecimentos e das ações desenvolvidas.

Nos encontros, dá-se especial destaque à prática pedagógica que se refere ao aprimoramento dos conhecimentos já existentes a partir de estudos e debates sobre temas atuais, significativos e relevantes com a realidade e necessidade desta comunidade escolar, bem como a partir dos desafios que vão se apresentando ao longo da prática pedagógica e dos resultados levantados no conselho de classe.

Participam da capacitação continuada na escola professores de diversas áreas do Ensino Médio que atuam na EEB Professor Eugênio Marchetti, e os encontros acontecem na escola, onde uma série de experiências educacionais são propostas e colocadas em prática pelo grupo de professores no decorrer do processo. O conhecimento escolar é organizado em disciplinas, porém não mais se restringe aos limites disciplinares. Há uma integração curricular tentando acompanhar a evolução dos conhecimentos e a perspectiva de mundo globalizado.



Foto 1 – Capacitação continuada na escola

3 Planejamento curricular integrado

O planejamento da prática pedagógica da EEB Professor Eugênio Marchetti realiza-se de forma coletiva e em consonância com a Proposta Curricular de Santa Catarina. A capacitação continuada na escola, que a unidade escolar vem desenvolvendo nos últimos três anos, também repercutiu de forma significativa no planejamento da prática pedagógica. Inclusive a comunidade escolar está organizando uma proposta pedagógica própria da escola e um plano de ensino e aprendizagem participativo, atendendo aos anseios da comunidade escolar.

Para organizar o plano de ensino e de aprendizagem, o qual apresenta como foco central a ação do docente direcionada para a aprendizagem do aluno, primeiramente os professores se reúnem por área de ensino para programar a sequência de conteúdos e elaborar as ações de forma interdisciplinar. Depois, socializam com as demais áreas de ensino para realizar a organização curricular respeitando as relações disciplinares: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade. Esta ação não se dá apenas no início do ano letivo, mas durante o ano todo, em encontros e conversas cotidianas.

Outra metodologia utilizada para possibilitar a relação disciplinar é a problematização que visa a articulação dos conhecimentos para a superação do problema, associando conhecimentos de diferentes áreas na busca de solução ao problema levantado ou para a apropriação do conhecimento.

Na EEB Professor Eugênio Marchetti já se percebe que, com a adoção da elaboração coletiva do plano de ensino e de aprendizagem, criou-se um espaço para o

aluno aprender de forma significativa e contextualizada e tornar-se ativo e participativo no processo de apropriação do conhecimento. Também se observa uma superação da fragmentação disciplinar, sendo substituída pela articulação dos conteúdos curriculares a partir de projetos, pesquisa, resolução de problemas e outras atividades.



Foto2 – Planejamento coletivo da prática pedagógica na área de Linguagem e Códigos e suas Tecnologias

4 Parcerias e envolvimento da comunidade local e regional

Com a implantação do curso de EMIEP Gestão Empresarial, a escola procurou parcerias que viessem a engrandecer a qualidade do ensino e auxiliar na implantação do curso e de atividades de cunho específico. Assim, suscitou a parceria da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Joaçaba/SC, que, por meio de seus professores ligados especificamente à área de Ciências Sociais Aplicadas, disponibilizou livros técnicos e orientação aos professores para o andamento do curso. Tal parceria foi fundamental para a implantação e desenvolvimento do curso, uma vez que a maior e melhor experiência de educação na área está com a Universidade, que há muitos anos oferece o curso de Administração de Empresas e, atualmente, já implantou inúmeros outros cursos na área gerencial.

No decorrer do curso já foram realizadas algumas atividades em parceria com a UNOESC – Joaçaba e com empresários da região. Iniciou-se com uma palestra do professor José Elmar Feger (Doutorando em Administração para o Desenvolvimento)

sobre Gestão Empresarial, em que foram abordados aspectos históricos, campo de atuação, perfil profissional e expansão do mercado de trabalho, entre outros temas ligados à matéria. O professor buscou instigar nos alunos a curiosidade pela área de gestão de empresas e experiências já adquiridas com o mercado, uma vez que ele também trabalhou com vários alunos no SEBRAE, instituição que lida diretamente com pequenas e microempresas. Esta palestra foi de grande valia, pois desenvolveu nos alunos expectativas de novos conhecimentos.

Outra atividade que merece destaque foi a exposição de pôsteres produzidos através de pesquisas desenvolvidas por acadêmicos da UNOESC – Joaçaba, nas áreas de ciências sociais, aplicadas, humanas, tecnológicas, biológicas e da saúde, mas com ênfase principalmente nos trabalhos de cunho gerencial e de gestão, para que os alunos tivessem acesso à evolução dos conhecimentos científicos produzidos. Com esta exposição, os alunos puderam tomar conhecimento de termos, sistemas e características de gestão empresarial, e principalmente do desenvolvimento de pesquisa.

No encerramento do ano letivo de 2006 foi realizado o Café Empresarial com a participação de alunos do curso de gestão empresarial, professores, direção, pequenos e microempresários da cidade, o coordenador do curso de Administração da UNOESC – Joaçaba e a integradora de Ensino Médio e Profissional da Gerência Regional de Educação – Joaçaba. Esta atividade, além de proporcionar uma confraternização, objetivou a interação dos alunos com microempresários da cidade, que relataram suas experiências na implantação e andamento de suas empresas, com o coordenador do curso de administração, que trouxe o conhecimento quanto à área de gestão e mercado, e com a representante da Gerência Regional de Educação, que trouxe a importância da implantação e sucesso do curso nesta região. Assim, constatamos que os alunos ficaram muito curiosos quanto à necessidade do mercado e de fazer parte deste, aumentando a participação e discussão sobre estes assuntos em sala e instigando também a vontade de ser um micro e pequeno empresário através da busca pelo conhecimento necessário para alcançar estes objetivos.



Foto 3 e 4 – Diretora da escola Elvini Dalla Nora, professoras do curso de gestão empresarial Rosângela Immich e Márcia Chinato e a integradora de Ensino Médio e Profissional da Gerência Regional de Educação



Foto 5 – Rosângela Parizzi integradora de Ensino Médio e Profissional da Gerência Regional de Educação

Foto 6 - Professor Jairo Baú – Coordenador do Curso de Administração – UNOESC



Foto 7 – Luiz Alberto Parizzi – microempresário de Herval d'Oeste – SC

Foto 8 – Arnildo Antonio Lamperti – microempresário de Herval d'Oeste - SC

5 Avaliação do processo de aprendizagem

O acompanhamento e a avaliação do processo de aprendizagem são realizados por meio de diferentes instrumentos, tais como: pesquisa, apresentação oral e escrita de trabalhos, produção de textos, prova escrita, preponderando o qualitativo sobre o quantitativo.

No tocante à avaliação do processo de aprendizagem, a EEB Professor Eugênio Marchetti promove bimestralmente a avaliação para a melhoria contínua do projeto pedagógico da escola. Realiza-se, inicialmente, o conselho de classe com os alunos para diagnosticar pontos positivos e negativos da organização e funcionamento da escola, bem como sugestões de melhorias; quanto aos professores, é discutida a metodologia das aulas e o relacionamento do professor/aluno e, sobre a turma, relacionamento entre os colegas e o desempenho geral. O resultado deste trabalho é analisado juntamente com a equipe gestora e docente.

Posteriormente, promove-se o conselho de classe com os professores, baseado nos levantamentos de cada turma, seguindo os itens: disciplina, rendimento, participação, realização de trabalhos, atividades e faltas. A partir dos dados levantados são discutidas em conselho as ações a serem tomadas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Num terceiro momento, realiza-se o plantão pedagógico, quando se reúnem a equipe gestora, a equipe docente, os pais e os alunos para, além de divulgar os resultados obtidos no bimestre, analisar em conjunto os resultados de aprendizagem dos alunos e as ações educacionais implementadas para a melhoria do ensino.

Proporcionando uma gestão participativa, a escola oferece subsídios para a melhoria da aprendizagem, permanência do aluno na escola e satisfação da comunidade escolar, num processo recíproco e participativo. Desta forma, além de participar ativamente da elaboração do projeto pedagógico da escola, a comunidade escolar toma consciência da importância deste processo para o bom andamento da instituição.

Considerações finais

A implementação do EMIEP com habilitação em Gestão Empresarial na EEB Professor Eugênio Marchetti proporcionou novas perspectivas para o Ensino Médio – Educação Geral, provocando significativas mudanças na prática pedagógica.

Os encaminhamentos da nova modalidade de Ensino Médio que viabiliza a educação geral como parte inseparável da Educação Profissional, oferecendo uma base científica e tecnológica, provocou na comunidade escolar um redimensionamento em relação às perspectivas da formação básica, com subsídios e esclarecimentos para uma prática pedagógica voltada para os conhecimentos de base relativos à cultura, à sociedade, às ciências, às ideias, que são indispensáveis ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos.

O trabalho como princípio educativo passou a ter um destaque especial no currículo do Ensino Médio, integrando aos diferentes conhecimentos, ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia uma prática pedagógica com a finalidade de levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, incorporando à categoria trabalho a sua dimensão educativa.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Ministério da Educação e Cultura. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Secretaria de Educação à distância – Programa salto para o futuro. Boletim 07 – maio/junho 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVITTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

Diretora
Elvini Dalla Nora

5.4 EEB Maria Rita Flor

Curso: Hotelaria

Município: Bombas

Gerência Regional de Educação: Itajaí

A Escola de Educação Básica Maria Rita Flor, situada no município de Bombinhas e pertencente à SDR – Gerência Regional de Educação de Itajaí, oferece o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Habilitação Técnica em Hotelaria. É uma comunidade com característica participativa e crítica. Anteriormente à proposta da SED com relação ao EMIEP já existia o debate, envolvendo vários de seus segmentos, sobre a necessidade de profissionais competentes para promover o crescimento do turismo na região. Um dos pontos fortes do debate era sobre a luta dos jovens para se fixarem na comunidade, dado o paradoxo: durante quatro meses eles vivem intensamente um fluxo de trabalho e nos demais meses do ano a angústia de não ter mais emprego. O município procura um desenvolvimento sustentável. Todo este debate levantou a possibilidade de se criar um curso técnico dentro da área de Turismo e Hospitalidade. Com a proposta de implantação do EMIEP lançada em reunião de diretores, a escola prontamente se apresentou como candidata, visto que também se encaixava nos critérios elencados como: não possuir espaço de formação profissional dentro do município, estar aberta à proposta e à formação continuada.

A escola passou então por muitas decisões coletivas permeadas pelos segmentos: pais, alunos, professores, equipe administrativa da UE, associações de moradores, associação da rede hoteleira, prefeitura municipal, Gerência da Educação/SDR Itajaí, SED (GEREM - Gerência de Ensino Médio e GEREP – Gerência de Educação Profissional) e MEC. Estas decisões já permeavam olhares curriculares. Por intermédio do MEC/SED/GERED foram oportunizados encontros de formação sobre o currículo, contemplando toda a equipe de professores de nossa escola e gestores. Nestes encontros foi sendo estruturada a proposta de EMIEP, estudado o conceito desta modalidade de ensino e o desafio de não fazermos simplesmente o retorno de uma formação que já tivemos anos atrás e que se mostrou sem êxito, com o objetivo de não deixar apenas uma

visão técnica, mas uma formação humana, para leitura do mundo e para a atuação como cidadão integrado dignamente na sua sociedade política.

Paralelamente à formação, toda a equipe da escola se reuniu para realizar o planejamento do currículo sob a orientação da GERED/SEBP. Primeiro houve uma reorganização curricular e em seguida estudos teóricos sobre a metodologia adotada. Estes estudos foram além do aprofundamento teórico sobre os conceitos que envolvem o EMIEP; fomos exercitando a experiência de um trabalho interdisciplinar fundamentado na Proposta Curricular de Santa Catarina, adotando como metodologia a Teoria da Atividade. O planejamento foi surgindo com decisões de encaminhamentos pedagógicos (seleção e organização dos conteúdos, concepção de aprendizagem, organização de um planejamento e decisão teórica que fundamentasse a metodologia adotada pela UE) e administrativos (formas de registro escolar aliando os critérios de avaliação definidos na proposta pedagógica). A realização do planejamento escolar se concretiza por meio de encontros mensais com toda a equipe escolar e alguns momentos com a presença da GERED, num processo de avaliação e reencaminhamento (ver Planejamentos bimestrais em anexo).

Foi realizado um Projeto de Formação Continuada (descentralizada): “Aprofundando a Teoria da Atividade”, que oportunizou mais um momento específico com aprofundamento teórico nas dificuldades encontradas, no mês de novembro de 2006. Na ocasião também participaram professores que atuam no Ensino Fundamental e no Ensino Médio com o objetivo de conhecer a proposta de planejamento integrado e de possível aplicação para 2007.

Neste processo de implantação, tanto a escola quanto a GERED perceberam algumas dificuldades; como a falta de uma assessoria pedagógica, pois todos caminhamos com os planejamentos, estudando e buscando juntos, porém temos nossos limites e sentimos falta de alguém que nos levasse a avançar nos planejamentos, na visão interdisciplinar, na contextualização e nos conhecimentos específicos dos conceitos de cada área do conhecimento. Também foi detectada a necessidade da complementação pedagógica para os professores técnicos; e para os professores da Educação Básica, noções mais aprofundadas sobre turismo e hospitalidade. Há necessidade de apoio para os materiais didáticos utilizados como instrumentos mediadores das aulas – textos, vídeos, CDs, tinta para impressão, assinaturas de revistas científicas – apoio para alimentação dos

alunos nos dias de tempo integral na escola, bibliografias específicas para a área de turismo e hospitalidade; apoio para viagens em feiras e eventos da área. Apesar disto, reconhecemos que houve avanços, pois professores, em depoimento, se dizem mais confiantes e prontos a ajudar os colegas que iniciam agora este tipo de planejamento, já exercitam seus planejamentos antes das reuniões bimestrais e comparecem com o objetivo de discutir suas produções, comparando com o trabalho dos colegas e avaliando possíveis mudanças. O grupo se mostra empenhado e disposto a melhorar a prática pedagógica. Também há necessidade de um laboratório de química, mais apoio na aquisição de equipamentos esportivos e o sonho de um miniauditório para palestras e eventos culturais.

O curso conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Bombinhas, Associação da Indústria Hoteleira e Associação de Moradores do Bairro de Bombas. A Prefeitura Municipal oferece transporte aos alunos regularmente e em eventuais saídas de campo e palestras. A Associação Hoteleira oferece espaço para o Estágio e Laboratório. A Associação de Moradores oferece apoio nas discussões sobre as necessidades do município, ampliando o debate, unindo forças nas pesquisas e participação no legislativo.

O curso de EMIEP – Habilitação Técnico em Hotelaria tem duração de três anos, acontecendo de segunda a sexta no período matutino e também às terças e quintas no período vespertino, caracterizando o período semi-integral. Atendemos hoje 125 alunos, distribuídos em duas turmas de primeira série somando 72 alunos, e duas turmas de segunda série somando 53 alunos. O recrutamento de alunos é feito com a divulgação da proposta de formação em reuniões de pais, bem como sua apresentação para os nossos alunos e de escolas vizinhas.

A escola está em processo de elaboração do planejamento de estágio. Já está agendado encontro para aprofundarmos o planejamento. Também se levantou a necessidade de acompanhamento dos alunos concluintes para avaliação do curso, habilitação oferecida e formas de seleção de ingresso.

Planejamento terceiro bimestre

MATEMÁTICA

Professora Sirlei

Tema: Crescimento populacional do município de Bombinhas nos últimos anos.

Problematização

O município de Bombinhas apresenta um crescimento populacional visível e bastante acentuado. Quais as causas deste crescimento (turismo, natalidade, migração)?

Objetivo Geral

Consultar, analisar e interpretar dados a partir da situação problema compreendendo os diferentes significados das operações, envolvendo os campos numéricos, algébricos e estatísticos.

Objetivo Específico

- 1) Perceber o uso social das noções estatísticas.
- 2) Viabilizar geração de ideias, registros e organização formal.
- 3) Reconhecer funções lineares.
- 4) Construir, ler e interpretar gráficos de funções de 1º e 2º graus e exponenciais.
- 5) Analisar gráficos e leis de funções para estabelecer sinal de crescimento, decrescimento, domínio e imagem.

Conceitos Disciplinares

- Funções
- Plano Cartesiano
- Equações

Temas Disciplinares

- Crescimento Populacional
- Turismo e demanda turística
- Migração
- Meio Ambiente
- Geometria
- Estatística e Economia
- Geografia

Ação e Operação

- Apresentar a problematização
- Texto sobre o desenvolvimento do município

→Palestra: Representantes da Sec. de Turismo e Planejamento do Município.

Assunto: - crescimento populacional do município (fixo e veraneio)

- áreas de ocupação (maior e menor concentração)

→Analisar fotos antigas e atuais do município para fazer comparações através da construção de texto.

→Coletar dados (sexo, escolaridade, idade, bairro, nº de habitantes) referentes aos últimos cinco anos.

→Organizar dados em gráficos e tabelas (cálculos)

→Apresentação e interpretação dos gráficos para a sala, escola e comunidade

Crítérios de Avaliação

- 1) Interpretar e utilizar diferentes formas de representação
- 2) Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos
- 3) Desenvolver o raciocínio e a capacidade de aprender
- 4) Interpretar e criticar resultados numa situação concreta
- 5) Aplicar conhecimentos e métodos matemáticos em situações reais

Instrumentos de Avaliação

- 1) Trabalhos em grupo (coleta e organização de dados)
- 2) Elaboração de texto sobre a palestra e análise fotográfica
- 3) Gráficos: apresentação e interpretação dos gráficos
- 4) Avaliação respondendo a situação-problema

Valor de cada critério

Atividade 1 → critérios: 1: 3,0 – 2: 4,0 – 3: 3,0

Atividade 2 → critérios: 1: 2,0 – 2: 2,0 – 3: 2,0 – 4: 2,0 – 5: 2,0

Atividade 3 → critérios: 1: 1,5 – 2: 2,5 – 4: 2,5 – 5: 2,5

Atividade 4 → critérios: 1: 2,0 – 2: 2,0 – 3: 2,0 – 4: 2,0 – 5: 2,0

HISTÓRIA

Professora Maria José

Planejamento Bimestral

Tema: Manifestações das tradições culturais de Bombinhas

Problema: Turismo é uma das atividades econômicas mais significativas de Bombinhas. Com o fluxo de turistas, as tradições culturais vêm sendo transformadas e até esquecidas.

De que forma nesse processo de transformação a comunidade poderá manter viva sua identidade e ser receptiva?

Objetivo Geral:

- Preservar a identidade das tradições culturais de Bombinhas, conhecendo as transformações de novas tradições, nos aspectos temporais, espaciais, bem como as relações sociais e produtivas.

Objetivos Específicos:

- Mobilizar os educandos para uma reflexão de identidade cultural, resgatando as tradições vivenciadas no tempo presente/passado/presente.
- Investigar as tradições culturais pela comunidade.
- Realizar estudos históricos das tradições encontradas.
- Apresentar tradições culturais de outros países.

Conceitos disciplinares:

- conceito de cultura;
- conceito de tradição;
- memória e identidade;
- organização humana e seu relacionamento com as diversas culturas;
- conceito de tempo cronológico (eventos) e tempo histórico (quanto ao processo do desenvolvimento técnico).

Operação/Ação:

- Apresentar o problema.
- Apresentação de imagens constituídas de diferenças culturais (roupas, alimentação, lazer, constituição familiar, etc.) para abrir diálogo e fundamentar a ideia de cultura.
- Texto: “Mulheres de Atenas”, junto com a música. Dialogar sobre a diferença da cultura da mulher de Atena para nossa atual sociedade.
- Texto informativo sobre o Jogo Olímpico, algumas tradições culturais (tempo/história), o que se tornou hoje.

Atividades:

1. Logo em seguida os alunos deverão escrever a respeito do que entendem sobre o que é cultura, comparando o texto informativo (aliar tradição e cultura).
2. Investigar na comunidade as tradições culturais existentes (dois critérios da pesquisa, o tema da tradição, o tempo, como se instalou na região, instrumentos nessa tradição, alimento, roupa, quem participa).

3. Apresentação dos trabalhos.
4. Pesquisa bibliográfica (onde, a história da tradição/tempo).

Crêterios de Avalia o:

1. Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa.
2. Produzir textos sobre o processo histórico com entendimento de cultura e tradi o.
3. Situar as diversas produ es da cultura – as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifesta es sociais – nos contextos históricos de sua contribui o e significa o.
4. Posicionar-se diante dos fatos presentes a partir da interpreta o de suas rela es com o passado.
5. Formular conceitos sobre tradi o/cultura.

Instrumentos de Avalia o:

1. Produ o de texto pelos alunos (tradi o/cultura) conceito.
2. Pesquisa sobre tradi es culturais.
3. Apresenta o do trabalho oral e escrito, relato das pessoas da comunidade.
4. Pesquisa científica das tradi es culturais encontradas na comunidade.

Valores de cada critério:

- Atividade – 1:* Critérios: 1 = 3,0
 Critérios: 2 = 2,0
 Critérios: 3 = 2,0
 Critérios: 4 = 2,0
 Critérios: 5 = 1,0
- Atividade – 2:* Critérios: 1 = 2,0
 Critérios: 2 = 2,0
 Critérios: 3 = 2,0
 Critérios: 4 = 2,0
 Critérios: 5 = 2,0
- Atividade – 3:* Critérios: 1 = 3,0
 Critérios: 2 = 2,0
 Critérios: 3 = 2,0
 Critérios: 4 = 2,0
 Critérios: 5 = 1,0
- Atividade – 4:* Critérios: 1 = 2,0
 Critérios: 2 = 3,0
 Critérios: 3 = 3,0
 Critérios: 4 = 1,0
 Critérios: 5 = 1,0
- Atividade – 5:* Critérios: 1 = 2,0
 Critérios: 2 = 2,5

Critérios: 3 = 1,5

Critérios: 4 = 2,0

Critérios: 5 = 2,0

FÍSICA

Professora Sandra

Tema: “A física presente nos pontos turísticos de nossa região”

Problematização:

Como perceber os movimentos cinemáticos da nossa região turística e que foram transformados por uma ação de movimento dinâmico?

Objetivo Geral

Proporcionar conhecimento das regularidades que presidem a definição de quantidade de movimento e de energia realizando estudos e atividades relacionadas aos movimentos cinemáticos e dinâmicos presentes no cotidiano.

Objetivo Específico

- 1) sistematizar a fundamentação teórica conceituando movimento e energia;
- 2) análise da teoria refletida com ações do cotidiano;
- 3) pesquisas de campo para o conhecimento de pontos de lazer e para a reflexão dos conceitos trabalhados presente no movimento.

Conceitos Disciplinares

- movimentos (cinemática e dinâmica)
- Leis de Newton (1ª, 2ª e 3ª)
- atrito
- forças
- força no movimento circular
- trabalho e potência
- energia
- gravitação universal

Temas Disciplinares

- pontos turísticos
- ética
- educação e tecnologia
- meio ambiente

Ação e Operação

→ Apresentar a problematização

- 1) Apresentar (vídeo? texto? imagem?) e logo após iniciar um debate sobre a existência do movimento (cinemática e dinâmica).
- 2) Pesquisa de pontos turísticos relacionados ao lazer.
- 3) Apresentação para o grande grupo de cada atividade de lazer.
- 4) Resolução de um problema (através da atividade o professor apresenta uma questão-problema em que o aluno necessita aplicar cálculos).
- 5) Entrega de relatório onde o aluno responda à situação-problema inicial do projeto.

Critérios de Avaliação

- 1) expressar-se corretamente utilizando a linguagem física adequada e elementos de sua representação simbólica. Apresentar de forma clara e objetiva o conhecimento aprendido, através de tal linguagem;
- 2) conhecer fontes de informações e formas de obter informações relevantes, sabendo interpretar notícias científicas;
- 3) elaborar sínteses ou esquemas estruturados dos temas físicos trabalhados;
- 4) desenvolver a capacidade de investigação física. Identificar conceitos físicos, relacionar grandezas, quantificar e identificar parâmetros relevantes;
- 5) compreensão e utilização das leis e teorias físicas;
- 6) compreender a física no mundo vivencial e nos equipamentos e procedimentos tecnológicos;
- 7) construir e investigar a situação-problema;
- 8) reconhecer o papel da física no sistema produtivo, compreendendo a evolução dos meios tecnológicos e sua relação dinâmica com a evolução do conhecimento científico;
- 9) ser capaz de emitir juízos de valor em relação a situações sociais que envolvam aspectos físicos e/ou tecnológicos relevantes.

Instrumentos de Avaliação

- 1) leitura do (texto? imagem? vídeo?) e debate;
- 2) pesquisa dos pontos turísticos relacionados ao lazer de nossa região, por grupo, destacando o processo de atividade;
- 3) apresentação da pesquisa realizada pelos grupos, destacando os pontos a serem pesquisados;
- 4) aplicar um problema construído pelo grupo e relacioná-lo com a leitura simbólica da física e aplicabilidade de cálculos de uma atividade prática de lazer pesquisada.

Valor de cada critério

Atividade 1 → critérios: 1,2,6 e 9 (não vale nota)

Atividade 2 → critérios: 1,2,4,6 e 9 – valor: 2,0 cada

Atividade 3 → critérios: 1: 3,0 – 2: 1,0 – 3: 1,0 – 4: 1,0 – 6: 1,0 – 8: 1,0

Atividade 4 → critérios: 4: 3,0 – 5: 3,0 – 8: 2,0 – 9: 2,0

Atividade 5 → critérios: 6: 5,0 – 9: 5,0

PLANEJAMENTO SEMESTRAL DE ADMINISTRAÇÃO APLICADA AO TURISMO E R.H.

Professor André

Tema:

O grande desafio para o Município de Bombinhas é desenvolver o turismo durante o ano todo. Percebe-se a Escola de Educação Básica Maria Rita Flor como um instrumento que poderá contribuir para esse desafio, pois ela está aberta durante o período de baixa temporada.

Situação-problema:

Poderá ser a implantação de um evento gastronômico um bom caminho para ampliar o turismo em Bombinhas?

Objetivo geral:

Acrescentar conceitos na área de Administração Turística que envolvam planejamento, promoção e venda e gestão, partindo da construção de um evento gastronômico.

Objetivos específicos:

- sensibilizar os alunos sobre a situação turística de Bombinhas no inverno (baixa temporada), refletindo a E. E. B. Maria Rita Flor como alternativa;
- elaborar um Plano Geral do evento gastronômico;
- fundamentar teoricamente os processos do planejamento;
- fundamentar teoricamente sobre os processos administrativos.

Conceitos:

Administração, planejamento, cálculos (lucro bruto, lucro líquido, capital de giro), significado de recursos humanos.

Ação e Operação:

- apresentar a problematização aos alunos;
- sensibilizar os alunos através de imagens de Bombinhas no inverno e verão;

- apresentar as etapas do planejamento (aula expositiva);
- assistir ao vídeo sobre “planejamento”;
- realizar debate sobre o filme e solicitar uma produção escrita aos alunos **(atividade 1)**;
- iniciar a elaboração do pré-projeto: dividir a sala em 7 grupos e pedir para cada grupo criar um possível nome para o evento **(atividade 2)**;
- escolher 3 grupos que farão a justificativa e os objetivos do evento e outros dois que pensarão quais as etapas para a realização e o material necessário. Deverá ser entregue por escrito **(atividade 3)**;
- finalizar o pré-projeto com uma apresentação geral para o grande grupo de tudo o que foi elaborado até o momento **(atividade 4)**. Escolha do nome do evento;
- prova bimestral da Escola; **(atividade 5)**.
- escolher um representante de cada grupo para escrever o pré-projeto finalizado.
- realizar aula expositiva para fundamentação de conceitos como cálculo de preço, lucro bruto, lucro líquido, entre outros;
- dividir novamente a sala em grupos para a realização de uma pesquisa de campo em que serão estudados o local, a forma de divulgação, de montagem e decoração do evento, bem como apresentações e exposições que incrementarão a atividade **(atividade 6 e 7)**;
- avaliação bimestral da Escola **(atividade 8)**;
- realizar um último debate, onde serão discutidos os problemas que ainda não tenham sido solucionados;
- escrever o Projeto Final;
- fazer um texto em que o aluno dê a sua resposta à situação-problema sugerida **(atividade 9)**.

Critérios de Avaliação:

- 1) realizar uma boa comunicação oral e escrita;
- 2) apresentar um raciocínio lógico e contextualizado;
- 3) apresentar argumentos diante de análises críticas;
- 4) construir uma visão crítica;

- 5) compreender as transformações do mundo do trabalho e o perfil de uma pessoa que planeja;
- 6) constituir uma identidade social.

Instrumentos de Avaliação:

1) relatório escrito sobre as conclusões que o filme nos traz a respeito da importância de atualizarmos nosso planejamento [critérios 1, 2, 4 e 6 (2,5 pontos cada)];

2) criação de um nome para o evento gastronômico, com a sua justificativa. Trabalho em grupo, por escrito [critérios 1, 2, 3 e 5 (2,5 pontos cada)];

3) realização, também em grupos, de uma justificativa para a realização do evento, bem como os objetivos que se pretende alcançar com a sua realização [critérios 1, 2, 3, 4 e 5 (2,0 pontos cada)];

4) apresentação oral para o grande grupo de toda a produção realizada por cada grupo até o momento, para que seja possível unificar os trabalhos em torno de um projeto único [critérios 1, 2, 3 e 6 (2,5 pontos cada)];

5) prova bimestral da Escola: [critérios (pontos cada)];

6) pesquisa de campo: o objetivo da pesquisa é colocar os alunos em contato com as diversas etapas da produção de um evento como o proposto, conhecendo fornecedores, estudando alternativas viáveis e formas de adequar o orçamento. Trabalho em grupo, por escrito [critérios 1, 2, 4 e 5 (2,5 pontos)];

7) pesquisa de campo: depois de coletar os dados é preciso novamente fazer uma apresentação para o grande grupo, a fim de socializar os dados obtidos. Apresentação oral e grupos [critérios 2 (4,0 pontos), 3 (3,0 pontos) e 6 (3,0 pontos)];

8) prova bimestral da Escola [critérios (pontos cada)];

9) elaboração de um Relatório Final Individual em que o aluno precisará responder à pergunta feita na problematização do projeto, com a apresentação de argumentos obtidos durante todo o processo.

5.5 EEB Santa Catarina

Curso: Gestão Comercial

Município: São Francisco do Sul

Gerência Regional de Educação: Joinville

“Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo de sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação.”

Leandro Konder

O curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com duração de quatro anos, além de oferecer ao educando o aprimoramento das competências básicas propostas pela moderna concepção de Ensino Médio, dá a ele, também, oportunidade de desenvolver competências profissionais e técnicas, em consonância com a área profissional proposta.

Nesse sentido, o curso preza por assegurar aos seus egressos a oportunidade de aprofundar os conhecimentos garantidos no Ensino Fundamental; mediar o aprimoramento do educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica e específica para o trabalho e cidadania; e dotar o educando de instrumentos que o permitam continuar aprendendo, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

Ao contrário do que se deu em momentos anteriores, quando a legislação propiciava a situação em que os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados da formação básica plena que, por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura em geral, o EMIEP se constrói a partir de pressupostos que garantem a relação entre conhecimento e prática do trabalho. Por isso, seu horizonte é o de propiciar aos alunos “o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e

não no mero adestramento em técnicas produtivas” (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2005, p. 35).

Assim, a habilitação em comércio, trazendo a preocupação de mediar no aluno o desempenho de competências profissionais – ou seja, da capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho; e competências técnicas, no sentido de dar-lhe condições de compreender atividades de planejamento, operação e controle da comercialização de bens e serviços –, não o faz como adestramento para essa habilidade, mas com a clara finalidade de promover, prioritariamente, o conhecimento dos fundamentos que norteiam o mundo do trabalho – e, nesse caso, mais especificamente, o mundo do comércio – e a articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo (SAVIANI, 2003).

Uma proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional pressupõe, obviamente, uma proposta curricular integrada. Assim, o EMIEP proposto pela Escola de Educação Básica Santa Catarina oferece uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos distribuídos em quatro séries anuais, articuladas em quatro núcleos que interagem permanentemente, conforme nos aponta Baracho et al. (2006, p. 35.):

- a) Um núcleo comum, que integra disciplinas das três áreas do conhecimento do Ensino Médio Integrado (Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias).
- b) Uma parte diversificada, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre estes e os conhecimentos acadêmicos.
- c) Formação profissional, que integra disciplinas específicas de cada curso.
- d) Prática profissional.

Ainda no dizer de Baracho et al., (2006, p. 35.),

esses núcleos acima nominados não constituem compartimentos estanques ou módulos isolados. Na verdade, essa forma de apresentar a organização curricular é uma didatização, pois os núcleos estão inter-relacionados e em constante diálogo, proporcionado pelo desenvolvimento de projetos interdisciplinares ou por outras metodologias que estimulem os diálogos entre as disciplinas que os compõem. Além disso, as disciplinas devem estar articuladas por um eixo integrador que corresponda à área profissional de cada curso.

Assim, procurando construir um currículo realmente integrado, as primeiras reuniões dos educadores ligados ao EMIEP se deram no sentido de promover uma certa convergência sobre qual ser humano se pretende formar e quais as estratégias que devem ser utilizadas para traduzir operacionalmente os valores e as perspectivas que foram priorizadas. Constatou-se, então, que além de um trabalho inter/multidisciplinar com os componentes curriculares, é de exacerbada importância a efetivação de um projeto de ação pedagógica que faça o discente vivenciar os conhecimentos inerentes a cada disciplina.

Ao final de cada série, portanto, os alunos devem apresentar um projeto que simula a prática comercial. A primeira série trabalha, neste ano de 2007, com o projeto: *IMPLEMENTAÇÃO DA MARICULTURA: DO CULTIVO À COMERCIALIZAÇÃO*, cujo objetivo geral é proporcionar ao educando noções de como organizar e gerenciar atividades comerciais a partir da integração entre os conhecimentos teóricos obtidos nas disciplinas constituintes da Base Nacional Comum do Ensino Médio e os conhecimentos adquiridos nas disciplinas técnicas, simulando sua atuação no mundo trabalho.

Ainda com o mesmo objetivo geral, a segunda série desenvolve um trabalho com reciclagem de lixo, o que propiciou que formassem uma espécie de cooperativa que organiza esse trabalho dentro da escola. Assim, além de organizarem o material recolhido, os alunos têm de pensar em estratégias que façam seu negócio crescer, como propagandas, conscientização etc.

A contribuição dos professores é diária, seja na organização de palestras de capacitação e aulas de campo, seja no espaço da sala de aula, que passa a ser usado, também, como verdadeiro lugar de produção de conhecimento, já que se tenta resolver as dúvidas que surgem na atividade prática através da teoria.

É importante destacar, contudo, que os conteúdos mínimos trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais não deixam de ser trabalhados. O que ocorre são pontes que ligam a teoria à prática, na tentativa de criar uma oportunidade de superar tendências excessivamente acadêmicas, livrescas e reprodutivas das práticas educativas que frequentemente se notam nesse campo educacional (MACHADO, 2006, p. 46).

Tudo isso cria uma série de atividades de aprendizagem que, ao mesmo tempo que integram as mais diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, as disciplinas de

um modo geral, enaltece a pesquisa enquanto instrumento do conhecimento. Ora, nessa perspectiva, a vivência do aluno o motiva a descobrir o mundo de conhecimentos que cada componente curricular traz consigo, transformando a sala de aula num espaço de descobertas que fazem sentido para o educando.

Note-se a responsabilidade e importância que todos os conteúdos trazidos pelos componentes curriculares assumem do ponto de vista da profissionalização da pessoa humana, como defende Machado (2006, p. 43.):

Não é mais aceitável, por exemplo, a afirmação de que conteúdos considerados gerais não seriam profissionalizantes; isso porque uma sólida formação geral tem sido reconhecida não só como um requisito de qualificação profissional no atual mundo do trabalho, como talvez, o mais importante. Se a realidade existente é uma realidade integrada, não pode deixar de sê-lo o sistema de conhecimentos produzidos pelo homem a partir dela, para nela atuar e transformá-la.

O advento da globalização da economia e da reestruturação produtiva, enquanto macroestratégias responsáveis pelo padrão de acumulação capitalista e que imprime vertiginosa dinamicidade às mudanças que ocorrem no processo produtivo, passou a exigir um trabalhador de novo tipo, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, avalie seu próprio trabalho, adapte-se a situações novas, crie soluções originais e, de quebra, seja capaz de educar-se permanentemente. Isso, ademais, só pode se dar se houver um trabalho integrado com as disciplinas, propiciando aos educandos uma maior noção da realidade.

Para tanto, os professores também precisam formar-se continuamente, pesquisando e discutindo problemas de forma multidisciplinar, sob pena de não conseguirem tratar multidisciplinarmente com os alunos. Uma vez por mês ocorre, então, o encontro dos professores do EMIEP, que serve também para a realização de uma avaliação coletiva do trabalho que se está desenvolvendo.

A avaliação assume, dessa forma, um aspecto de extrema importância para o sucesso do curso que se está implantando. Não apenas os alunos, mas os professores e toda a escola estão em constante avaliação, pois se entende que o processo de aprendizagem só se constrói quando todos os elementos envolvidos funcionam adequadamente.

Os alunos são avaliados de forma quantitativa e qualitativa pelos professores de forma independente dentro de cada componente curricular, e de forma geral nas reuniões mensais, sobretudo pelo que apresentam de produção no desenvolvimento do referido projeto de ação pedagógica. Procura-se, com isso, conduzir uma avaliação que observe o aluno de forma mais completa, até para que ele seja motivado a crescer no seu desenvolvimento.

Os professores e funcionários da Unidade Escolar também entram no processo de avaliação. Há atividades de autoavaliação que ocorrem nas reuniões mensais e os alunos também têm um espaço como avaliadores de si mesmos e dos educadores que trabalham com eles. Isso porque se tem consciência que, na fala dos alunos, também os professores crescem intelectualmente.

Nas reuniões com os pais, há um espaço para a discussão de resultados e para que os pais sejam ouvidos também. É interessante notar que, procurando integrar toda a comunidade ao processo educativo escolar, a escola passa a ter uma dimensão maior e mesmo uma credibilidade mais acentuada. Inclusive, algumas parcerias foram formadas por conta dessa prática que a Unidade Escolar procura desenvolver.

Para o curso de EMIEP, em decorrência da credibilidade que tem tido por toda a sociedade, já se firmaram algumas parcerias, a saber: Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul, Administração do Porto de São Francisco do Sul, EPAGRI, Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul (através da Secretaria Municipal do Meio-ambiente, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Pesca), Universidade da Região de Joinville – Univille, Rádio São Francisco, comércio local, Associação de Catadores de Lixo, Associação de Maricultores, Casa Familiar do Mar, FATMA, IBAMA, Correios e Telégrafos, TRANSPETRO, NORSUL, entre outras.

Essas parcerias, no entender da EEB Santa Catarina, são indispensáveis para o EMIEP, pois dão dinamicidade à ação pedagógica e, conseqüentemente, ao processo de aprendizagem instaurado pela proposta de um curso de Ensino Médio com abordagem profissional específica. Quer dizer, através de pequenas ações como palestras, aulas de campo, abertura de campos de estágio etc., há um imensurável aumento no que se pode oferecer enquanto aprendizagem dos alunos.

Vale lembrar, ainda, que o curso do EMIEP está legalmente amparado pela Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e pelo parecer da CNE/CEB 39/04 que nasce com o intuito de regular a aplicação do Decreto 5.154/04. O curso ora em tela foi planejado de modo “a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno”. Daí decorre a “ampliação da carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”.

Nesse sentido, nunca é demais reiterar que os alunos do EMIEP participam regularmente das atividades científico-culturais preparadas para o Ensino Médio regular.

Com o intuito de promover uma educação de qualidade, a Escola de Educação Básica Santa Catarina desenvolve várias atividades que fazem com que a educação transponha o limite das paredes que constituem as salas de aula. Atividades como Noite Literária, Gincana Cultural, Feira das Nações, Feira de Cultura e Ciências, Torneio Interno de Esportes de Quadra, fazem parte da formação do aluno do EMIEP, o que garante que o curso não forma tarefeiros para o mercado de trabalho, mas forma integralmente, propiciando ao aluno condições reais para sua inserção no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARACHO, M. das G. et al. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: integrar para quê?** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo, Cortez, 2005.

KONDER, L. **A construção da proposta pedagógica do SESC Rio.** Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

KUENZER, A. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, L. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: integrar para quê?** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação.** LDB, limite, trajetórias e perspectivas. 8. ed., São Paulo: Autores Associados, 2003.

5.6 EEB Presidente Artur da Costa e Silva

Curso: Industrialização de Alimentos

Município: Xanxerê

Gerência Regional de Educação: Xanxerê

Caracterização da escola

A Escola de Educação Básica Presidente Artur da Costa e Silva está situada na Av. Brasil, 472, Centro, na cidade de Xanxerê – Santa Catarina, mantida pelo Estado de Santa Catarina e administrada pela Secretaria de Estado da Educação. Atende 1.065 alunos, distribuídos em 34 turmas, sendo duas turmas de 7ª série, três de 8ª série do Ensino Fundamental, 22 turmas de Ensino Médio, três cursos do Curso Técnico Profissionalizante em Industrialização de Alimentos e quatro turmas de Magistério.



Os alunos residem no centro, bairros, localidades do interior e municípios circunvizinhos da cidade de Xanxerê. As turmas são heterogêneas, formadas por alunos de diferentes classes socioculturais e com necessidades educativas especiais.

Diante das mudanças ocorridas na Educação Básica, é perceptível a necessidade de construir o Projeto Político-Pedagógico voltado à ótica de inserção social, de preparação para o cotidiano e de desenvolvimento, executando um trabalho conjunto e integrado com a comunidade escolar (interna e externa).

Sabe-se que no cerne do curso de EMIEP encontra-se articulação entre ensino e trabalho, teoria e prática, pensar e fazer, educação e trabalho. Para tanto, torna-se fundamental romper com a visão tecnicista, fragmentada e unidirecional do ato educativo. Ampliar o conceito de gestão democrática da escola torna-se pressuposto para a implantação e implementação desta proposta, onde o diálogo entre a comunidade local, regional e global sejam uma constante, redirecionando ações no sentido de atingir os objetivos propostos, ou seja, viabilizar uma formação com base científica e tecnológica

que cumpra com o imperativo da justiça social e a preparação para o trabalho fundado numa concepção emancipatória de homem, sociedade, conhecimento e trabalho.

Proposta pedagógica (conceito de EMIEP)

Atualmente, são perceptíveis as mudanças no mundo do trabalho: inovações tecnológicas, novas formas de organização da produção e do neoliberalismo, acumulação flexível que se caracteriza na concentração crescente do capital, entre outros, trazem impactos diretos na vida social e impõe não só à escola, mas a todas as instituições um repensar, um redirecionamento quanto ao seu papel, ou seja, requerem uma reconfiguração da sua função social. Neste movimento, a legislação educacional – em todos os níveis de ensino – apresenta possibilidades e necessidade de flexibilização, descentralização e abertura a uma gestão mais democrática.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação, em regime de cooperação técnico-científico-pedagógica com o governo federal juntamente com a SDR/Xanxerê – Secretaria de Desenvolvimento Regional e em parceria com demais atores sociais, implantou no ano de 2006 na EEB Presidente Artur da Costa e Silva o curso de EMIEP Técnico na área de química com habilitação em Industrialização de Alimentos.

Neste curso objetiva-se promover uma formação intelectual mais sólida e uma preparação para o mundo do trabalho aos jovens da região oeste de Santa Catarina, pois reflete um projeto pautado na justiça social e no desenvolvimento econômico local, na medida em que atende a uma reivindicação e uma necessidade da comunidade regional. Em toda a sua extensão, além das disciplinas técnicas relativas aos processos de industrialização dos produtos de origem vegetal e animal, este curso apresenta disciplinas de abrangência gerencial e humana, resultando em competências básicas demandadas não só no mercado de trabalho, mas no contexto social.

Na SDR/Xanxerê, que compreende 14 municípios (Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuçu, Lageado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim), é possível encontrar dados que confirmam este panorama, pois entre as pessoas ocupadas por atividade econômica temos: no setor agropecuário 35%, indústria 16%, construção civil 5%, comércio e serviços 33%, administração pública 4%, serviços domésticos 6% (agosto de 2000).

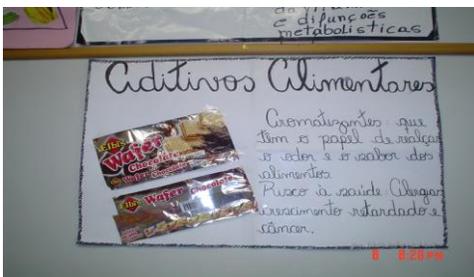
A região oeste, juntamente com a região serrana, mantém proporcionalmente os mais baixos níveis de renda de todas as regiões do Estado. Quase 60% das pessoas que possuem qualquer tipo de ocupação, durante os levantamentos do Censo 2000, possuíam rendimentos que alcançavam no máximo dois salários mínimos (a proporção estadual nessa condição era de 49%). Apenas 15% das pessoas ocupadas tinham rendimentos acima dos cinco salários mínimos, e a parcela dos que estavam acima dos 10 mínimos era de apenas 5,5% (no Estado, 19% e 7%, respectivamente).

A estimativa do IBGE (julho de 2004) sobre dados de população da região indica uma diminuição da população jovem, tanto na área rural quanto urbana, fato que faz atentar para a importância de criar condições de permanência destes jovens na região, principalmente nos municípios menores, pois é possível constatar que há um êxodo populacional para municípios maiores da própria região, como por exemplo Chapecó, que teve um aumento acima da média estadual (de 2% ao ano) nos anos 90.

No campo educacional, também é perceptível uma relativa defasagem na região em relação ao contexto geral catarinense, apesar de que na última década foi possível conseguir uma melhoria no índice de escolaridade da população regional, como demonstram os índices de expansão do Ensino Médio (crescimento de 50% das matrículas nos últimos seis anos) e de acesso à educação superior (aumento de 40% nas matrículas de graduação entre 2001 e 2004.).



É perceptível também que esta ampliação requer transformações significativas acerca das questões entre educação, sociedade e trabalho, abrangendo aspectos que envolvam a perspectiva profissional frente aos novos paradigmas da produção, cultura, ciência e tecnologia.



Diante desses dados, a EEB Presidente Artur da Costa e Silva implantou, em 2006, o curso de EMIEP Técnico com Habilitação em Industrialização de Alimentos, que, além da preparação para o mercado como autônomo,

permite atuação em indústria de processamento, unidades de comercialização e distribuição de alimentos e refeições. Espera-se ainda que os alunos concluintes deste curso possam seguir os estudos no nível superior.

A justificativa da escolha do curso Técnico em Industrialização de Alimentos é a crescente instalação de empresas que atuam na área alimentícia e requerem a formação de profissionais habilitados para o manuseio, embalagem, conservação, cuidados com contaminação na produção e composição de produtos alimentícios.

É necessário articular com empresas, poder público, outros órgãos do setor e comunidade escolar para efetivar todas as etapas deste curso e para que se propague como aprimoramento humano, incluindo formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual. Vale destacar as parcerias que envolvem a comunidade local tais como o apoio do Rotary Club, Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Campus de Xanxerê, Unochapecó e também SENAI – Serviço Nacional da Indústria.

Histórico da organização e planejamento curricular

No que se refere à organização do curso Técnico em Industrialização de Alimentos, vários foram os momentos necessários para o seu planejamento curricular. Logo após a aprovação do curso pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, que ocorreu no dia 12 de agosto de 2005, fez-se uma reunião na Escola com representantes da Unidade Escolar e Integradora de Ensino Médio para orientações e encaminhamentos com relação ao processo. Houve conversas informais com profissionais da área, engenheiros de alimentos e técnicos em alimentos, e visita a empresas: ACIX, UNIBOM, ARGENTA, DIPLOMATA.

A partir de 2006, ao iniciar o período letivo, a direção da escola e o corpo técnico administrativo e pedagógico oportunizam momentos para os professores planejarem os assuntos que serão desenvolvidos e também acordarem alguns pontos que são relevantes ao curso. É importante destacar a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Regional com a EEB. Presidente Artur da Costa e Silva ao promoverem o Seminário Trabalho, Ética e Cidadania, coordenado pelo professor Gaudêncio Frigotto, no dia 8 de fevereiro.

O corpo docente organiza os assuntos a serem trabalhados e desenvolvidos no



curso por meio de projetos e discute a necessidade de utilizar diferentes formas de avaliação. O trabalho com projetos possibilita o uso de atividades que desenvolvem competências e habilidades necessárias ao profissional Técnico com Habilitação em Industrialização de Alimentos. Entre as atividades desenvolvidas é

possível citar: confecção e exposição de cartazes, realização de pesquisas, leituras e produções de diferentes textos e gráficos, visitas, palestras, atividades práticas nos laboratórios de Química e Biologia e viagens de estudo.

A continuidade e a relevância dos projetos que envolvem todas as disciplinas do curso mantêm o corpo docente unido na realização e na socialização do trabalho feito em sala de aula, por meio de reuniões mensais, onde acontece o planejamento e a avaliação dos processos de ensinar e aprender, com atividades sempre integradas entre as disciplinas. Aos professores também são oferecidos encontros de formação e capacitação. Os encontros são momentos de estudo, planejamento, execução e avaliação do curso.

É importante chamar a atenção para o fato de que, juntamente com o empenho da direção da escola desde a elaboração do processo, também ficou evidente o empenho da supervisora de Educação Básica e Profissional, representante da SDR – Xanxerê desde a implantação, organização e assessoramento do curso.

Cabe ainda destacar a importância de contar com parcerias para a implantação, acompanhamento, assessoramento e monitoramento do curso junto à comunidade local e regional. Entre as parceiras é possível mencionar: Vemate – Verdinha Indústria do Mate Ltda.; Diplomata S.A Industrial e Comercial; Avepar – Aves do Parque Ltda.; Unibon – Alimentos Unibon Indústria e Comércio Ltda.; Chá Mais; EEB São Caetano (Cozinha Industrial).

Finalizando, é importante registrar as oportunidades oferecidas aos professores no assessoramento junto aos cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria da Educação. Porém, ficou evidente a falta de atenção no atendimento às necessidades e às solicitações de material didático pedagógico para um melhor aprimoramento e desenvolvimento do

curso Técnico em Industrialização de Alimentos e também a continuidade dos cursos de capacitação para os professores.

REFERÊNCIAS

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares.** Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria do Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos.** Florianópolis: IOESC, 2005.

5.7 EEB Manoel Cruz

Curso: Vitivinicultura

Município: São Joaquim

Gerência Regional de Educação: São Joaquim

De acordo com a política curricular do MEC, a nova identidade para o Ensino Médio prioriza o trabalho como práxis humana mediada pela educação tecnológica, para desenvolver no aluno a capacidade de utilizar os conhecimentos científicos de todos os campos do saber para resolver as situações da prática social e produtiva. Implementando esta política, a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, a de São Joaquim e a Escola de Educação Básica Manoel Cruz – São Joaquim/SC Gerência de Educação, Ciência e Tecnologia de São Joaquim/SC e a Escola de Educação Básica Manoel Cruz – São Joaquim/SC, através de estudos, pesquisas, capacitações e discussões envolvendo a comunidade educacional e local, implantaram no ano de 2006 o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na área de Agropecuária com habilitação técnica em Vitivinicultura.

O movimento coletivo que provocou reflexões na comunidade educativa referendou para a concepção curricular uma visão de homem, de sociedade (mundo) e de educação. Os professores das áreas que trabalham no curso concebem a educação como um processo que liberta o homem, que o faz sujeito de sua própria aprendizagem e produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, sociais, éticos e culturais). A partir desta concepção, o currículo foi compreendido como um processo que privilegia a formação do homem em sua totalidade de forma crítica, reflexiva e integrada ao contexto sócio, político, econômico e cultural, tornando-o um ser autônomo, empreendedor, capaz de atuar numa sociedade em constante transformação.

Destas transformações que vêm ocorrendo na sociedade decorreu a necessidade de se buscar novas estratégias de organização, planejamento e desenvolvimento do ensino com vistas a formar o aluno para responder com competência e criatividade a essa nova realidade, para compreender os fenômenos científicos e sociais que o cercam, para torná-

lo consciente e crítico das situações que se apresentam, possibilitando a formação do cidadão. A visão de cidadão refere-se à totalidade do ser humano nas suas várias dimensões. Esta formação, além de possibilitar ao aluno desenvolver-se para continuar aprendendo, propiciará a fundamentação necessária para que ele compreenda como se dão os processos e os princípios científicos e tecnológicos implicados na produção moderna. Este curso tem como função precípua possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida em sociedade, e oferecer instrumentos de compreensão da realidade para que o aluno possa intervir e contribuir para transformá-la.

A EEB Manoel Cruz, na construção de sua proposta pedagógica para o EMIEP, buscou atender as expectativas da comunidade local, as diretrizes definidas pelo MEC – Ensino Médio e a Proposta Curricular de Santa Catarina, inserindo nela os conhecimentos, competências e habilidades da formação básica, que se constituirão em meios para consolidar a formação global dos alunos, e não como um fim em si mesmo, tendo o compromisso de considerar as possibilidades e limites de um Ensino Médio de qualidade, voltado menos para os interesses estritos da produção e mais para uma formação de caráter emancipatória dirigida aos jovens. Segundo Machado (1991), a formação deve propiciar a aquisição de capacidades para uma participação social cidadã que influencie os rumos da sociedade, como também uma boa formação técnica e tecnológica, que forneça condições para a aquisição de capacidades para o engajamento no mundo do trabalho:

No contexto de mudança em que a implantação do Ensino Médio Integrado se coloca, planejar tem um forte componente de incerteza e a abordagem de planejamento gira em torno de uma operação organizada em busca da eficácia de suas ações e de seus impactos para a sociedade. Portanto, algo que possibilita prever ações e, conseqüentemente, ser oportuno e eficaz para a melhoria das condições de vida dos indivíduos.

A organização e planejamento curricular acontecem em reuniões em que a equipe docente e diretiva realiza avaliação e autoavaliação do curso. O desenvolvimento dos conteúdos de forma integrada estava provocando angústia nos professores, que não se sentiam capacitados para aprofundar conteúdos mais específicos da área de atuação. Com o intuito de sanar essas dificuldades, foi realizado um curso de formação continuada,

promovido pela Gerência de Educação, para construção do currículo integrado, possibilitando, assim, um maior entendimento do trabalho docente integrado.

A partir do trabalho de construção coletiva do currículo, no planejamento os conteúdos das disciplinas são confrontados e discutidos entre os professores, viabilizando a integração e o fortalecimento dos conteúdos, sendo que uma disciplina oferece suporte a outra e também aos professores técnicos que auxiliam os demais, situando-os nos conteúdos que serão pré-requisito para a área específica de habilitação do curso. Romper com uma prática que já está impregnada no professor para adotar uma prática integrada, com trabalho contextualizado, valorizando sua importância e aplicação em uma situação real, é um exercício que não está sendo fácil, pois o domínio e a segurança do professor é uma conquista que vai se firmando a partir da nova postura didático-pedagógica.

O maior obstáculo da equipe de professores da EEB Manoel Cruz é a insegurança em relação ao desenvolvimento da prática pedagógica na perspectiva integrada; a carga horária dos técnicos não permite o acompanhamento nas demais atividades do curso, inclusive nas práticas de campo nas empresas conveniadas, e o auxílio aos professores nas atividades de sala de aula após as práticas de campo; sendo assim, o curso vem se desenvolvendo com atividades ora integradas, ora não.

O desafio de implantar a integração do Ensino Médio à Educação Profissional definida pelo Decreto 5.154/04 exige uma organicidade, uma sistematização de ações, atividades e procedimentos que só se efetivam por meio da participação de todos os responsáveis pelos sistemas de educação, gestores, diretores, professores, alunos, pais e comunidade.

A necessidade do curso aproxima, também, parceiros como as instituições regionais e municipais, empresas e instituições privadas e governamentais. Com estas parcerias foi possível realizar na escola projetos que envolveram a participação da comunidade escolar, produtores e empresários da área. Foi viabilizada aos alunos a participação em Seminários Regionais promovidos pela EPAGRI, Prefeitura Municipal, visita a exposições de fruticultura e outros.

No ano de 2006, a escola realizou a I Semana de Vitivinicultura, que contou com a participação voluntária de palestrantes, agrônomos, enólogo, técnico agrícola, advogado e meteorologista, e ainda produtores e fruticultores. As palestras foram direcionadas aos

alunos e professores. Devido ao sucesso do evento, já está em fase de organização a II Semana de Vitivinicultura.

Como atividades diferenciadas e significativas, salientamos os projetos integrados, com o objetivo de desenvolver nos alunos o compromisso com a pesquisa e a responsabilidade com a produção científica. Os professores organizaram seminários na UE em que o aluno é ouvinte, palestrante e responsável pela produção do material didático para os participantes. Para atividades pedagógicas desta natureza, os alunos utilizaram todo o material tecnológico disponível na UE e fora dela: livros, internet, datashow, retroprojetor, entrevistas, etc. Este trabalho possibilitou ao aluno uma experiência autônoma na socialização do conhecimento enquanto os professores se utilizaram de um riquíssimo material integrado para avaliá-los.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem se caracterizado como um dos componentes centrais no Ensino Médio Integrado, observando-se seus aspectos teórico-metodológicos e de ordem legal, como base para ser um dos componentes do PPP da Escola, numa dimensão qualitativa. A avaliação está sendo realizada no sentido de reconhecer os caminhos percorridos e redefinir os caminhos a serem seguidos. Sendo assim, é vista como um importante instrumento que possibilita levantar dados reais e avaliar o processo ensino-aprendizagem como um todo. Utilizam-se os mais variados recursos tais como a observação, o registro, a reflexão constante, pareceres descritivos, entrevistas, autoavaliação, relatórios, seminários e outros.

A avaliação conta com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, com o objetivo de analisar, avaliar entraves, planejar e replanejar as ações educativas. O Ensino Médio Integrado é uma proposta de ensino que ainda está em processo de construção e implementação, o que faz com que a avaliação se torne um momento no qual os professores das disciplinas regulares e os técnicos minimizem suas dificuldades no sentido de direcionar a integração dos conteúdos da base comum com os conteúdos específicos.

Por ser um curso novo, com perspectivas amplas, a equipe de ensino/GERED tem efetivado um apoio mais intenso, trabalhando com a equipe gestora, professores, pais e alunos. Entre as ações realizadas, vale ressaltar a participação dos alunos em todo o processo de implantação e implementação do curso, destando-se a autoavaliação que

acontece periodicamente, com o objetivo de perceber o que eles, maiores interessados, estão sentindo em relação ao curso, ao futuro, suas ambições e perspectivas. É um trabalho feito com muita responsabilidade e comprometimento, pois após a autoavaliação a equipe da GERED preparou um seminário envolvendo toda a comunidade escolar para discutir e minimizar as dificuldades apontadas pelos alunos.

A articulação com as empresas, produtores, fruticultores, cooperativas, prefeituras e outras instituições contribui para o desenvolvimento do curso e tem sido fundamental como ponte entre a escola e comunidade, além de oferecer credibilidade ao curso, assegurando espaço para a realização de práticas de campo, local para realização do estágio curricular, entre outras atividades que enriquecem o currículo, através da assinatura de convênios que estão sendo firmados num prazo de dois a cinco anos de vigência, como com a EPAGRI. Com os fruticultores, está sendo firmado Acordo Técnico de Cooperação com vigência de um ano.

Por intermédio da Gerência de Educação viabilizaram-se as parcerias, que implementam o curso e minimizam as limitações da escola. Muita atenção está sendo dispensada ao EMIEP, com intervenção intensiva do Estado, da Escola e dos profissionais da educação nas esferas de financiamento, qualificação de recursos humanos, construção do novo projeto pedagógico, bem como nas condições materiais para sua concretização.

RELAÇÃO DE ALGUNS EVENTOS EM QUE ALUNOS E PROFESSORES PARTICIPARAM

- III Seminário Catarinense de Uva e Vinho, realizado no município de Videira
- Ciclo de Palestras promovido pela EPAGRI, com o tema: EDUCAÇÃO E BIODIVERSIDADE, no município de São Joaquim
- I SEMANA DE VITIVINICULTURA, no período de 11 a 18 de setembro de 2006, na EEB Manoel Cruz, São Joaquim

Data	Tema	Palestrante
11/09	Visitação à EPAGRI	
11/09	Irrigação	Sr. Josemar
11/09	Produção Integrada de Frutas	Agr. Marcelo Cruz
12/09	Fitossanidade	Sr. Koiti Hiura
13/09	Visitação à Vila Francione	
13/09	Apicultura – Alternativa de subsistência	Sr. Gustavo Pries
14/09	Festa Halloween	Estagiárias UNIPLAC
14/09	Produção e Mercado do Vinho	Sr. Francisco Brito
15/09	Fruteiras Alternativas e Goiaba Serrana	Sr. Jean Pierre
15/09	Climatologia	Sr. Ronaldo Coutinho
16/09	Jogos Esportivos - encerramento	

- Curso de Formação Continuada para os professores do EMIEP – promovido pela SED
- Curso de Formação Continuada para Professores do EMIEP – promovido pela GERED
- acompanhamento da GERED nas reuniões do planejamento do curso
- Seminários de Fruticultura promovidos pela EPAGRI, programação da Festa Nacional da Maçã – 2006
- participação de palestrantes na escola trabalhando com temas da área
- visita à exposição de fruticultura e maquinários, município de Campos Novos
- DNA 2007 – Desafio Nacional Acadêmico
- palestra na escola com o tema “As 4 estações: de Antônio Vivaldi à Vitivinicultura”
- seminários realizados pelos alunos:

Seminário de Viticultura (projeto)

Público-alvo: Turmas do 1ª ano do curso Técnico com Habilitação em Vitivinicultura

Objetivo geral: Pesquisar algumas variedades de uva, bem como a qualidade do vinho apropriado à variedade da uva estudada.

Objetivos específicos:

- conhecer a origem e as características da variedade pesquisada
- escolha da variedade adequada para cada região (clima e solo)
- caracterizar as aptidões das variedades pesquisadas.

Disciplinas envolvidas/conteúdos:

- Biologia e Climatologia – Clima
- Geografia e Solos – Solo e Localização
- Informática – Metodologia, pesquisa e digitação
- Língua Portuguesa – Produção textual, expressão oral e escrita.

Metodologia:

Os alunos, utilizando-se de livros, revistas, internet, pesquisaram algumas das variedades de uvas mais conhecidas e cultivadas no mundo, enfatizando aquelas adequadas para a nossa região e clima. Com o auxílio da professora da disciplina de Informática, organizaram o material pesquisado em CD, disquete ou lâminas para retroprojektor e oapresentaram aos participantes.

Avaliação:

Os professores das disciplinas citadas acompanharam o trabalho dos alunos, ajudando-os em suas dificuldades, e assistiram à apresentação dos grupos, os quais utilizaram recursos como datashow, retroprojektor e cartazes. Foram avaliados também pelos resumos, provas e trabalhos escritos, apresentação ao grupo e estética dos trabalhos impressos.

Seminário de Fitossanidade (projeto)

Público-alvo: Turmas do 1ª ano do curso Técnico com Habilitação em Vitivinicultura

Objetivo geral: Explorar todas as áreas do conhecimento, aprofundando os estudos sobre as doenças da videira.

Objetivos específicos:

- conhecer as principais doenças da videira
- diferenciar os agentes causadores de doenças na videira
- avaliar os tratamentos adequados para cada doença.

Disciplinas envolvidas/conteúdos:

- Biologia e Fitossanidade – fungos, bactérias e vírus
- Geografia – Solo e Localização
- Informática – Metodologia e uso das tecnologias
- Língua Portuguesa – Produção textual, expressão oral e escrita
- Fruticultura e Viticultura

Metodologia:

Pesquisa através de livros, revistas, internet.

Digitação e adequação metodológica.

Organização do material pesquisado em CD, disquete ou lâminas para retroprojeter e apresentação aos participantes.

Avaliação:

Os professores das disciplinas citadas acompanharam o trabalho dos alunos, ajudando-os em suas dificuldades, e assistiram a apresentação dos grupos, os quais utilizaram recursos como datashow, retroprojeter. Foram avaliados também pelos resumos, provas escritas, trabalhos escritos, apresentação ao grupo e estética dos trabalhos impressos.



REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo, Cortez, 2005.

KUENZER, A. (Org). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Orientações Para a Educação Básica e Profissional da Rede Pública Estadual**. Florianópolis, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SILVA, A. F. da et al. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: integrar para quê?** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

5.8 EEB Gov. Ivo Silveira

Curso: Administração Comercial

Município: Palhoça

Gerência Regional de Educação: Grande Florianópolis

Introdução

A implantação do Curso na EEB Gov. Ivo Silveira está sendo um desafio para todos em diversos aspectos, tanto pedagógicos quanto administrativos. A equipe constituída na escola para atender o curso vem se esforçando cotidianamente para lidar com as peculiaridades que vão surgindo.

Neste relato de experiência destacaremos o processo de: constituição das turmas, reuniões pedagógicas com os professores na perspectiva de elaboração de planejamentos integrados, contratação de profissionais da área específica e ensino-aprendizagem dos alunos. Também acrescentamos um breve relato sobre as parcerias, o acompanhamento e avaliação do processo de aprendizagem e acompanhamento, assessoramento e monitoramento do curso.

Portanto, esperamos que o desvelar da intimidade do nosso processo de implantação do curso de EMIEP contribua nas reflexões acerca da importância da socialização de experiência pedagógica no processo de mudança.

1 Processo de constituição das 1^{as} turmas e outras mudanças necessárias

Após ter concluído as etapas do processo para implantação do curso em 2006, surge a necessidade de se criar estratégias de divulgação para constituir as duas primeiras turmas do curso, então oferecido apenas no período noturno, para até 80 alunos concluintes do Ensino Fundamental.

Com o encerramento do ano letivo 2005, divulga-se o curso nas 8^{as} séries do Ensino Fundamental da Escola e cria-se uma lista de interessados na matrícula para o curso.

Em janeiro de 2006, com a autorização do curso pelo Conselho Estadual de Educação, retoma-se com mais intensidade a sua divulgação, através da publicação de

uma matéria em jornal de distribuição local e da fixação de faixas na escola. Procede-se, então, a uma “triagem individual” para o preenchimento das vagas ainda existentes na turma 2, pela seleção dos alunos com maior índice de aproveitamento escolar da Unidade. Depois foi-lhes explicado o objetivo do curso.

São constituídas então as duas turmas do EMIEP para 2006: a turma 1 com 35 alunos e a turma 2 com 38, totalizando 73 alunos matriculados. Os alunos dessas turmas são na sua maioria provenientes do Ensino Fundamental de escolas públicas, naturais da grande Florianópolis, com faixa etária de 15 anos, e seus pais trabalham no comércio.

Ao final do primeiro semestre registra-se a evasão de 8 alunos e destes 5 estavam na turma 2. Ao verificar com os alunos o porquê da desistência do curso, constatou-se que a exigência de muita leitura e interpretação nas disciplinas Gestão Administrativa e Direito em Administração Comercial são apontadas como as principais responsáveis.

No término do ano letivo observou-se que 59 alunos concluíram a 1ª série, sendo 44 aprovados, 2 aprovados com dependência e 13 reprovados. No decorrer do ano letivo, evadiram-se 14 alunos do curso, matriculando-se no Ensino Médio regular.

Em 2007, foi aberta uma turma de 2ª série com 42 alunos. Isto significa que dos 46 alunos aprovados para a 2ª série, 4 alunos migraram para o Ensino Médio regular. E dos 13 alunos reprovados, apenas 6 estão matriculados na 1ª série do EMIEP. Estes dados foram reveladores no sentido de evidenciar que o processo de constituição da turma 2 não tenha sido talvez uma opção adequada, e também para reavaliar o oferecimento da disciplina de Direito em Administração Comercial na 1ª série, bem como discutir com o professor de Gestão Administrativa a metodologia utilizada.

Então, quanto à divulgação, antes do encerramento do ano letivo de 2006, o diretor visitou escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares que oferecem a 8ª série EF para divulgar o curso EMIEP entre os alunos. Quanto à disciplina de Direito em Administração Comercial rediscutiu-se no Seminário EMIEP: Avaliação de percurso³ a matriz curricular e alterou-se para vigorar em 2007 o oferecimento da matéria para a 2ª e 3ª séries. E quanto à metodologia utilizada em sala de aula, trabalha-se com os professores nas reuniões pedagógicas, em cursos de formação continuada, entre outros.

³ Seminário promovido pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no período de 25 a 27/9/2006 em Balneário Camboriú/SC.

Com o encerramento do ano letivo de 2006, após o levantamento dos índices de evasão e aproveitamento dos alunos do curso EMIEP e considerando as solicitações dos pais e dos alunos, constatou-se a necessidade do oferecimento do curso no turno diurno e noturno. Então, para 2007, são matriculados 67 alunos, constituindo-se duas turmas de 1ª série, uma no vespertino e outra no noturno, e uma turma de 2ª série no noturno com 42 alunos.

2 Planejamento Curricular Integrado: reuniões pedagógicas com o corpo docente

Assim como há o cuidado e a preocupação no processo de constituição da turma de alunos do curso EMIEP, há também o esforço da equipe pedagógica em envolver os professores da Escola para discutir e elucidar a finalidade do curso. Também se objetiva que o quadro de profissionais esteja motivado e interessado em vislumbrar no curso um desafio pedagógico, haja vista que o curso em si mesmo vai se constituindo pelo caminhar; parafraseando Gerando Vandr e,  e justamente “no caminhar que as visões vão se clareando”.

Após constituir o corpo docente, realizou-se, no início do ano letivo de 2006, reunião pedagógica do EMIEP com o objetivo de apresentar os professores do curso, refletir sobre a proposta pedagógica, os objetivos, o perfil profissional de conclusão e as possibilidades de articula o entre as áreas/disciplinas de estudo. O desdobramento dessas a o es resultou no planejamento individual, elaborado pelos professores, contendo as necessidades e possibilidades de interdisciplinaridade das disciplinas, o que desencadeou as demais reuniões pedagógicas do EMIEP.

A apresenta o dos planejamentos ocorre primeiramente com as intera o es entre as disciplinas profissionalizantes, e em seguida as disciplinas da Base Nacional Comum com as profissionalizantes. Ou seja, fez-se necessário que os professores da área de Gestão elucidassem as especificidades de cada disciplina, para que deste modo os professores das disciplinas da Base Nacional Comum visualizassem a possibilidade de direcionamento e contribui o da sua disciplina para a área de Gestão.

Embora o corpo docente e técnico-pedagógico se empenhe para que no processo de ensino e aprendizagem ocorra a integra o entre as áreas de conhecimento, no concreto há diversos entraves. Entre eles, destaca-se a falta de horário comum entre os professores para garantir sua participa o em reuniões coletivas; a dificuldade de participa o dos

professores da área de Gestão em cursos de formação continuada, tendo em vista que trabalham em outros locais, e, ainda, as ferramentas pedagógicas previstas no plano de curso que ainda não foram recebidas pela Unidade Escolar, tais como: laboratório de informática; softwares específicos e principalmente o acervo bibliográfico para a área de Gestão.

Entretanto, a implementação do processo de integração requer mudança pedagógica, conhecimento e dedicação por parte dos diversos atores envolvidos; requer também o oferecimento de formação continuada a todo o corpo docente. É fundamental que se trabalhe constantemente o conceito de integração, pois se entende que a compreensão de um conceito não ocorre em um dado momento, mas no decorrer do trabalho, relacionando as práticas e teoria, com a mediação de profissionais da área.

A formação continuada, promovida na Escola no final de 2006, proporcionou aos professores e à equipe técnico-pedagógica momentos de reflexão sobre a possibilidade e a importância de um trabalho estar articulado ao outro, bem como uma visão mais ampliada sobre gestão comercial e o perfil profissional de conclusão do curso. No entanto, esta atividade parece ter surtido um efeito ainda muito sutil no trabalho pedagógico dos professores em sala de aula.

3 Contratação dos profissionais da área de Gestão

A constituição do quadro de professores da área de Gestão também se configura com um grande desafio para a equipe pedagógica e tem demandado muito esforço em contratar profissionais interessados em atuar no curso, tendo em vista que possuem formação superior sem licenciatura. Deste modo, estes profissionais, que são imprescindíveis no desenvolvimento do curso, são contratados como não-habilitados. Para tanto, faz-se urgente e necessário o oferecimento do Curso de Complementação Pedagógica, haja vista a necessidade de entendimento do processo pedagógico na relação ensino e aprendizagem.

4 Execução das atividades de aprendizagem nas disciplinas de forma integrada

Apesar das dificuldades dos professores em concretizar seus trabalhos de maneira integrada, alguns têm desenvolvido trabalhos pontuais que se configuram como um ponto de partida para os outros professores. Como por exemplo, nas disciplinas de Gestão em

Marketing e Gestão Administrativa, ambas ministradas pelo Professor Fernando Mendonça dos Santos, a organização de visitas às empresas e palestras abrangendo os conteúdos ministrados tem contribuído para atender a sugestão dos alunos de terem “aulas mais interessantes e dinâmicas; mais prática em marketing e administração; aulas relacionadas ao mercado [de trabalho] e prática [vivências]”.⁴ A experiência da professora Elizabete Pacheco Albino na disciplina de Geografia é outro exemplo, pois através de projetos tem direcionado conteúdos da Base Nacional Comum ao propósito do perfil de conclusão do curso.

Na busca de uma Geografia humanizadora, em que todos tenham a oportunidade de relacionar o saber científico com as problemáticas típicas da sociedade em que estão inseridos, a referida professora vem propondo trabalhos diversificados, em que desenvolve aspectos relativos a análises, à oralidade, fazendo conexões e abstrações com o global e o local, referindo-se principalmente a questões ambientais e à visão do terceiro setor, que dentro da realidade do município é mais uma oportunidade de formação da cidadania que poderá ser criada.

Para provocar discussões acerca das questões sócio-ambientais e de cidadania, dialogou-se com os alunos sobre políticas públicas, população e relações comerciais. A partir destas discussões, dividiu-se a turma em grupo de trabalhos e estabeleceram-se metas a serem atingidas pelos alunos. Trabalhou-se a importância e natureza de projetos de pesquisa e cada grupo produziu um projeto tendo como eixo comum as questões sócio-ambientais. Cada grupo, com orientação da professora, definiu a temática de interesse a ser desenvolvida na comunidade. Deste modo surgiram os temas: ocupação das áreas de manguezal: aspectos históricos e atualidade; depósito de lixo e saneamento básico; as enchentes; e desmatamento para formação de novos loteamentos.

As orientações da professora em sala de aula auxiliaram na construção da problemática do projeto de cada grupo, bem como no delineamento da metodologia a ser adotada; e a caracterização da pesquisa *in loco* foi realizada fora do horário escolar, tendo algumas equipes acompanhamento e contribuição dos pais.

⁴ Fala dos alunos das turmas 1 e 2 do curso EMIEP, obtidas através do questionário aplicado em agosto de 2006. Este questionário integra o projeto de acompanhamento do processo de formação da 1ª turma do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional da 18ª Gerência Regional de Educação.

Dentre as estratégias metodológicas adotadas, houve a utilização do registro fotográfico e em vídeo e entrevistas estruturadas com a comunidade. A organização deste material resultou na produção de fôlderes, roteiros de teatro, vídeos, apresentação digitalizada, para conscientização da comunidade local pesquisada e escolar sobre os riscos das ações do homem sobre a natureza e as ideias apontadas pelos alunos como solução para a problemática elencada no projeto.

Para a produção do material, que utilizou as tecnologias da informação, os alunos solicitaram a contribuição do professor da disciplina Sistema de Informação, Alexandre Lisboa da Silva, que os auxiliou no domínio dos programas necessários, no processo de produção e confecção dos materiais, apesar das condições precárias para utilização do laboratório. Mas há de se destacar que, apesar das dificuldades, os alunos também são sujeitos contribuidores do processo de integração entre as disciplinas.

Apesar do desejo de socializar a produção com a comunidade local, esta ainda não foi possível devido à organização do tempo dos próprios alunos, pois esta ação ocorreria no horário extraclasse. A socialização ocorreu apenas entre os próprios alunos da turma, mas está prevista a organização de um espaço para apresentação destas produções na Feira de Ciências da Escola, e a comunidade escolar e local será convidada.

5 Parcerias

No intuito de proporcionar aos alunos o contato com a dinâmica de trabalho das empresas nos diversos setores, vêm sendo estabelecidas parcerias com as empresas locais para que elas recebam os nossos alunos. Estas visitas, organizadas pelo grupo de professores, têm contribuído para que eles relacionem o trabalho desenvolvido na empresa com o conhecimento científico trabalhado em sala de aula.

Tendo em vista as contribuições pedagógicas desta ação, outras parcerias estão previstas, como por exemplo a visita à AMBEV (Companhia de Bebidas das Américas), INTELBRÁS e KOERICH Engenharia e Telecomunicações.

Também, no momento da realização do estágio supervisionado, outras parcerias serão estabelecidas.

6 Envolvimento da comunidade

Apesar do oferecimento do curso representar a demanda detectada através de diagnóstico na comunidade escolar e local, percebe-se que ainda há desconhecimento quanto à natureza do curso e às possibilidades de prestação de serviços qualificados. Consideramos que o trabalho pedagógico de visitação dos alunos às empresas da região, à feira da indústria, bem como a realização de entrevistas no comércio local, que vêm sendo organizado pelo grupo de professores, tem contribuído para a divulgação e para o entendimento da finalidade do curso pela comunidade local. Assim como o fato de alguns alunos serem trabalhadores tem aproximado e despertado o interesse dos empresários pelo curso e proporcionado crédito ao trabalho da escola. Cabe considerar ainda o momento da realização do estágio supervisionado nas empresas comerciais do município e região.

7 Acompanhamento e avaliação do processo de aprendizagem

O Conselho de Classe, realizado numa perspectiva participativa, está sendo um avanço em diversos aspectos, inclusive para discutir e resolver as situações ocorridas em sala de aula sob o prisma dos alunos. A avaliação dos aspectos pedagógicos e administrativos da escola é realizada pelo professor regente de cada turma juntamente com os respectivos alunos. O representante da turma tem espaço específico para relatar as situações ocorrentes em sala de aula.

8 Acompanhamento, assessoramento e monitoramento do curso

O processo de implantação do EMIEP é fruto de discussões e trabalho coletivo através de reuniões pedagógicas e formação continuada com professores e técnicos pedagógicos. O acompanhamento técnico-pedagógico para a implementação do curso é feito através do assessoramento pedagógico quando solicitado.

Tomaz Silveira dos Santos - Diretor da EEB Governador Ivo Silveira, Palhoça/SC.

Ieda Maria Rodrigues Alberton - Assessora de direção da EEB Governador Ivo Silveira, Palhoça/SC.

Elizabeth Pacheco Albino - Professora efetiva da disciplina de Geografia na EEB Governador Ivo Silveira, Palhoça/SC.

Eliane Dias de Oliveira - Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional – EM/SEBP da Gerência de Educação da Grande Florianópolis.

Isabel Christiani Susunday Berois - Consultora Educacional - EM/SEBP da Gerência de Educação da Grande Florianópolis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Foi na Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, I, que pela primeira vez na história da educação brasileira um dispositivo legal apontou como dever do Estado a garantia da progressiva universalização do Ensino Médio gratuito. Esse preceito foi reafirmado na LDB nº 9.394/1996, que indicou a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio, e passou a considerá-lo como a etapa final da Educação Básica.

De certa forma, mesmo que acanhadamente, sobretudo a partir da década de 1990, o direito universal à escolarização de nível médio foi assumido como uma das prioridades nas políticas públicas, impulsionado pela universalização e publicização do Ensino Fundamental. O Plano Nacional da Educação (2000), ciente das responsabilidades do poder público com a democratização da educação, estabeleceu como meta, a partir de sua promulgação, atingir, no prazo de cinco anos, a inclusão de 50% da demanda para o Ensino Médio e, no prazo de 10 anos, o atendimento de 100% dos jovens demandantes desse nível de ensino. Além da expansão quantitativa, o PNE aponta também a necessidade de avanços no que se refere à sua qualidade.

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina para o decênio 2004-2013 aponta outros fatores, além do atendimento pelo Ensino Fundamental da quase totalidade das crianças na faixa etária dos sete aos 14 anos, que vêm contribuindo para o aumento da matrícula no Ensino Médio no Estado e no país:

A expansão dos cursos supletivos de ensino fundamental; a oferta dos cursos de ensino médio noturno; a implantação dos programas de correção de fluxo do ensino fundamental, com as chamadas classes de aceleração; o retorno daqueles que concluíram o ensino fundamental a mais tempo e buscam maior nível de escolaridade, movidos pelas novas exigências produtivas, para se manter ou acessar ao mercado de trabalho ou para ingressar no ensino superior (SANTA CATARINA, 2004, p. 37).

Contudo, as feições mais democráticas dos discursos oficiais e da política educacional continuam convivendo com práticas distintas de socialização dos saberes escolares, uma vez que as condições de funcionamento das escolas, o nível de formação

dos professores, os limitados recursos para investimentos em materiais didáticos, laboratórios, bibliotecas, reproduzem as desigualdades presentes em uma sociedade dual.

Em que pesem as intenções declaradas dos governantes, a situação do Ensino Médio é muito precária. Analisando o cenário do Ensino Médio no Brasil, Araújo e Luzio (2003) apresentam dados bem pouco animadores. Considerando os resultados obtidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, os autores destacam que 42% dos alunos matriculados no 3º ano no Ensino Médio apresentam desempenhos considerados “muito crítico” e “crítico” nas habilidades e competências da língua portuguesa.

Ainda segundo os autores, entre 1995-2001 o desempenho nessa área de conhecimento vem apresentando queda, caindo em torno de 10% no período. Considerando os aspectos regionais, os autores sublinham que, em 1995, os estudantes de todas as regiões brasileiras evidenciam desempenho classificado como “intermediário”; já em 2001, defasagens entre as regiões tornaram-se evidentes: Norte e Nordeste apresentam desempenho de nível “crítico”; as demais, que anteriormente estavam mais próximas do estágio “adequado”, deslocam-se também em direção ao nível “crítico”. Segundo informação dos autores, nenhum Estado brasileiro apresenta desempenho considerado adequado (17 localizam-se no estágio intermediário e 10 estão no nível crítico).

Os autores também apresentam um perfil dos estudantes que se localizam no nível de desempenho “muito crítico” e daqueles que apresentam desempenho considerado “adequado”:

Os estudantes de desempenho "muito crítico", em sua maioria, 76%, estão matriculados no ensino noturno, 96% em escolas públicas, 48% conciliam trabalho e estudo e 84% têm idade acima da considerada ideal para a série. São filhos de mães com baixa escolaridade. O perfil dos estudantes com desempenho "adequado" é quase o oposto. A maioria, 76%, estuda na rede privada de ensino, 89% freqüentam aulas no período diurno, 87% somente estudam e 84% não apresentam distorção idade-série. São filhos de mães de maior escolaridade, 80% delas têm no mínimo o ensino médio. Os dados mostram que o ensino é mais ineficaz justamente para os estudantes mais carentes (ARAÚJO e LUZIO, 2003, s/p).

Este quadro, que revela a exclusão social promovida no interior da própria escola pública, é agravado ainda pelos dados relativos à exclusão social. Segundo Araújo e Luzio (2003), cerca de um milhão de estudantes da rede pública abandonam, anualmente, a escola. Esse número corresponde ao percentual de 17% das matrículas; do total de alunos

que abandonam o Ensino Médio, 70% estão matriculados no período noturno. Em face de tal cenário, afirmam os autores:

No Brasil, hoje, temos um enorme contingente de estudantes concluintes do ensino médio sem preparo para o trabalho, sem condições concretas para ingressarem de forma competente no ensino superior e um enorme desperdício de recursos públicos com a evasão e o abandono.

A proposta do EMIEP não resolverá, é certo, num futuro muito próximo a problemática do Ensino Médio. Menos ainda pode ser concebida como “saída” para aliviar a exclusão e a pobreza de milhares de jovens. É preciso então cuidar para não se reafirmar o discurso salvacionista que vê na Educação Profissional o remédio para o desemprego juvenil. Segundo Corragio (1996), é uma falácia o fato de que a Educação Básica vá garantir acesso ao mercado de trabalho. Seria necessário, igualmente, um desenvolvimento que garantisse crescimento das demandas por trabalho, o que exigiria investimentos em outros níveis de educação, em outros setores econômicos, assim como em outras instituições além do mercado.

Essa questão remete a uma pesquisa desenvolvida por Bourdieu, na França, publicada em 1978, na qual ele alerta que, numa fase de inflação de diplomas, os recém-chegados ao Ensino Médio são levados a acreditar, só pelo fato de a ele terem tido acesso, no que este proporcionava ao tempo em que estavam excluídos desse ensino. O autor observou uma situação idêntica àquela que vem acontecendo no Brasil, onde a

exclusão de grande massa de crianças das classes populares e médias não se opera mais na entrada [...] mas progressiva e insensivelmente ao longo dos primeiros anos do secundário, através de formas denegadas de eliminação, a saber: o atraso (ou a repetência) como eliminação diferida; a rejeição aos ramos de ensino de segunda ordem que implica um efeito de marcação e de estigmatização, propício a impor o reconhecimento antecipado de um destino escolar e social; e enfim, a outorga de diplomas desvalorizados (BOURDIEU, 2001, p. 171-2).

A exclusão é adiada e diluída no tempo, mediante a reprovação, a eliminação diferida, a rejeição a escolas sem prestígio, a concessão de um número excessivo de diplomas desvalorizados que legitimam as desigualdades sociais, fazendo com que a

democratização do Ensino Médio no Brasil também produza, nos termos de Bourdieu, seus “excluídos do interior”.

Por isso, não se pode deixar em segundo plano o compromisso de todos os profissionais da educação com a construção de formas mais democratizadas de socialização dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais a todos os alunos de todas as escolas de Ensino Médio. Um compromisso com a qualidade da educação pública, que tem como pressupostos a inclusão e a integração que não diferencia os sujeitos, mas os considera sócio-históricos e produtores de ciência, cultura e tecnologia.

A proposta do EMIEP inscreve-se no terreno da construção da escola pública e democrática. Como bem diz Frigotto (2005), precisa ser compreendida como uma “travessia”, pois se a lógica da sociabilidade contemporânea não cria condições para a efetivação da politecnia como forma privilegiada de educação, o ensino integrado contém os germes da mesma.

Politecnia – Segundo Saviani (1989, p.17), a noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos, e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos.

É travessia necessária não apenas para superar a formação profissional como mero adestramento para o mercado de trabalho, mas também porque pode representar uma formação mais democrática para os “milhares de jovens que têm direito ao Ensino Médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam se situar no sistema produtivo. Por isso, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, conquanto seja uma condição social e historicamente necessária para a construção do Ensino Médio unitário e politécnico, não se confunde com ele porque a conjuntura da realidade atual assim não o permite” (FRIGOTTO, et al., 2005, p. 15).

Unitário - a organização da escola capaz de formar, desde o nível elementar – como aponta Gramsci, em sua concepção de escola unitária – cada cidadão e todo cidadão concomitantemente para a **Societas hominum** (consciência dos direitos e dos deveres para introduzi-lo na sociedade política e civil) e a **Societas Rerum** (conhecimento científico para dominar e transformar a natureza) (FRIGOTTO, 2001a).

6.1 Recomendações

As recomendações abaixo apresentadas decorrem do processo de acompanhamento de implantação do EMIEP em Santa Catarina. Apresentamo-las como um conjunto de indicações que podem auxiliar os gestores do sistema e das unidades escolares na efetivação do processo iniciado. Não restam dúvidas de que a rede estadual de Santa Catarina já fez um percurso avançado no que se refere à implementação desse projeto; mas o caminho está em construção e é um desafio para todos, em especial para as unidades escolares que o acolherem.

Indicações relacionadas à organização teórico-metodológica do EMIEP

- ✓ Observar as necessidades de prosseguimento da capacitação dos professores.
- ✓ Necessidade de se criar, institucionalmente, tempos de trabalho coletivo nas escolas para os professores e equipe pedagógica: o projeto do EMIEP sustenta-se no trabalho integrado dos professores.
- ✓ Revisar rigorosamente as matrizes curriculares e os conteúdos de ensino, de modo que não se faça do EMIEP um “3+1”.
- ✓ Fomentar e apoiar programas de capacitação interna, nas unidades escolares, mediante planejamento prévio com a participação dos professores.
- ✓ Incentivar a criação de instância colegiada para a coordenação do EMIEP.

Indicações para a gestão do Projeto EMIEP

- ✓ Implementar efetivamente o monitoramento, discutindo com as unidades escolares os instrumentos de acompanhamento e os resultados do processo.
- ✓ Incentivar as escolas a utilizar os dados do monitoramento como parâmetro para suas ações.
- ✓ Continuar o processo de monitoramento nos próximos três anos com as escolas iniciantes.
- ✓ Criar mecanismos institucionais de avaliação, pelas unidades escolares, do EMIEP.
- ✓ Fomentar e apoiar iniciativas que visem a gestão democrática da escola.
- ✓ Incentivar e apoiar as escolas na implementação de medidas de apoio aos estudantes.

Indicações relacionadas à expansão do EMIEP

- ✓ Atentar para os riscos de expansão centrados em cursos noturnos.
- ✓ Observar os tempos necessários à formação de qualidade: a realização de cursos em três anos, com elevada carga horária e acúmulo de atividades está gerando insatisfações, podendo levar ao aligeiramento da formação.
- ✓ Observar que as escolas que ofertaram duas turmas registraram taxas mais elevadas de evasão do que aquelas com uma.
- ✓ Discutir uma política de expansão que leve em consideração não apenas o desenvolvimento de regiões com baixo IDH, mas também das grandes cidades, onde se concentram as mais elevadas taxas de desemprego juvenil e de evasão escolar.
- ✓ Expandir considerando as capacidades já instaladas em cidades e/ou regiões: a falta de infraestrutura foi um dos aspectos mais mencionados, tanto pelos relatórios dos técnicos como pelos estudantes.
- ✓ Cuidar para não esgotar rapidamente, sobretudo pela ausência de planejamento sócio-econômico, as possibilidades de integração no mercado dos egressos do EMIEP; a maioria das cidades, de pequeno porte, não comporta entradas anuais de novos estudantes nas habilitações profissionais em curso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **O desafio do Ensino Médio**. Disponível na página <www.inep.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2008.

BOURDIEU, P. Classificação, desclassificação, reclassificação, publicado originalmente em 1978. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos da educação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 145-183.

BRASIL. Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Parecer CNE/CEB nº 15/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Parecer CNE/CEB nº 16/1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. Parecer CNE/CEB nº 35/2003. Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio.

_____. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. Parecer CNE/CEB nº 40/2004. Normas para execução da avaliação, do reconhecimento e da certificação de estudos previstos no artigo 41 da LDB.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2000.

_____. Resolução CNE/CEB nº 03/1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Resolução CNE/CEB nº 04/1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

CIAVATA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo, Cortez, 2005. p. 83-105.

_____. **Formação integrada** – desafio de deslindar a realidade da fantasia. Versão preliminar para discussão (mimeo), 2004. (Seminário Interno MEC: Currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, 22/9/2004).

CORRAGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/PUC-SP, 1996. p. 75-124.

FRIGOTTO, G. A nova e velha face do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; (Orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a. p. 25-50.

_____. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo, Cortez, 2005. p. 57-82.

_____. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In: LINHARES, C. (Org.). **Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 57-80.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HENTZ, P. (Org.). **Tempos de aprender 1: Subsídios para as classes de aceleração de aprendizagem nível 3 e para toda a escola**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA EDUCACIONAL (INEP). Censo Educacional de 2005. Brasília: INEP, 2005.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 33-57.

_____. **As propostas do decreto para a regulamentação do Ensino Médio e da Educação Profissional: uma análise crítica**. Disponível em: Disponível em: www.anped.org.br Acesso em: 13 jan. 2005.

_____. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Pressupostos para a elaboração de programas de educação de trabalhadores no âmbito da reestruturação produtiva, **Informe de Pesquisa**, Setor de Educação, UFPR, mimeo, 1997.

LOPES, A. C. Interpretando e produzindo políticas curriculares para o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs). **Ensino médio, ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004. p. 191-206.

MACHADO, L. R. de S. **Ensino Médio Integrado: dimensões legais**. Camboriú, 2006a (Trabalho apresentado em atividade de capacitação de educadores da rede estadual de Santa Catarina).

_____. **O Desafio da Organização Curricular do Ensino: Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa.** Brasília, MEC/SEED/TV ESCOLA, 2006. 91 p.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia de projetos.** São Paulo: Érica, 2001.

PILETTI, C. **Didática geral.** São Paulo: Ática, 1987.

RAMOS, M. O projeto unitário de Ensino Médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs). **Ensino médio, ciência, cultura e trabalho.** Brasília, MEC/SEMTEC, 2004. p. 37-52.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo, Cortez, 2005. p. 106-127.

SANTA CATARINA. Parecer CEE nº 405/2004. Diretrizes para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

_____. Resolução CEE nº 107/2003. Fixa normas para o credenciamento e reconhecimento, a autorização de funcionamento e certificação, avaliação, mudança de sede, denominação e mantenedor(a) da Educação Básica nas instituições educacionais integrantes do Sistema Estadual de Educação.

_____. Resolução CEE nº 130/2003. Regulamenta a realização de estágios nas Instituições de Ensino Médio, Profissional e Superior no estado de Santa Catarina.

_____. Resolução CEE nº 054/2005. Normas para a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Inovação. **Plano Estadual de Educação 2004-2013: a sociedade construindo a educação dos catarinenses.** Florianópolis, 2004.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos.** Florianópolis: IOESC, 2005.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação - LDB.** Trajetória, limites e perspectivas. 7. ed. São Paulo: Editores Associados, 2001.

_____. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.